



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

:: RELATÓRIO DE GESTÃO - IFSC | 2020

GESTÃO PRESTADORA DE CONTAS

Reitora responsável
Maria Clara Kaschny Schneider
(até 18/04/2020)

Diretora Executiva
Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional
Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-reitora de Administração
Aline Heinz Belo

Pró-reitor de Ensino
Luiz Otávio Cabral

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Clodoaldo Machado

Pró-reitor de Extensão
André Dala Possa

GESTÃO APRESENTADORA DE CONTAS

Reitor apresentador
André Dala Possa
(a partir de 04/05/2020)

Diretor Executivo
Juarez Pontes

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional
Egon Sewald Junior

Pró-reitora de Administração
Fabiana Besen Santos

Pró-reitor de Ensino
Luiz Otávio Cabral

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Ailton Durigon

Pró-reitor de Extensão
Rafael Nilson Rodrigues

Coordenação e Organização de Conteúdo

Diretoria de Gestão do Conhecimento

Marco Antonio Torrez Rojas

Deizi Paula Giusti Consoni

Ananda Mila Kohn

Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional

Oizes Vieira Mendes

Elaine Cristina Machado

Felipe Gustavo de Andrade

Silvio Aparecido da Silva

Equipe de apoio

Thalia Farinon

Relatório de Gestão 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo, e à sociedade como a prestação de contas anual a que a Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da *Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 187/2020, Decisão Normativa TCU nº 188/2020, Instrução Normativa nº 84/2020, Guia para elaboração do Relatório de Gestão.*

O Relatório de Gestão 2020 está acessível em: <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-de-gestao>.

Lista de siglas e abreviações

20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BO - Balanço Orçamentário

BP - Balanço Patrimonial

BSC – Balanced Scorecard

CAPES - Coordenadoria de Financiamento de Pessoal de Nível Superior

CCONT/SEN – Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional

CD - Cargos de Direção

CDP - Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas da Proad

CEPE - Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão

CERFEAD - Centro de Referência em Formação e Educação a Distância

CGTIC - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

CGU - Controladoria Geral da União

CI – Conceito Institucional

CIS – Comissão Interna de Supervisão

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COBIT – Control Objectives for Information and related Technology

CODIR - Colégio de Dirigentes do IFSC

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal

CONSUP - Conselho Superior do IFSC

COPADIN - Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional do IFSC

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CTIC – Coordenadorias de Tecnologia da Informação e Comunicação dos câmpus

DEIA - Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DN – Decisão Normativa

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DSB – Desafio Solar Brasil

DTIC - Diretoria de Tecnologias da Informação e Comunicação

DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

EaD - Ensino a Distância

EGD – Estratégia de Governança Digital

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ESR - Escola Superior de Redes

FAQ – Frequently Asked Questions

FCC – Funções de Coordenações de Curso
FEJESC – Federação Empresa Júnior de Santa Catarina
FG – Funções Gratificadas
FIC - Formação inicial e continuada
FORINTER – Fórum dos Assessores de Relações Internacionais
GRU - Guia de Recolhimento da União
IF – Institutos Federais
IFC - Instituto Federal Catarinense
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina
IGC – Índice Geral de Cursos
iGestContrat– Índice de capacidade em gestão de contratações
iGestPessoas – Índice de capacidade em gestão de pessoas
iGestTI – Índice de capacidade em gestão de TI
iGG – Índice de governança e gestão
iGovPub – Índice de governança pública organizacional;
IN - Instrução Normativa
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPSAS – International Public Sector Accounting Standards
ISS – Imposto Sobre Serviços
ITIL - Information Technology Infrastructure Library
JIF - Jogos dos Institutos Federais
JIFSC - Jogos do Instituto Federal de Santa Catarina
LASC – Latin American Space Challenge

LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC - Ministério da Educação
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NASA – National Aeronautics and Space Administration
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OBA – Olimpíada Brasileira de Astronomia
OBAP – Olimpíada Brasileira de Agropecuária
OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
OBR – Olimpíada Brasileira de Robótica
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ONU - Organização das Nações Unidas
OTRS - Open Ticket Request System
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAEVS - Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social
PAT – Plano Anual de Trabalho
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCD – Pessoas com Deficiências
PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PE – Pregão Eletrônico
PETIC – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência
PJ - Pessoa Jurídica
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PLSIFSC - Plano de Gestão de Logística Sustentável do IFSC
PN - Processos de Negócios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE - Pessoas com Necessidades Específicas
POCV - Plano de Ofertas de Cursos e Vagas
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PROPICIE – Programa de Intercâmbio Internacional para Estudantes do IFSC
PSAE – Programa de Segurança Alimentar do Estudante
QVT – Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
RAP – Relação Aluno Professor
RDC – Regime Diferenciado de Contratação
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
REVALIDE – Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas
RFB – Receita Federal Brasileira
RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SDLAC – Solar Decathlon Latino América e Caribe
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPEI - Seminário de Pesquisa, Extensão e Inovação
SESC - Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIG - Sistema Integrado de Gestão
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGPP – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos
SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIP – Session Initiation Protocol
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SPIUNET - Sistema de Patrimônio Imobiliário da União
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
SRP – Sistema de Registro de Preços
STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU - Tribunal de Contas da União

TED - Termo de Execução Descentralizada

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TOEFL – Test of English as a Foreign Language

TSP - Técnicas Aplicadas ao Setor Público

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UPC - Unidade Prestadora de Conta

VOIP – Voice over Internet Protocol

VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas

VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas

Sumário

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE.....	10
1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	16
1.1 Identidade Institucional.....	16
1.2 Estrutura Organizacional e de Governança.....	20
1.3 Modelo de negócio.....	26
1.4 Cadeia de Valor.....	27
1.5 Políticas e programas de GESTÃO.....	29
1.6 Ambiente externo.....	30
1.7 Materialidade.....	31
2 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	35
2.1 Implementação da Gestão de Riscos.....	35
2.2 Linhas de Defesa.....	37
2.3 Matriz de Riscos.....	38
3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	42
3.1 Planejamento.....	42

3.2	Relacionamento da estrutura de governança com o planejamento	44
3.3	Avaliação da Governança.....	45
3.4	Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e as prioridades da gestão.....	46
3.5	Premiações.....	83
3.6	Resultados das principais áreas de atuação.....	84
3.6.1	Gestão Orçamentária e Financeira.....	84
3.6.2	Gestão de Pessoas e competências.....	89
3.6.3	Gestão de Licitações e Contratos.....	98
3.6.4	Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	102
3.6.5	Gestão de Custos.....	104
3.6.6	Gestão da Tecnologia da informação.....	106
3.6.7	Sustentabilidade	112
3.7	Indicadores de Gestão dos Institutos Federais nos Termos do Acórdão TCU N° 2.267/2005.....	112
3.8	Relatórios, Pareceres e Declarações	115
3.9	Informações Suplementares	118
4	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	121
	ANEXOS, APÊNDICE E LINKS.....	140

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE



Covid-19. Pandemia. Isolamento social. Trabalho remoto. Atividades não presenciais (ANP). E em meio a tudo isso: gestão, transição, mortes, recessão econômica, reinvenção, abnegação, esperança, superação, ciência, vacina. O ano de 2020 foi atípico, diferente de tudo que podíamos imaginar. Mas, ao mesmo tempo em que tudo parecia estar inerte, o fazer era imprescindível. Diante de tal cenário, O IFSC manteve a educação pública e de qualidade com gestão autárquica *pro tempore*, num contexto institucional marcado pela promoção da integridade, reorganização de normativos e processos, adequações de governança para o digital, foco na transparência e rigor aos princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Seguimos firmes em nossa missão, visão e valores, apesar das adversidades. Conseguimos imprimir sinergia com a Rede e caminhar em direção ao que estabelece nosso mapa estratégico, ouvindo estudantes e servidores, entregando transformação e

desenvolvimento social pela educação profissional, científica e tecnológica.

Em março de 2020, dada a necessária suspensão das atividades presenciais para enfrentamento da COVID-19, implantamos Atividades Não Presenciais (ANP) como estratégia de atendimento escolar e continuidade do processo formativo dos mais de 41,9 mil matriculados. Concebemos e implementamos o Programa de Qualificação das ANP que trouxe além de melhores videoaulas, outros materiais didáticos inovadores e a perspectiva da inclusão digital de estudantes. Carecemos, contudo, de caminhos mais objetivos para o fortalecimento dos Núcleos de Educação a Distância (NEAD). Adequamos componentes curriculares e cursos para ensino e aprendizagem a distância, aprovamos medidas excepcionais por meio de resoluções e instruções normativas visando à regulamentação de processos acadêmicos e institucionais de forma remota. Semana a semana fez-se necessário rever o planejado e

pelo diálogo e gestão participativa promover mudanças. Implementamos um Censo Escolar para diagnosticar as necessidades da comunidade caso a caso - houve aplicação eletrônica, por meio de ligação telefônica de voz e em alguns casos com visitas presenciais. Destaco como estratégia de melhoria dos estudos não presenciais a contratação do acervo virtual Minha Biblioteca com aproximadamente 8 mil títulos de *e-books* em português e acesso para 16 mil usuários (estudantes e servidores).

Disponibilizamos 21.898 vagas para ingresso e realizamos 41.952 matrículas. Nosso percentual de preenchimento das vagas de ingresso foi - portanto - de 84%, o que sinaliza a necessidade de melhorarmos as estratégias de conversão de candidatos inscritos selecionados em estudantes matriculados. Tivemos ainda a pactuação de 1,8 mil vagas em cursos FIC na modalidade EAD junto ao Programa Novos Caminhos - Bolsa Formação. Disponibilizamos 147 vagas ao Proeja, com o registro de 126 alunos ingressantes. Novos cursos também foram aprovados, somando 59 novas opções na educação profissional: 45 FICs,

dois técnicos, cinco graduações, seis pós-graduações e um certificar.

Mesmo em distanciamento social, realizamos a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de forma remota, promovemos a primeira edição de torneios e-sports como o League of Legends (LOL). A consolidação do Polo Embrapii para o triênio 2018-2020 e o encaminhamento para credenciamento 2021-2023 também foram efetivados. Outro grande passo foi o credenciamento de três laboratórios para prestação de serviços com expectativa de geração e transferência de tecnologia.

Ao longo de 2020, a assistência estudantil foi essencial para que muitos de nossos alunos continuassem com suas formações. Os esforços dos câmpus e da Reitoria viabilizaram o pagamento de 39.964 auxílios financeiros a estudantes em vulnerabilidade social - totalizando mais de R\$ 11 milhões. Tivemos pagamento de parcela extra para todos os estudantes beneficiados com Auxílio Permanência, Auxílio Moradia e Auxílio Compulsório. Repassamos auxílio internet a todos os estudantes habilitados para o benefício, alcançando 3.242 repasses.

Arrecadamos e doamos computadores reciclados, e colaboramos na manutenção da subsistência de centenas de famílias de nossos alunos com o repasse de cestas básicas entregues a domicílio ou retiradas nos respectivos Câmpus.

Projetos e novas obras nos espaços do IFSC também não pararam neste 2020. Prova disso é a construção da Unidade Agrícola e quadra poliesportiva coberta do Câmpus Canoinhas; quadra descoberta no Câmpus Palhoça; construção de galpão agrícola no Câmpus São Miguel do Oeste (...). Na mesma perspectiva estão as obras: correção de avarias no sistema de proteção contra descargas atmosféricas e reforma da estação ecológica de esgoto do Câmpus São José; reforma da quadra poliesportiva do Câmpus Lages; reforma da cobertura e acessibilidade do Câmpus São Carlos; acessibilidade nos sanitários do Câmpus São Miguel; construção e reforma de rampas do Câmpus Chapecó (...).

Logo que assumimos a gestão, em maio, nos deparamos com entraves para obras de melhoria e ampliação da infraestrutura do câmpus Florianópolis. Estamos superando os

problemas históricos de não-regularização do terreno e benfeitorias junto a Prefeitura e outros órgãos de segurança pública, e conseguiremos avançar com o plano de obras na nossa primeira unidade, que atende hoje mais de 7,7 mil estudantes no centro da Ilha de Santa Catarina. Outro desafio macro da Rede IFSC que conseguimos avançar foi a ampliação da área do terreno do Câmpus Chapecó. Adquirimos quatro mil metros quadrados anexos a escritura atual, abrindo possibilidade para ampliação da oferta de vagas e melhor atendimento da comunidade.

Essas melhorias e avanços de infraestrutura nos remetem à percepção que o IFSC precisa dialogar mais com seus representantes parlamentares para qualificar os resultados e manter o histórico positivo. O espaço de convivência e refeições coletivas para os estudantes do Câmpus Joinville, a cobertura da passarela e a construção dos vestiários e banheiros para o Câmpus Jaraguá do Sul-RAU são alguns exemplos de projetos encaminhados em 2020 com aceno positivo para 2021 via emenda de bancada para os institutos federais (IFC e IFSC), no valor de R\$ 10 milhões.

Desenvolvemos 371 atividades de extensão e lançamos 27 editais de fomento. Na área da pesquisa, foram 37 editais e 380 ações e projetos. Destaque para a atuação das Empresas Juniores (EJs). O IFSC tem 22 câmpus e 21 Empresas Juniores (Ejs), e agora dez delas federadas pela Federação das Empresas Juniores (Ejs) do Estado de Santa Catarina (*Fejesc*). O IFSC é a única Instituição de Ensino Superior a crescer de 0 a 13 cursos com EJ em menos de três anos, sendo uma das quatro Instituições com o Selo da FEJESC no estado.

Após um amplo estudo quanto ao redesenho da aprendizagem pela experiência, lançamos o Edital de Equipes de Competição, cujo objetivo principal foi selecionar até 10 equipes Maker de Competição para fomento às ações planejadas para 2021. O IFSC passou a implementar ações sistêmicas para consolidar o fomento à inovação didático-pedagógica dos seus currículos por meio de estratégias ligadas à metodologia STEAM+A e à aprendizagem baseada na experiência com protagonismo discente. As Equipes Maker de Competição do IFSC caracterizam-se como laboratórios permanentes de prática extracurricular focados

na experimentação continuada entre teoria e prática, prioritariamente criando vínculos institucionais entre empresas do respectivo setor. O *resultado* do edital 05/2020 para seleção de projetos de apoio ao empreendedorismo inovador com foco na economia 4.0 aprovou 60 projetos aprovados, sendo três deles do IFSC: AgroTech4All (Câmpus Lages); Saúde 4.0 - Aprendizagem de Máquina em Tempos de Pandemia, e AgroMet – Sistema de agricultura 4.0 de acesso gratuito (ambos do Câmpus Caçador).

A dificuldade enfrentada neste ano também atingiu a mobilidade internacional e não tinha como ser diferente. Foram cinco ações de internacionalização diante da pandemia: 41 alunos e nove servidores em mobilidade. Como medidas de enfrentamento trabalhamos na comunicação permanente com as instituições parceiras; apoio aos estudantes que retornaram antecipadamente do intercâmbio e busca por novas formas de realização de mobilidade estudantil, como a mobilidade virtual, fortificando a internacionalização do IFSC mesmo sem a publicação de editais de mobilidade tradicional. Um número que nos

consola é o número de publicações internacionais: 364, que nos indica, se levarmos em consideração finais de semana e feriados, a mais de uma por dia do ano, mesmo em situação de pandemia.

Também não podemos deixar de abordar a Assessoria de Correição do IFSC, que está ligada à Diretoria Executiva, e integrada pela Corregedoria-Geral da União como Órgão Central. É ela a encarregada pelas atividades relacionadas à prevenção, detecção e apuração de possíveis irregularidades disciplinares e administrativas de servidores públicos. Já a Assessoria de Correição e Transparência (ACT) é responsável pela coordenação da Unidade de Gestão da Integridade (UGI). A UGI desenvolveu ao longo de 2020 o Plano de Integridade do IFSC, tendo aprovado o documento em outubro passado, que estabelece entre suas atribuições realizar a investigação preliminar e instaurar ou determinar a instauração de sindicâncias, de processo administrativo disciplinar e de processo administrativo de responsabilização.

Mais popularmente conhecida, a Ouvidoria do IFSC é o principal canal de comunicação com a sociedade, e tem como objetivo principal e

previsto na Lei 13.460/2017, assegurar a participação da comunidade na instituição para fortalecer a cidadania e promover a melhoria das atividades desenvolvidas. Desenvolve ainda atribuições relacionadas à transparência, tais como o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e à Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Mesmo sob todas as consequências que a pandemia acarreta no cotidiano de todos nós, no período de maio a dezembro de 2021, a Ouvidoria ampliou e consolidou suas ações visando a otimização e a padronização dos fluxos, para obter uma maior eficiência na tramitação das manifestações de sua competência. Como resultado, alcançou um desempenho acima da média, conforme demonstra-se neste relatório (na sequência). O número total de manifestações recebidas pela Ouvidoria do IFSC entre maio de 2020 e abril de 2021 foi de 376, todas elas devidamente respondidas dentro do prazo legal. Em comparação com os doze meses de 2019, o número total de manifestações recebidas pela Ouvidoria do IFSC foi de 605, todas elas também 100% respondidas.

Durante o ano de 2020, foram suscitadas preocupações relacionadas à transparência pública, governança institucional e integridade, que culminaram com o desenvolvimento de Planos de Integridade, Plano de Governança e Gestão de Riscos e Plano de Dados Abertos. O Plano de Dados Abertos teve suas atividades iniciadas em 2020, tendo a sua Política já aprovada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e dispõe do processo de disponibilização das informações de forma acessível aos cidadãos, que pode exercer a fiscalização social; O Plano de Governança e de Integridade tem como objetivo a identificação dos riscos inerentes ao processo, possibilitando ferramentas preventivas para mitigá-los, diminuindo a chance de ocorrência, mas também contemplam o processo de responsabilização - mas sempre objetivando o melhor retorno de valor público à sociedade.

Ainda com relação ao uso de dados, com base no compromisso com a privacidade e uso adequado de dados dos alunos e servidores, foram iniciados os processos para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados, com sensibilizações frente ao tema, mas com início

do desenvolvimento de fluxo de tratamento e de ocorrência, que gerarão normativos e materiais educativos, somados ao incremento de ações de segurança da informação.

Agora vamos falar sobre as parcerias realizadas pela Instituição no ano em questão. No que se refere à Cooperação Técnica, tivemos 67 ações concretizadas, enquanto que esse número em 2019 foi de 73. Neste tópico, também temos àquelas relacionadas à Colaboração Técnica, que no ano passado somaram 17 iniciativas; e em 2019, 12. Assim, a totalidade das parcerias efetivadas pelo IFSC em 2020 é de 84 ações, enquanto que no ano anterior foram 85.



:: VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Identidade Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal de ensino, que atua há mais de 100 anos promovendo conhecimento e inovação em Santa Catarina. Sua finalidade é ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense.

É uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Tem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. E faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Conheça a *história da instituição* que iniciou em 23 de setembro de 1909 na cidade de Florianópolis e que hoje, está presente nas cinco regiões do estado, acessando seu sítio eletrônico.

Os principais elementos identificadores encontram-se demonstrados no quadro ao lado.

Elementos identificadores do IFSC	
Poder: Executivo Órgão de Vinculação: Ministério da Educação (MEC) Código Siorg: 244	
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)	
Código Siorg: 455 Código LOA: 26438 Código Siafi: 158516	
Natureza jurídica: Autarquia do Poder Executivo Federal	CNPJ: 11.402.887/0001-60
Principal atividade: 85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico	
Telefone: (48) 3877-9000	Fax: (48) 3877-9060
Endereço eletrônico: reitoria@ifsc.edu.br	Sítio eletrônico: www.ifsc.edu.br
Endereço Postal: Rua 14 de Julho, 150, Coqueiros, CEP: 88075-010, Florianópolis (SC) CEP: 88.075-010 - Florianópolis, Santa Catarina.	
Mídias Sociais: Facebook - facebook.com/ifsantacatarina/ Instagram - instagram.com/ifsc/ Twitter - twitter.com/ifsc Linkedin - linkedin.com/school/ifsantacatarina/ Youtube - youtube.com/user/ifsccomunicacao	

Normas e Leis
Lei 11.892/2008 - Lei de criação dos Institutos Federais
Estatuto do IFSC
Regimento Geral do IFSC
Instrução Normativa nº 63/2010/TCU - Estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão
Plano Nacional da Educação 2014-2024 (PNE)
Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020
Plano Plurianual (PPA) 2020-2023

As declarações de Missão, Visão e Valores são três dos elementos que constituem a identidade do IFSC.

Missão

Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Visão

Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Valores

COMPROMISSO SOCIAL, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.

DEMOCRACIA, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade.

EQUIDADE, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.

ÉTICA, pautada por princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público.

INOVAÇÃO, pautada em práticas que estimulem ações criativas e proporcionem soluções diferenciadas à sociedade.

QUALIDADE, pautada na entrega de valor público, oferecendo respostas efetivas às necessidades de alunos e sociedade.

RESPEITO, pautado pela importância do diálogo no desenvolvimento das relações interpessoais.

SUSTENTABILIDADE, pautada pela responsabilidade social e ambiental.

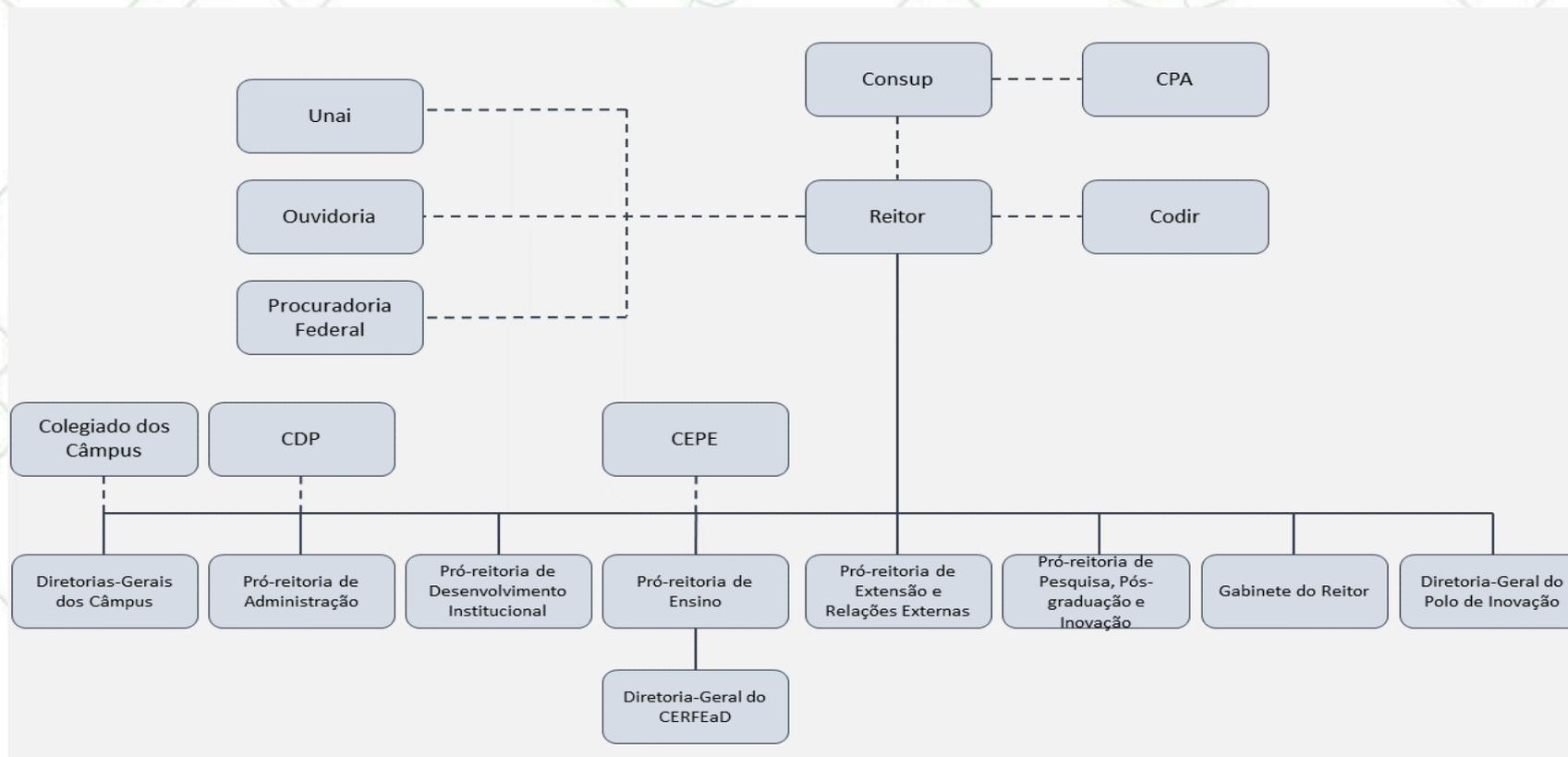
Sua estrutura é composta por vinte e um câmpus, um câmpus avançado, um centro de referência e um polo de inovação, além da reitoria, localizada em Florianópolis. O Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead) localiza-se em Florianópolis e se articula com os câmpus para realização da oferta de educação a distância. E o Polo de Inovação Embrapii - IFSC, instalado no Câmpus Florianópolis realiza pesquisa e inovação em Sistemas Inteligentes de Energia.



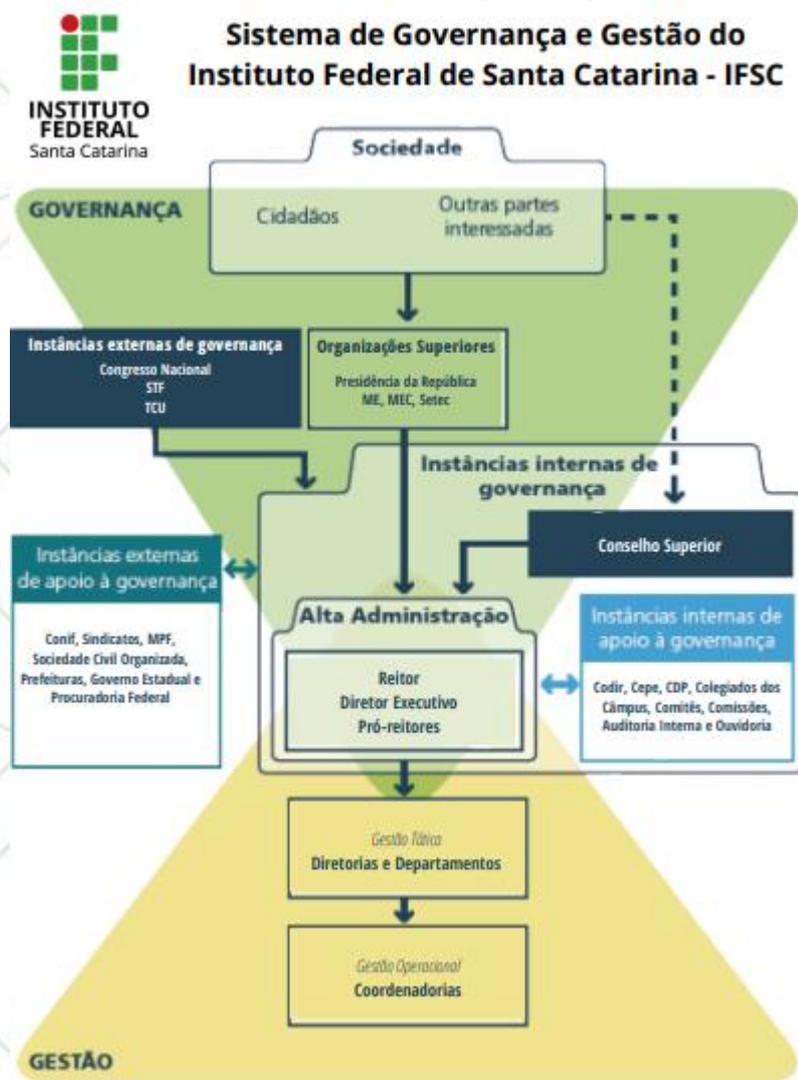
1.2 Estrutura Organizacional e de Governança

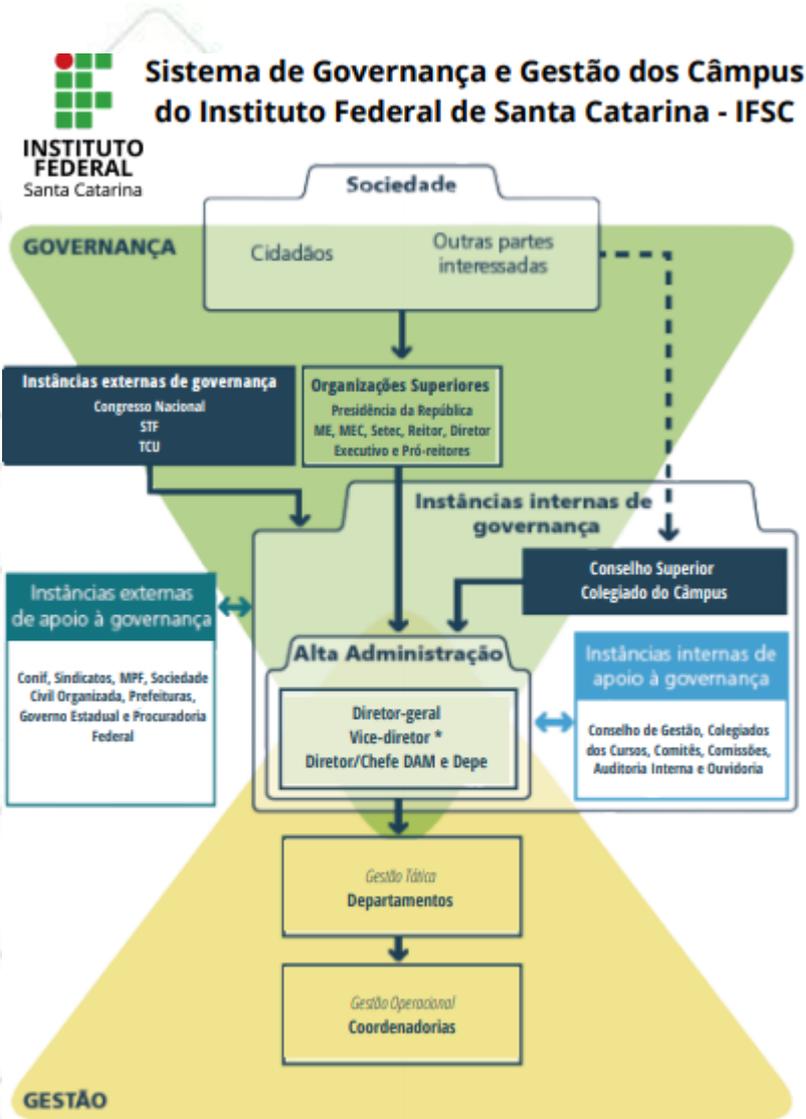
O IFSC é organizado em estrutura multicâmpus, no qual câmpus e reitoria atuam em conjunto para cumprir a missão institucional. Essa estrutura é conjugada sob a forma de sistema, buscando a integração e o padrão nas ações de planejar e executar. Esse modelo possibilita a descentralização, flexibilizando e tornando possível a autonomia para os câmpus na operacionalização de suas ações. A proposta orçamentária anual é identificada por câmpus e reitoria, exceto em pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Apresentamos no organograma abaixo a macroestrutura organizacional. A estrutura detalhada e as atribuições das unidades estão disponíveis no Estatuto, Regimento Geral e nos Regimentos Internos dos Câmpus, Centro de Referência e Pólo de Inovação, disponíveis na *página de Regimentos do IFSC*.



A estrutura de governança do IFSC e dos Câmpus seguem as diretrizes propostas pelo Referencial básico de Governança do TCU e ressalta a importância da interação entre as instâncias internas e externas da instituição. É por meio do relacionamento entre os diversos atores deste sistema que se consolida a estrutura proposta.





*Quando houver.

Neste contexto, conforme o Referencial básico de Governança do TCU (2014), as instâncias externas de governança zelam pela fiscalização, controle e regulação; já a estrutura externa de apoio à governança é responsável pela avaliação, auditoria e monitoramento independente; enquanto isso, as instâncias internas de governança definem ou avaliam a estratégia e as políticas, bem como monitoram a conformidade e o desempenho; por fim, as instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre as partes interessadas. A estrutura em questão tem por objetivo alcançar para o IFSC, e para a sociedade, os benefícios gerados pela prática da boa governança no setor público.

Ainda que o Colégio de Dirigentes, após capacitação sobre o tema, tenha validado a existência de um Sistema de Governança do IFSC e de um segundo nível chamado Sistema de Governança dos câmpus, entende-se que, neste momento, seja mais adequado tratar a Governança na perspectiva institucional, sem desmembrá-la em dois níveis. Essa decisão considera o fato de que, da mesma forma que ocorre com o planejamento do IFSC, a governança institucional também terá seus estágios de implementação conforme a compreensão sobre o tema, a maturidade da instituição com relação a ele e a consolidação das etapas realizadas forem avançando.

Instâncias Internas de Governança

Conselho Superior (Consup)

De caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFSC. É composto por representantes da comunidade interna (docentes, discentes, técnico-administrativos e diretores-gerais dos câmpus), eleitos por seus pares, e de segmentos ligados à educação profissional e tecnológica (sociedade civil, Secretaria de Estado da Educação, Fundação de Pesquisa do Estado de Santa Catarina e Ministério da Educação), tendo o reitor como seu presidente.

Fonte: <https://www.ifsc.edu.br/consup>

Diretoria Executiva

Orienta e acompanha a execução das atividades técnicas realizadas pelas áreas meio e fim do IFSC.

Fonte: <https://www.ifsc.edu.br/gabinete-da-reitoria>

Colégio de Dirigentes (Codir)

É um órgão de apoio ao processo decisório do IFSC, de caráter consultivo, composto pelo Reitor, seu presidente nato, pelos Pró-reitores e pelos Diretores-gerais dos câmpus. Trata de matéria administrativa, econômica,

orçamentária, financeira e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário acadêmico e critérios para distribuição do orçamento anual são dois exemplos de assuntos que passam pelo Codir.

Fonte: <https://www.ifsc.edu.br/codir>

Instâncias Internas de Apoio à Governança

Auditoria Interna

Órgão de apoio ao Reitor, supervisionada pelo Conselho Superior, responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como por prestar apoio, no âmbito do IFSC, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União. É dirigida por um Auditor-Chefe, designado pelo Reitor e atualmente está dividida em duas estruturas integradas: Auditoria Geral e Auditorias Regionais.

Fonte: <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-da-auditoria-interna>

Ouvidoria

É o canal de comunicação entre o cidadão e o IFSC. É um serviço aberto ao cidadão para escutar as reivindicações, as denúncias, as sugestões e também os elogios referentes aos diversos serviços disponíveis à população.

Fonte: <https://www.ifsc.edu.br/ouvidoria>

Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)

É um órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria no que diz respeito às políticas de ensino, pesquisa e extensão. É formado por representantes dos professores e dos técnicos administrativos; discentes; além dos pró-reitores de Ensino (presidente); de Extensão e Relações Externas; e de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e dos Diretores Sistêmicos de Ensino; Pesquisa e Pós-graduação; e de Extensão. Passam pelo Cepe, por exemplo, todas as propostas de criação, reestruturação e extinção de cursos do IFSC, assim como suspensão de oferta de vagas.

Fonte: <https://www.ifsc.edu.br/cepe>

Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)

O órgão normativo e consultivo, que tem por finalidade subsidiar a Reitoria nos encaminhamentos das políticas de pessoal. É presidido pelo ocupante do cargo de Pró-reitor de Administração. Compõem, ainda, esse colegiado, na qualidade de membros natos, o Pró-reitor de Ensino, o Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e o Diretor de Gestão de Pessoas, e escolhidos pelos seus pares, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Interna de Supervisão (CIS).

Fonte: <https://www.ifsc.edu.br/cdp2>

Instâncias Externas de Governança

Ministério da Educação (MEC)

Órgão da administração federal direta, tem como áreas de competência a política nacional de educação; a educação infantil; a educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; a avaliação, a informação e a pesquisa educacionais; a pesquisa e a extensão universitárias; o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/institucional>

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)

É responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros. Entre as suas atribuições, deve promover o fomento à inovação, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica, especialmente quanto à integração com o ensino médio, à oferta em tempo integral e na modalidade a distância, à certificação profissional de trabalhadores e ao diálogo com os setores produtivos e sociais.

Fonte: portal.mec.gov.br

Instâncias Externas de Apoio à Governança

Tribunal de Contas da União (TCU)

O Tribunal é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

Fonte: portal.tcu.gov.br

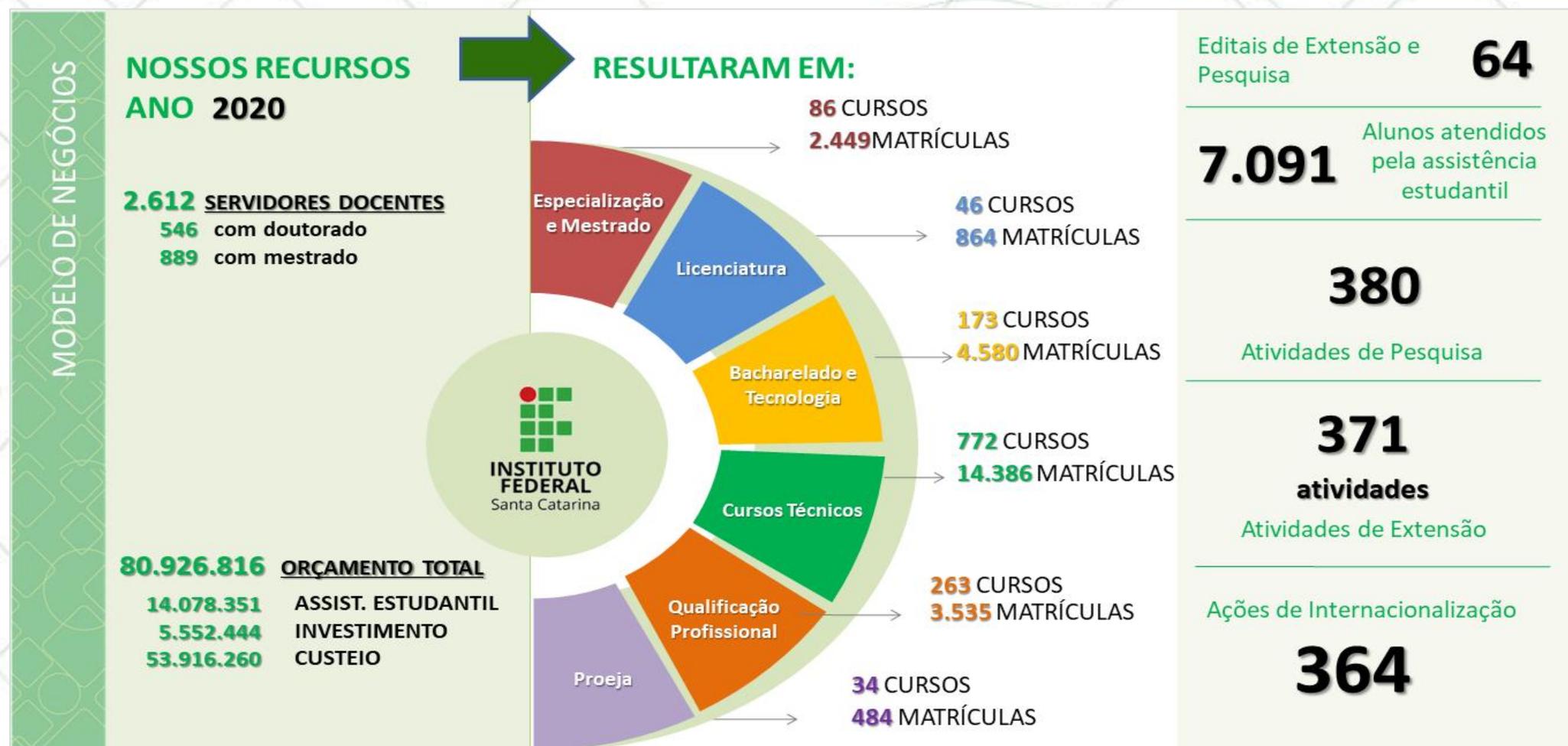
Controladoria-Geral da União (CGU)

É o órgão de controle interno do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

Fonte: portal.cgu.gov.br

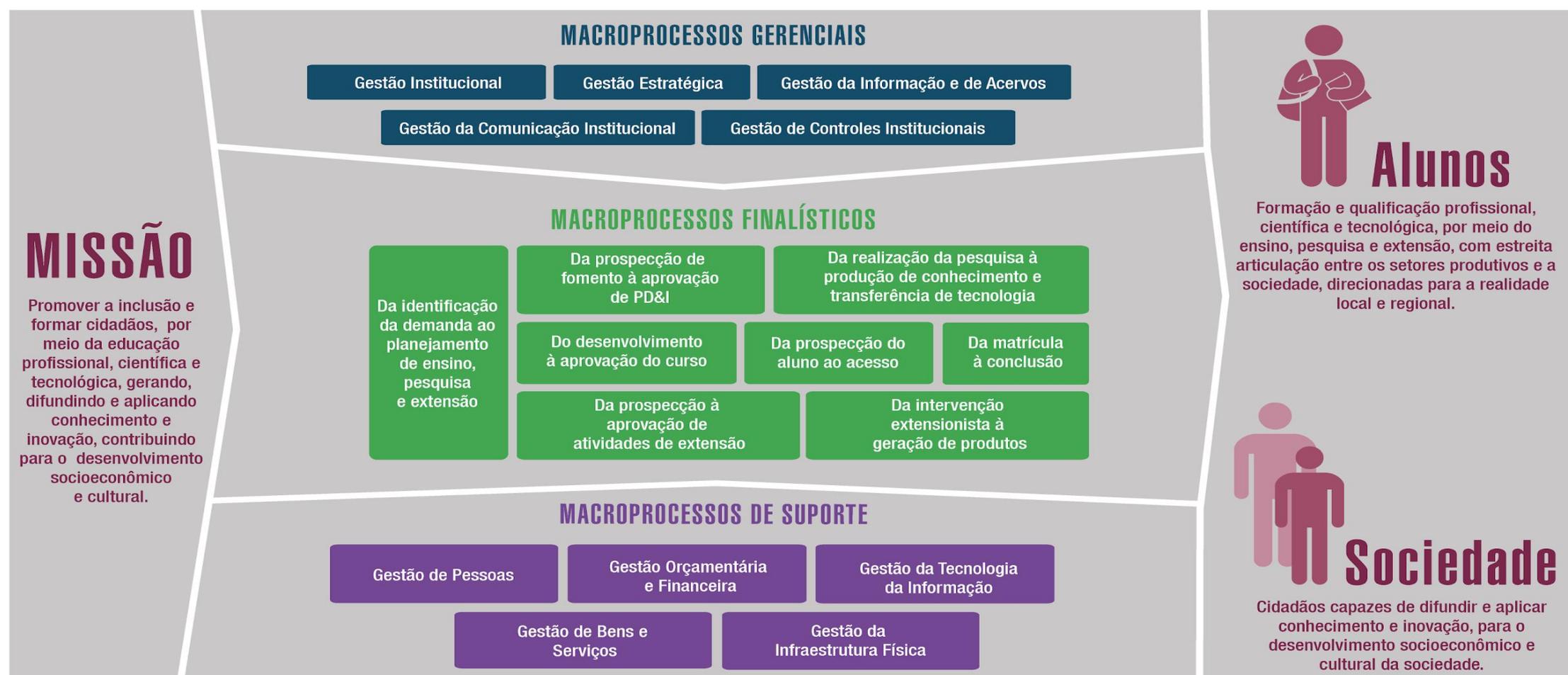
1.3 Modelo de negócio

O modelo de negócio do IFSC, construído a partir das finalidades e objetivos expressos na Lei de Criação nº 11.892/2008, apresenta os principais recursos investidos em 2020, as atividades finalísticas realizadas, bem como os resultados alcançados e os impactos gerados.



1.4 Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do IFSC, instituída por meio da Portaria nº 08/2018 e revisada pela Portaria nº 605/2020, apresenta os macroprocessos pelos quais a instituição cumpre a sua Missão, gerando valor público para os alunos e para a sociedade.



Os macroprocessos são os conjuntos de processos do mais alto nível, organizados e classificados de forma a proporcionar uma visão geral, lógica e sistêmica da instituição. Eles mantêm uma interdependência e complementaridade entre si, contribuindo de forma sinérgica para o alcance dos objetivos institucionais, garantindo o cumprimento da missão. A cadeia de valor é um instrumento básico da gestão por processos, que auxilia na tomada de decisão em alto nível. Para se realizar análises ou inferir como os processos são feitos, deve-se verificar os níveis mais baixos da arquitetura de processos. Cada nível possui seu conjunto específico de dimensões mapeadas, um público-alvo e um propósito. Os níveis estão ligados entre si por uma relação de desdobramento, ou seja, níveis mais detalhados são oriundos de níveis menos detalhados e níveis menos detalhados são agregações de níveis mais detalhados.

Os processos de negócio são o conjunto completo de processos de trabalho necessários para entregar produtos e serviços finais, sejam eles finalísticos, de suporte ou gerenciais. São entidades institucionais dependentes, isto é, nenhuma delas, isoladamente, está capacitada à obtenção de resultados institucionais. O IFSC possui, atualmente, 79 processos de negócio. Para cada processo de negócio, foi atribuído, por meio da Instrução Normativa nº 03/2020, um gestor responsável, com o papel de “dono do processo”. Esses donos possuem a responsabilidade e a prestação de contas pelo desenho, execução e desempenho de um ou mais processos.

Já os Processos de Trabalho são os desdobramentos dos processos de negócio e constituem o primeiro nível que realmente mostra como a atividade é realizada. Eles identificam as atividades necessárias para a realização do processo e as dispõem em fluxo no mapa do processo. Por fim, o Manual de Procedimentos é o nível mais detalhado, é útil para o executor da tarefa e sua chefia imediata, além de gerar informações para vários processos gerenciais. Um Manual de Procedimentos contém os processos de trabalho referentes a um processo de negócio e também os seguintes elementos relativos àqueles processos: competências, documentos e riscos associados.



1.5 Políticas e programas de GESTÃO

PROGRAMA: 5012 - Educação Profissional e Tecnológica

Diretriz: 10 - Dedicção prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho

Orgão Responsável: Ministério da Educação

Esfera	Valor 2020 (mil R\$)	Valor 2021 - 2023 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.841.280	4.500.325
Despesas Correntes	2.489.685	3.981.096
Despesas de Capital	351.595	519.230
Valores Globais	2.841.280	4.500.325
	7.341.605	

OBJETIVO: 1204 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, em especial nos cursos técnicos e de qualificação profissional, adequando-se a oferta às demandas do setor produtivo.

META: 052F - Elevar para 5 milhões o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional, até 2023.

Unidade de medida: unidade

Descritor de desempenho: Número absoluto de matrículas de cursos técnicos e de cursos de qualificação profissional

Linha de base: 1.902.636,00

Data de referência: 31/12/2018

Valor previsto ao final do PPA: 5.000.000,00

O *Plano Nacional da Educação 2014-2024 (PNE)* estabelece compromissos considerados estratégicos pela sociedade e aprimorados na interação com o Congresso Nacional. Para efetivar tais compromissos, há metas estruturantes voltadas à garantia do direito à educação básica de

A relação entre o Plano Nacional de Educação 2014-2024, o Plano Plurianual 2020-2023 e a Lei Orçamentária Anual 2020

qualidade quanto ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

Os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020 direcionados ao IFSC derivam-se do *Plano Plurianual (PPA) 2020-2023*, dentro do eixo temático Social, e do tema 3 - Educação, cuja execução orçamentária no IFSC pode ser visualizada adiante, no item 4.4.1 Gestão Orçamentária e Financeira.

Mais informações sobre o referido eixo temático e seus programas finalísticos podem ser visualizadas diretamente no PPA, pg. 32-33.

No âmbito do IFSC, destaca-se o programa 5012 – Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sob coordenação e responsabilidade do MEC.

Esse programa viabiliza o atendimento às demandas da sociedade para a EPT expressas principalmente em duas das vinte metas do PNE, as metas 10 (EJA integrada) e 11 (Educação Profissional). Ambas podem ser visualizadas *aqui*.

No Programa 5012 a Setec/Mec busca garantir recursos com finalidade direta para a Educação Profissional e Tecnológica. Seu detalhamento pode

ser consultado no *anexo 1* da Lei 13.971, de 27 de dezembro de 2019 (PPA 2020-2023), pg. 23.

1.6 Ambiente externo

A estrutura multicâmpus e os polos de educação à distância proporcionam ao IFSC desempenhar um forte papel no desenvolvimento regional, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social, já que desenvolve projetos de pesquisa e promove ações de extensão junto à comunidade.

Federal da Fronteira Sul (UFFS); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Para compreender o ambiente no qual o IFSC está inserido e com isso tomar decisões subsidiadas no contexto econômico e social, foi construída uma análise do ambiente externo, com os fatores considerados como

Contudo, nas cidades onde o IFSC possui oferta, também há oferta de ensino profissional tecnológico e superior por outras instituições, públicas e privadas. Entre as principais instituições destacam-se: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); Instituto Federal Catarinense (IFC); Universidade oportunidades (potencialidades) e as ameaças (fragilidades) e assim definir os objetivos e metas que compõem o PDI 2020-2024. Os principais fatores ambientais externos apontados nesse diagnóstico e que permanece relevante no ano de 2020, foram:

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Vocação econômica regional demandante de cursos e projetos nas áreas de atuação do câmpus.	Contexto político-econômico nacional incerto quanto às políticas públicas para a EPT gratuita, de qualidade, democrática e pedagogicamente autônoma.
Contextos demográficos e socioeducacionais regionais favoráveis à ampliação da oferta de cursos e vagas.	Evolução orçamentária incerta e desproporcional ao crescimento do número de alunos e demandas de desenvolvimento e manutenção da infraestrutura

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Espaço para mais parcerias com órgãos governamentais e com instituições públicas e privadas	Deficiências na formação básica e priorização do trabalho em relação aos estudos
Alta demanda por Ensino à Distância e possibilidade de 20% de EaD nos cursos presenciais	Carência de transporte público e problemas de mobilidade urbana
Metas do PNE para curricularização da extensão, ampliação da educação profissional de nível médio, EJA, formação de professores, EaD e educação bilíngue (Libras-Português)	IFSC ainda não consolidado como referência para todos os seus públicos estratégicos
Existência de editais de fomento externo	Cenários econômicos regionais desfavoráveis à inserção profissional e ao desenvolvimento tecnológico
Demandas sócio-culturais a serem atendidas por projetos de extensão, inovação e transferência de tecnologia	Falta de valorização da formação profissional pela sociedade
Existência ou previsão de criação de centros/polos de inovação tecnológica no município do câmpus	Desqualificação da imagem do serviço público e desvalorização da carreira do servidor público
Novas profissões e competências decorrentes do desenvolvimento tecnológico do mundo	Crescimento da oferta de educação a distância por instituições particulares
Perfil do estudante contemporâneo da era digital	Falta de implementação das políticas públicas para o atendimento de pessoas com deficiência

1.1 Materialidade

O processo de definição da materialidade das informações apresentadas neste relatório, iniciou-se pela elaboração de temas que geram impacto positivo na sociedade. Esses temas foram definidos pelos gestores de todos os Câmpus, na definição de sua matriz SWOT, e compilados na Reitoria. Inicialmente, cada unidade acadêmica construiu sua Matriz SWOT local, composta pelas dez principais forças e fraquezas do IFSC e as dez

principais oportunidades e ameaças ao IFSC, ranqueando-as por ordem de relevância. Os fatores do ambiente interno (forças e fraquezas) foram identificadas a partir da análise dos resultados de diagnósticos e pesquisas realizadas ao longo do tempo junto aos segmentos da comunidade interna, com destaque para os relatórios de Autoavaliação Institucional elaborados pela CPA, relatório da Avaliação Institucional Externa realizada pelo INEP,

aos fatores promotores de evasão e retenção levantados para a elaboração do Plano de Permanência Êxito e a pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho do IFSC. Os fatores do ambiente externo foram levantados via análise PESTAL, que busca identificar as oportunidades e ameaças advindas dos fatores Políticos, Econômicos, Sociais, Tecnológicos, Ambientais e Legais.

Após a construção das matrizes locais, fatores ambientais foram sistematizados por tema e semelhança, para que os gestores das pró-reitorias e diretorias da Reitoria identificassem eventuais fatores não observados pelo ponto de vista dos câmpus, avaliassem os fatores agrupados quanto aos seus respectivos níveis de impacto de cada um na realização da Visão do IFSC e ordem de relevância ou intensidade. Com as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades assim ponderadas, a Reitoria produziu a Matriz SWOT global, composta pelos 40 fatores ambientais mais relevantes para a formulação da estratégia institucional. Nesse processo foi atribuído peso a cada um dos temas listados de acordo com o seu impacto no alcance da visão institucional. Cada um desses temas foi

desdobrado nos respectivos objetivos dispostos no Planejamento Estratégico para o ciclo 2020-2024.

Identificados os 40 fatores ambientais mais representativos do contexto institucional, o grupo de gestores da Reitoria passou à etapa de análise estratégica por meio do método de uso dessa ferramenta parte da definição de pesos para cada cruzamento entre fatores externos e internos, conforme a intensidade de seu correlacionamento. A pontuação foi calculada pela multiplicação de três números: os níveis de impacto na visão do par de fatores cruzados e a intensidade da sua correlação.

Assim, a composição do relato integrado do IFSC teve por base a participação de seus gestores os quais definiram que os objetivos dispostos no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) representam o encadeamento lógico das informações apresentadas nesse relatório já que são os condutores das ações institucionais que visam o alcance de suas respectivas metas. A figura abaixo demonstra os principais temas para o IFSC e seu respectivo impacto na visão institucional.

FATORES POSITIVOS	impacto na visao	FATORES NEGATIVOS	impacto na visao
Ensino público, gratuito e de qualidade	10,0	Altos índices de evasão e retenção escolar	10,0
Cursos alinhados com as atividades econômicas e demandas sociais regionais*	8,6	Pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno	9,2
Política e programas internos de assistência estudantil bem estruturados	8,8	Infraestrutura física insuficiente para consolidação dos câmpus ainda em implantação e para ampliação da oferta de cursos e vagas nos câmpus implantados*	7,5
Infraestrutura adequada às ofertas dos câmpus implantados*	8,8	Falta de identificação e de atendimento às demandas no ensino, na pesquisa e na extensão alinhados aos cenários futuros*	8,1
Quadro de servidores capacitado e com alto índice de titulação	7,7	Gestão estratégica baseada em indicadores ainda incipiente e pouca articulação entre os processos de planejamento e a avaliação do desempenho	7,1
Boa visibilidade e imagem positiva do IFSC junto às comunidades atendidas	9,2	Relacionamento com egressos ainda incipiente*	7,9
Incentivo à participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio internacional	9,6	Infraestrutura e serviços de suporte ao aluno ainda insuficientes quanto a alimentação escolar e acessibilidade.	7,4
Oferta de cursos em áreas, formas, tipos e níveis diversificada e organizada em itinerários formativos verticalizados*	6,1	Desequilíbrio nos quadros de servidores técnico-administrativos dos câmpus e falta dimensionamento de pessoal baseada em processos*	4,9
Gestão participativa e escolha democrática de gestores e representantes dos segmentos nos órgãos colegiados	7,5	Processo de ingresso complexo, pouco acessível a alguns dos públicos da EPT e com eficiência questionável para alguns tipos de curso, como FIC e Graduação	5,4
Institucionalização do ensino à distância*	6,8	Carências infraestruturais, regulatórias e de pessoal para consolidação e ampliação de ofertas de EaD*	5,6
Vocação econômica regional demandante de cursos e projetos nas áreas de atuação do câmpus*	8,4	Contexto político-econômico nacional incerto quanto às políticas públicas para a EPT gratuita, de qualidade e pedagogicamente autônoma.	7,9
Contextos demográficos e sócio-educacionais regionais favoráveis à ampliação da oferta de cursos e vagas	7,9	Evolução orçamentária incerta e desproporcional ao crescimento do número de alunos	9,5
Espaço para mais parcerias com órgãos governamentais e com instituições públicas e privadas*	7,1	Deficiências na formação básica e priorização do trabalho em relação aos estudos*	9,0
Alta demanda por Ensino à Distância e possibilidade de 20% de EaD nos cursos presenciais	6,7	Carência de transporte público e problemas de mobilidade urbana	7,8
Metas do PNE para curricularização da extensão, ampliação da educação profissional de nível médio, EJA, formação de professores, EaD e educação bilíngue (Libras-Português)	8,3	IFSC ainda não consolidado como referência para todos os seus públicos estratégicos	8,0
Existência de editais de fomento externo	6,5	Cenários econômicos regionais desfavoráveis à inserção profissional e ao desenvolvimento tecnológico	7,2
Demandas sócio-culturais a serem atendidas por projetos de extensão, inovação e transferência de tecnologia	7,5	Falta de valorização da formação profissional pela sociedade	7,2
Existência ou previsão de criação de centros/polos de inovação tecnológica no município do câmpus	5,7	Desqualificação da imagem do serviço público e desvalorização da carreira do servidor público	3,8
Novas profissões e competências decorrentes do desenvolvimento tecnológico do mundo	4,6	Crescimento da oferta de educação a distância por instituições particulares	5,6
Perfil do estudante contemporâneo da era digital	5,5	Falta de implementação das políticas públicas para o atendimento de pessoas com deficiência*	5,2



:: RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 Implementação da Gestão de Riscos

Dando continuidade ao projeto de implementação da gestão de riscos como prática sistemática, o IFSC realizou algumas ações no decorrer do ano de 2020. Dentre as quais destacamos:

- Revisão da política de gestão de riscos - a política foi revisitada, com o objetivo de incorporar a governança e a integridade. A nova versão ficou mais completa e integrada, discorrendo sobre governança, integridade, riscos e controles internos da gestão. Ela já foi apreciada pelo Colégio de Dirigentes e está pautada para ser apreciada pelo Conselho Superior.
- Comitê de Governança, Riscos e Controles (IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016) e Comitê Interno de Governança (Decreto nº 9.203/2017) - após amplo estudo, visando otimizar a dinâmica institucional, sem sobrecarregar estruturas, funções e pessoas, elaborou-se a proposta do Colégio de Dirigentes da instituição, dada a sua composição e o seu caráter permanente, assumir as atribuições desses comitês, apoiado pela respectiva Câmara Temática e assessorado pelas áreas técnicas: Coordenadoria de Processos e Riscos, Auditoria Interna, Unidade de Gestão da Integridade (UGI) e Assessoria Técnica. Essa proposta já foi aprovada pelas áreas técnicas e pelo Colégio de Dirigentes, figurando na pauta do Conselho Superior para apreciação, juntamente com a minuta da política.
- Avaliação dos controles internos da gestão - foi realizada a análise dos controles internos da gestão nos processos de negócio que tinham o seu principal risco inerente identificado, o que nos permitiu conhecer o risco residual dos mesmos. Dada a troca de vários gestores na instituição, também foram revisadas as seguintes etapas: identificação do principal risco inerente de cada processo de negócio, juntamente com sua causa e consequência; severidade do risco inerente, por meio da verificação da sua probabilidade e impacto; resposta ao risco, que agora foi emitida a partir do risco residual.
- Plano de Integridade - em 2020 a instituição elaborou, acompanhada pela CGU, o seu Plano de Integridade e como parte do seu conteúdo, foram identificados os riscos inerentes prioritários à integridade, analisada a sua severidade, avaliados os controles internos existentes e elaborado um plano de ação para tratamento dos riscos residuais. Os documentos e fluxos gerados a partir do Plano de Integridade, bem como a recepção e ateste

de cumprimento pela CGU, podem ser observados através do *Painel Integridade Pública*, mantido por essa instituição. O Plano de Integridade já foi apreciado pelo Colégio de Dirigentes e está pautado para ser apreciado pelo Conselho Superior.

Embora o nível de maturidade em gestão de riscos no IFSC encontre-se em estágio inicial, conforme evidenciado por auditoria interna, a perspectiva é que sua implementação seja realizada de forma gradual e continuada, para que a prática faça parte da cultura institucional e os benefícios possam ser conhecidos e usufruídos por todos.

Tendo isso em vista, as próximas atividades previstas são: aprovação da Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão; aprovação e formalização do Comitê; capacitação dos envolvidos que têm papel definido na política; validação da metodologia; implementação das respostas aos riscos e elaboração dos planos de ação para tratamento dos riscos; monitoramento do comportamento dos riscos e revisão dos riscos, quando necessário. Para além disso, pretende-se integrar a gestão de riscos à gestão dos processos de trabalho e também, ao Planejamento Estratégico Institucional, quando o próximo for elaborado.

2.2 Linhas de Defesa

Embora a prática sistemática não esteja formalmente instituída, uma vez que a minuta da política se encontra pautada na instância superior de aprovação, ela é realizada na instituição por meio das suas linhas de defesa.

1. Primeira linha de defesa - gestores e suas equipes: são responsáveis por gerenciar os riscos e implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles. Na minuta da política, nessa linha se mantém os gestores e suas equipes, porém, com mais atribuições.

2. Segunda linha de defesa - controles internos, segurança da informação e ouvidoria: as funções de gerenciamento de riscos e supervisão de conformidade assessoram o desenvolvimento e monitoram as atividades de controle realizadas pelos gestores, contribuindo na sua implementação. Na minuta da política, essa linha passa a ser constituída pelo Colégio de Dirigentes, atuando como Comitê de Governança, Riscos e Controles (IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016) e Comitê Interno de Governança (Decreto nº 9.203/2017), apoiado pela Câmara Temática e assessorado pelas respectivas áreas técnicas.

3. Terceira linha de defesa - Auditoria Interna: a unidade de Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficiência do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando para a gestão e para o Conselho Superior eventuais deficiências e propondo ações de melhoria. Na minuta da política, nessa linha também se mantém a auditoria interna, porém, com mais atribuições.



2.3 Matriz de Riscos

A Cadeia de Valor do IFSC, exibida na seção 1.3 deste relatório, apresenta os 18 macroprocessos pelos quais a instituição gera e entrega valor público para seus alunos e para a sociedade. Esses 18 macroprocessos se desdobram em 79 processos de negócios (PN). Cada processo de negócio possui um gestor responsável pelo seu desempenho e também pelo gerenciamento dos riscos que podem comprometer o resultado/entrega de valor do referido processo. Esses gestores atuam na primeira linha de defesa e são responsáveis por implementar ações corretivas para resolver possíveis deficiências nos processos e controles.

Na etapa de identificação dos riscos inerentes, o dono do processo e gestor do risco revisou o principal risco, anteriormente identificado, de cada processo de negócio, sua categoria, causa e consequência. No que diz respeito à integridade, foram identificados os riscos prioritários que passaram a compor o Plano de Integridade do IFSC. A lista completa de riscos do IFSC está disponível no Apêndice 01.

CATEGORIA DO RISCO		
Quantidade	Categoria	Descrição
50	Estratégicos	Tem a possibilidade de afetar toda a organização.
21	Integridade	Pode afetar a honestidade e a ética.
10	Operacionais	Afetam apenas parte da organização.

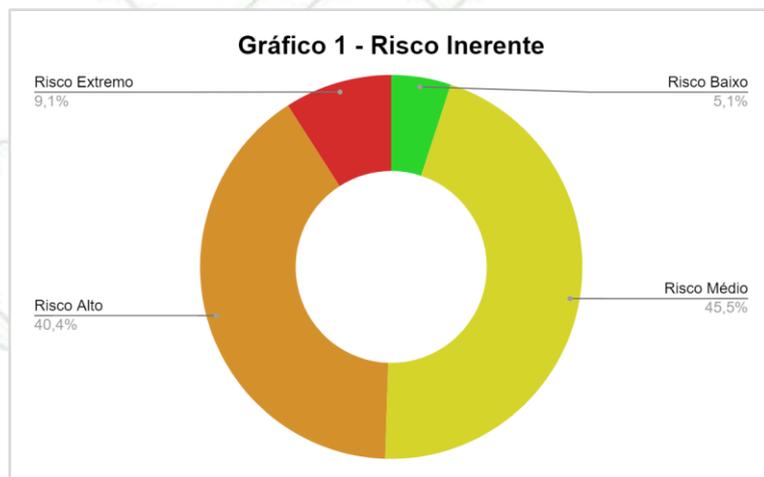
11	Conformidade	Relacionados com o cumprimento de leis e de regulamentos.
4	Orçamentários	Relacionados a aspectos financeiros.
2	Reputação	Influenciam a imagem da organização.
1	Fiscal	Influenciam questões fiscais e contábeis

Quanto à categoria, a grande maioria dos riscos foram considerados estratégicos, ou seja, podem afetar toda a organização. Com a construção do Plano de Integridade, o número de riscos dessa categoria cresceu em relação ao ano anterior.

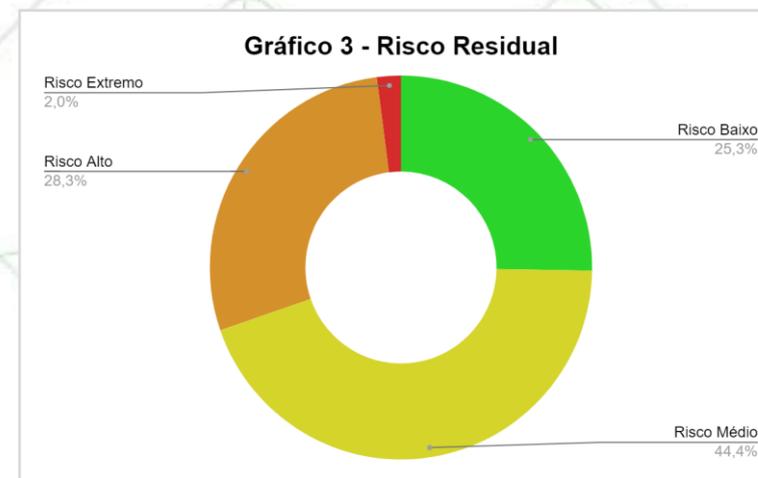
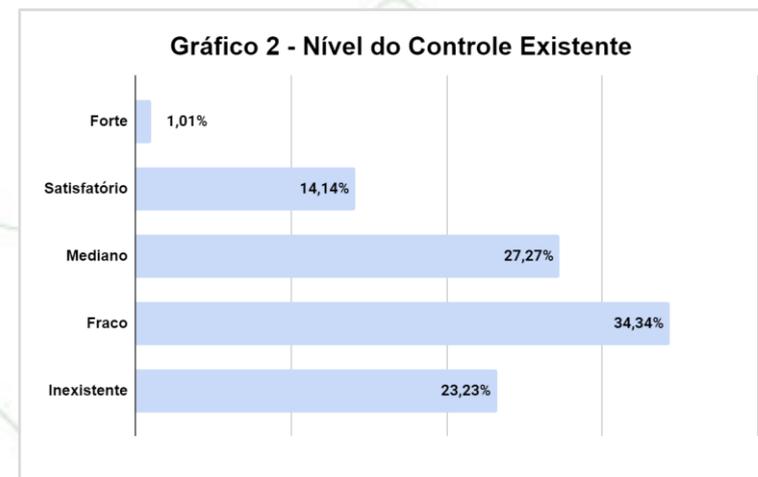
CAUSA DO RISCO		
Quantidade	Fator	Subfator
40	Processos	Comunicação interna, modelagem, segurança física ou adequação a legislação.
45	Pessoas	Carga de trabalho, competências, ambiente organizacional e conduta
7	Ambiente Tecnológico	Segurança lógica, infraestrutura tecnológica, solução de TI e comunicação.
7	Eventos Externos	Desastres naturais e catástrofes, ambiente regulatório, fornecedores e ambiente social.

No que diz respeito às causas dos riscos, verificou-se que a maior parte delas está relacionada a processos e pessoas e uma pequena parte ao ambiente tecnológico e eventos externos.

Encerrada a identificação, revisou-se a avaliação da severidade dos riscos inerentes, realizada por meio da mensuração da probabilidade e impacto, que resultou no nível do risco inerente (Gráfico 1). Quanto aos novos riscos à integridade identificados, realizou-se pela primeira vez as mesmas atividades citadas.



A partir do nível do risco inerente, identificou-se e avaliou-se os controles existentes (Gráfico 2), sendo possível, então, conhecer o nível do risco residual (Gráfico 3).



Percebe-se que, após a identificação dos controles existentes e a avaliação do seu nível de efetividade, houve um aumento expressivo no número de riscos classificados como baixos e uma considerável diminuição daqueles classificados como extremos, demonstrando que já existe um

importante enfrentamento da instituição àquilo que pode afetar o resultado final de seus processos. Para cada nível de risco residual foi atribuída uma resposta ao risco, de acordo com o quadro a seguir.

NÍVEL DO RISCO RESIDUAL	RESPOSTA AO RISCO
Risco Baixo	Aceitar ou Mitigar
Risco Médio	Mitigar
Risco Alto	Mitigar ou Compartilhar
Risco Extremo	Compartilhar ou Evitar

Para os riscos à integridade, elaborou-se, ainda, o plano de tratamento dos riscos, o qual compõe o Plano de Integridade do IFSC, os demais riscos, terão seus planos elaborados nas próximas atividades previstas, conforme tratado na seção 3.1.

Por fim, realizar a gestão de riscos é uma atividade imprescindível para aprimorar a gestão da instituição. Além de proporcionar garantia razoável do atingimento dos objetivos, proporciona também um olhar crítico sobre o “seu fazer”, seja esse fazer uma atividade de processo ou de projeto, oportunizando assim, a identificação e implementação de melhorias.

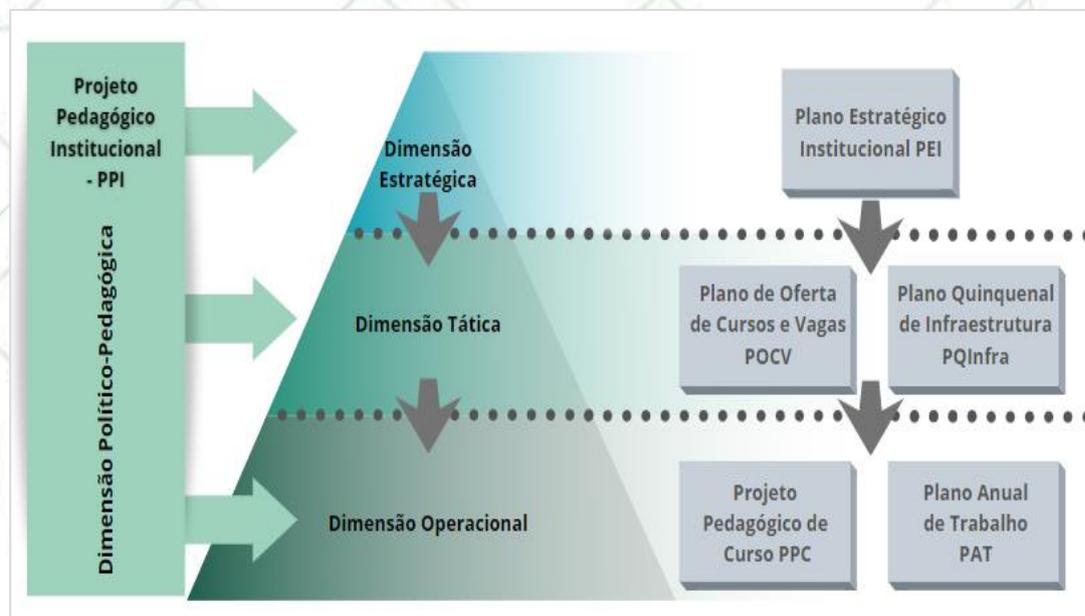


**:: GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E
DESEMPENHO**

3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 Planejamento

A integração entre planejamento estratégico e missão institucional, por meio do BSC, permite à instituição mensurar o impacto que os planos estratégicos têm no atendimento de seus públicos-alvo. Essa integração no IFSC é feita por meio do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) que expressa o alinhamento da organização com a estratégia.



O primeiro documento que orienta a condução das ações institucionais é o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). A partir dele é definido o processo formativo em ensino, pesquisa e extensão. O IFSC adotou a concepção histórico-crítica de educação. Entende-se, assim, que a educação é um espaço fundamental para a formação integral do cidadão, sujeito consciente, com visão crítica.

O Planejamento Estratégico (PEI) está intimamente articulado com as diretrizes políticas estabelecidas pelo PPI mobilizando-se em sua direção por meio de objetivos, indicadores e iniciativas que procuram materializar a concepção educativa adotada pela instituição. Mediante o PEI é definido o plano de ação, que conduz os processos institucionais e representa um compromisso, por parte dos servidores, em desempenhar ações que direcionam a instituição no rumo de sua visão.

O desdobramento da estratégia é efetuado por dois documentos o Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) e o Plano de Ação Quinquenal (Plano Diretor), que criam condições para que as proposições estabelecidas no planejamento estratégico sejam alcançadas. O POCV é responsável por definir as diretrizes que nortearão temas relacionados à oferta de vagas, admissão de professores e da ampliação de espaço físico. Já o Plano Diretor visa garantir a infraestrutura necessária para a execução do Plano de Oferta de Cursos e Vagas, sempre orientando a aplicação de recursos de maneira eficiente.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e do Plano Anual de Trabalho (PAT) buscam tangibilizar a estratégia a fim de que ela seja difundida por meio de ações que visem ao alcance dos objetivos estratégicos, sempre alinhadas às prioridades estabelecidas pela gestão, tanto na concepção de

cursos (PPC) como na operacionalização dos objetivos traçados no planejamento estratégico (PEI).

Esses objetivos estratégicos têm sua representação visual por meio do mapa estratégico do IFSC. Ele organiza os 18 objetivos estratégicos institucionais em cada perspectiva e ilustra as relações de causa e efeito entre objetivos verticalmente alinhados nas diferentes perspectivas.



3.2 Relacionamento da estrutura de governança com o planejamento

O sistema de governança e o planejamento possuem uma intrínseca ligação e por este motivo precisam estar alinhados para a condução da estratégia da instituição. Com o intuito de explicitar esta convergência,

apresenta-se a figura ao lado, que retrata como é realizada a interação entre a estrutura de governança e o planejamento estratégico do IFSC.

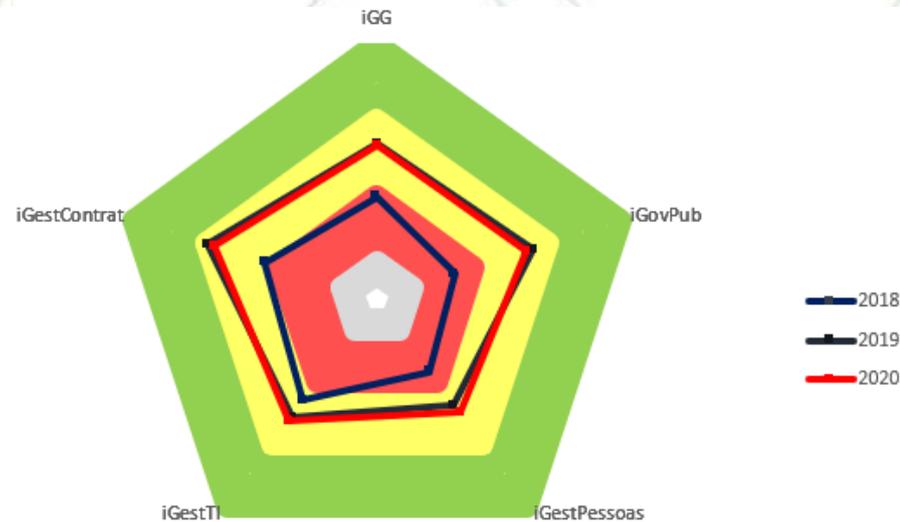


3.3 Avaliação da Governança

Desde 2014 o TCU realiza o Levantamento Integrado de Governança, em ciclos bianuais, para medir a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais e aferir o nível de implementação de boas práticas de liderança, estratégia e *accountability*, bem como práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações. Integradas, essas

práticas mostram a capacidade da organização de gerar resultados e de prestar os serviços esperados.

No gráfico apresentamos os resultados dos indicadores do Levantamento Integrado - Ciclo 2018, 2019 e também, da Autoavaliação Voluntária realizada em 2020.



Indicador		2018	2019	2020
iGG	Índice de governança e gestão	40%	61%	60%
iGovPub	Índice de governança pública organizacional	32%	64%	61%
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas	35%	51%	55%
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI	49%	57%	59%
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações	46%	70%	67%

Faixas de Classificação		
	Aprimorado	70 a 100%
	Intermediário	40 a 69,9%
	Inicial	15 a 39,9%
	Inexpressivo	0 a 14,9%

3.4 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e as prioridades da gestão.

Neste capítulo o leitor terá acesso aos infográficos que tratam dos 23 objetivos estratégicos bem como os indicadores que visam demonstrar os esforços empreendidos no alcance dos objetivos propostos. Os indicadores têm a finalidade de verificar o impacto das iniciativas à estratégia, proporcionando uma condução gerencial que permita uma tomada de decisão estruturada com informações que conduza a instituição à aplicação eficaz dos recursos e competências institucionais.

O IFSC mantém um sistema de indicadores que concede alto grau de confiabilidade ao processo decisório. Permeado em informações tempestivas, que consideram o atual momento da instituição, as quais evidenciam as possíveis tendências sobre ocorrências futuras. Deste modo o planejamento é o elemento que propicia a sinergia entre competências individuais e organizacionais necessárias ao alcance da visão institucional.

A estratégia é peça fundamental na perenidade organizacional, ajudando a atingir os objetivos estabelecidos e superar as dificuldades enfrentadas. Assim é importante verificar de forma clara e concisa o impacto que cada ação tem na superação dos obstáculos e qual é seu nível de alinhamento com a estratégia para que as ações não tangenciem a estratégia que foi definida, mas sim a integrem com intuito de catalisar os recursos organizacionais na busca efetiva pelos objetivos estabelecidos.

Outro fator preponderante é que a compreensão das relações de causa e efeito dessas ações é crucial para o aprimoramento organizacional,

conseguindo fomentar projetos que estejam alinhados às prioridades institucionais de longo prazo que culminarão na realização da visão de futuro.

Para isso, é importante compreender alguns componentes que permeiam o planejamento estratégico para facilitar a compreensão do tema proposto:

- Mapa estratégico: reflete a estratégia da instituição por meio de objetivos, que estão conectados numa relação de causa e efeito entre eles.
- Objetivos estratégicos: definem as prioridades da instituição.
- Indicadores: medem o nível de realização dos objetivos e conduzem a decisão da gestão na busca por seu atingimento.
- Iniciativas: definem como atingir as metas dos objetivos estratégicos. Inspiram a elaboração de projetos alinhados com a estratégia institucional.

Na próxima página segue o mapa integrado da instituição, no qual esses objetivos são dispostos de forma a fomentar o atingimento da visão de futuro do IFSC:

A1: Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.

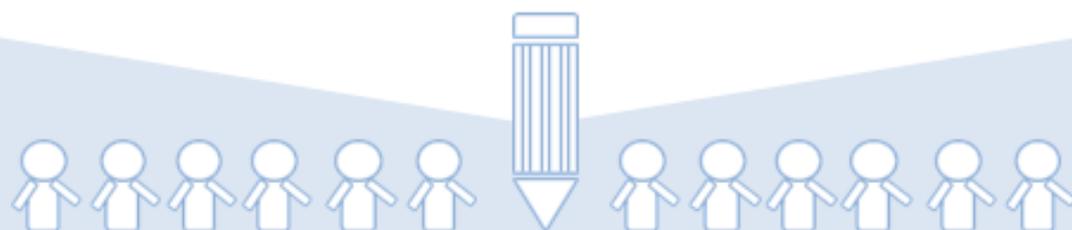
Ampliar a efetividade do IFSC como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional e proporcionando as melhores condições de permanência e êxito aos alunos.

Principais Realizações

- ✓ Implementação do ensino remoto emergencial devido à suspensão das atividades presenciais de 17/03 a 31/12/20, e como estratégia de atendimento aos estudantes em distanciamento social devido à pandemia Covid-19.
- ✓ Regulamentação das atividades pedagógicas não presenciais (ANPs) e de estratégias de atendimento da carga horária letiva dos cursos por meio da Resolução CEPE 41/2020.
- ✓ Implantação do Programa de Qualificação das ANPs (PQANP) abrangendo inclusão digital de estudantes, formação docente, produção de materiais e fortalecimento dos NEADs.
- ✓ Regulamentação (IN 20/2020) e implantação de regras e procedimentos excepcionais relativos à matrícula e à virada de semestre no Sigaa no ano letivo 2020, em função de mudanças no contexto acadêmico do IFSC decorrentes da pandemia Covid-19.
- ✓ Contratação do acervo virtual Minha Biblioteca com aproximadamente 8 mil títulos de e-books em português e acesso para 16 mil usuários (estudantes e servidores).

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Distanciamento da oferta de cursos e vagas em relação às demandas sociais por formação profissional.



Obstáculos Enfrentados

- ✓ Suspensão da oferta de cursos em função das limitações para o desenvolvimento de ANP.
- ✓ Alunos em vulnerabilidade social impossibilitados de participar das ANP devido a falta de equipamentos e acesso à Internet.



Medidas de Enfrentamento

- ✓ Implementação do ensino remoto emergencial ou ANP como estratégia de atendimento escolar e continuidade do processo formativo dos estudantes.
- ✓ Adequação dos componentes curriculares e cursos para desenvolvimento por meio de ANPs.
- ✓ Aprovação de medidas excepcionais por meio de resoluções e instruções normativas visando a regulamentação de processos acadêmicos e institucionais de forma remota.



Desafios para o futuro

- ✓ Ampliar as parcerias com empresas e setores da sociedade visando o alinhamento das ofertas às demandas dos arranjos produtivos locais/regionais.
- ✓ Potencializar a experiência com ANPs para promover a adequação de cursos presenciais para a modalidade híbrida ou EaD.



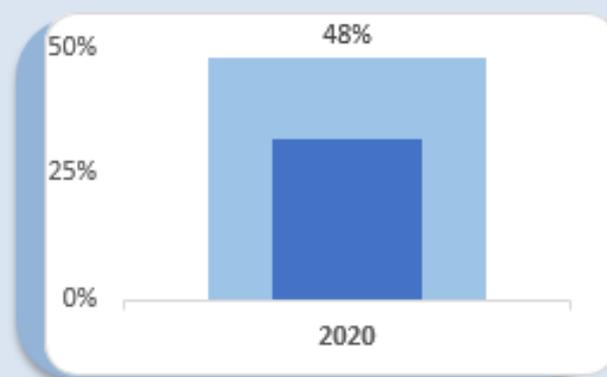
Ações para os próximos anos

- ✓ Atualizar o Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFSC a partir do Novo PDI, aprimorando os instrumentos de monitoramento da evasão e retenção dos estudantes e fortalecendo a atuação das comissões central e locais de acompanhamento.
- ✓ Aprovar diretrizes e promover capacitações que promovam a elaboração/adequação dos PPC para a modalidade híbrida.

A1: Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.

Ampliar a efetividade do IFSC como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional e proporcionando as melhores condições de permanência e êxito aos alunos.

A1.1: Índice de eficiência acadêmica



A2: Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.

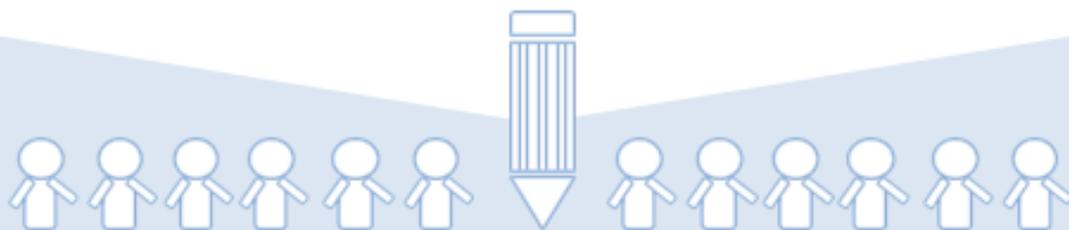
Produzir conhecimento a partir das necessidades da sociedade, visando à construção de produtos, processos e serviços que contribuam com os arranjos produtivos e manifestações sociais e culturais locais.

Principais Realizações

- ✓ Editais Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) - aumento de oportunidade de fomento a atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (EPE).
- ✓ Consolidação do Polo Embrapii para o triênio 2018-2020 e encaminhamento para credenciamento 2021-2023.
- ✓ Credenciamento de laboratórios para prestação de serviços com expectativa de geração e transferência de tecnologia.
- ✓ Cadastro dos laboratórios dos câmpus junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC).
- ✓ Aprovação da Política Editorial para Publicações Técnico-Científicas do IFSC e Recomposição do Conselho Editorial.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Menor desenvolvimento tecnológico.
- ✓ Menor desenvolvimento dos alunos.
- ✓ Menor desenvolvimento regional.
- ✓ Diminuição do reconhecimento pela sociedade.



Obstáculos Enfrentados

- ✓ Dificuldades de execução integral de alguns projetos de pesquisa de 2019/2020, conforme levantamento realizado com os pesquisadores.
- ✓ Emissão de Diplomas e Certificados do Stricto e Lato sensu.



Medidas de Enfrentamento

- ✓ Reuniões com coordenadores de Projetos e com coordenadores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação para a tomada de decisão.
- ✓ Revisão do Formulário de Relatório Final e construção de procedimento para preenchimento.
- ✓ Reuniões com DSI/Coordenadores/Proen para a solução visando a emissão digital dos documentos.



Desafios para o futuro

- ✓ Fomentar mais editais de Pesquisa, parcerias com empresas, especialmente os de PD&I.
- ✓ Atender a demandas dos setores produtivos por meio de projetos de pesquisa aplicada com impacto no desenvolvimento local e regional.
- ✓ Credenciar novos laboratórios de prestação de serviços.
- ✓ Ampliar e qualificar os indicadores de Produção Intelectual dos servidores
- ✓ Fortalecimento dos cursos de Pós e de Grupos de Pesquisa



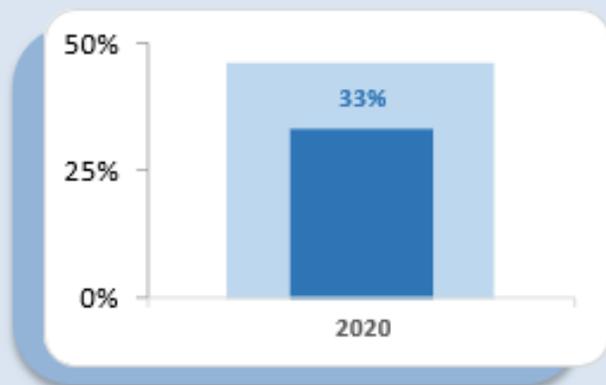
Ações para os próximos anos

- ✓ Produzir conhecimento a partir das necessidades da sociedade, visando à construção de produtos, processos e serviços que contribuam com os arranjos produtivos e manifestações sociais e culturais locais.
- ✓ Capacitar servidores para captação de recursos de editais externos com apoio desde a concepção das propostas, passando pela aprovação e execução e culminando com o encaminhamento da produção.
- ✓ Atender a demandas da sociedade por desenvolvimento de produtos e processos, por meio de projetos de pesquisa aplicada com impacto no desenvolvimento local e regional.

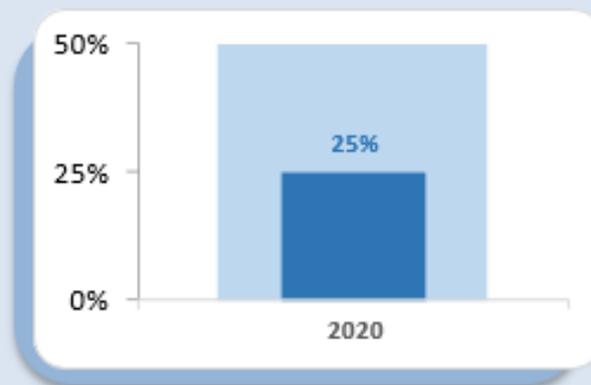
A2: Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.

Produzir conhecimento a partir das necessidades da sociedade, visando à construção de produtos, processos e serviços que contribuam com os arranjos produtivos e manifestações sociais e culturais locais.

A2.1: Índice de engajamento para a geração de conhecimento



A2.2: Índice de transferência de tecnologia formal interinstitucional



A3: Proporcionar formação profissional voltada à cidadania

Propiciar aos alunos meios para o exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Formar os sujeitos da educação profissional e tecnológica para uma intervenção crítica, inventiva e qualificada no mundo, considerando as dimensões identitárias, culturais, sociais, éticas, estéticas e econômicas do trabalho.

Principais Realizações

- ✓ Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de forma remota pelos câmpus.
- ✓ Realização do Didascálico, evento anual de arte e cultura, de forma remota pelos câmpus.
- ✓ Promoção de torneios e-sports como o League of Legends (LoL).
- ✓ Adaptação de projetos de Pesquisa e Extensão para execução de forma remota.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Prejuízos à formação para a cidadania e aumento das taxas de evasão e retenção dos estudantes



Obstáculos Enfrentados

- ✓ Suspensão das atividades acadêmicas presenciais em função da pandemia Covid-19 implicou na interrupção de diversos projetos e eventos EPE
- ✓ Estagnação do montante de recursos orçamentários destinados a Pesquisa, Extensão e Inovação
- ✓ Ausência de recurso orçamentário específico para projetos de ensino.



Medidas de Enfrentamento

- ✓ Eventos científicos e esportivos foram adaptados para o formato online, sendo realizado intercâmpus, ampliando inclusive a participação da comunidade externa.
- ✓ Parcerias para a realização de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); eventos; estágios; intercâmbios; atividades culturais, entre outras.



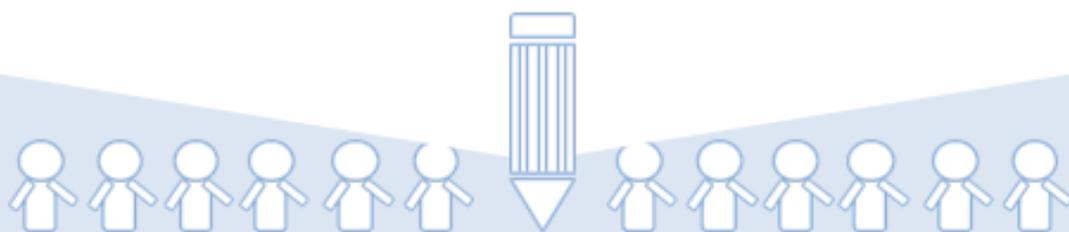
Desafios para o futuro

- ✓ Ampliar a captação de recursos destinados à projetos EPE.
- ✓ Oportunizar a inserção de um maior número de alunos nas atividades EPE.
- ✓ Ampliar a participação de servidores e alunos nos eventos institucionais.



Ações para os próximos anos

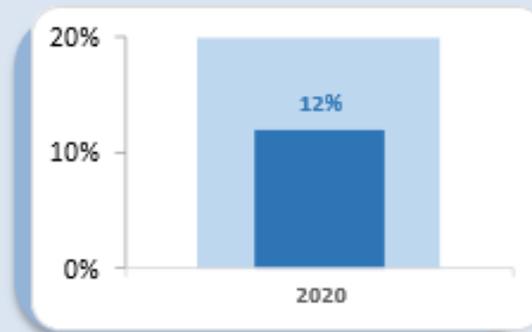
- ✓ Curricularizar e promover atividades que integrem trabalho, ciência, tecnologia e cultura.
- ✓ Regulamentação dos projetos de ensino e desenvolvimento do registro no SIGAA.
- ✓ Realizar os eventos institucionais com base no replanejamento de edições anteriores.



A3: Proporcionar formação profissional voltada à cidadania

Propiciar aos alunos meios para o exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Formar os sujeitos da educação profissional e tecnológica para uma intervenção crítica, inventiva e qualificada no mundo, considerando as dimensões identitárias, culturais, sociais, éticas, estéticas e econômicas do trabalho.

A3.1: Relação entre vagas para atividades EPE e matrículas



A4: Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso

Atuar junto à sociedade para contribuir no desenvolvimento de condições favoráveis ao êxito da inserção socioprofissional dos egressos e na articulação do processo formativo com setores da sociedade, criando oportunidades de inserção socioprofissional ao aluno, ainda em seu percurso formativo.

Principais Realizações

- ✓ Publicação da Instrução Normativa nº 18/2020 com medidas de caráter excepcional para o desenvolvimento das atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório dos estudantes do IFSC, devido à Pandemia Covid-19.
- ✓ Customização do módulo Estágio no SIGAA, permitindo o registro e gerenciamento das informações e procedimentos relacionados às atividades de estágio desenvolvidas pelos estudantes do IFSC.
- ✓ Habilitação e cadastramento dos cursos aptos a participar do Programa Jovem Aprendiz na plataforma Gov.br
- ✓ Parceria formalizada entre IFSC e IFC para desenvolvimento da Plataforma do Egresso.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Menor empregabilidade dos egressos e perda de efetividade institucional



Obstáculos Enfrentados

- ✓ A Plataforma foi prototipada no Hackaton no Sepei 2019 e um protótipo desenvolvido em parceria com o Instituto Federal Catarinense (IFC) em 2020. Ainda em 2020, foi assinado parceria complementar para garantir a propriedade intelectual. Atualmente o código está em adaptação do código-fonte no IFSC.
- ✓ Falta de reconhecimento de órgãos federais em relação ao papel e potencial dos Institutos Federais no Programa de aprendizagem.



Medidas de Enfrentamento

- ✓ Efetivar o compartilhamento do código-fonte da plataforma de egressos para instalação da mesma no IFSC.
- ✓ Articulação do IFSC com a Superintendência do Trabalho/SC, amparada por ação do CONIF junto ao Ministério da Economia, fortalecendo a participação no Programa de Aprendizagem do Governo Federal.



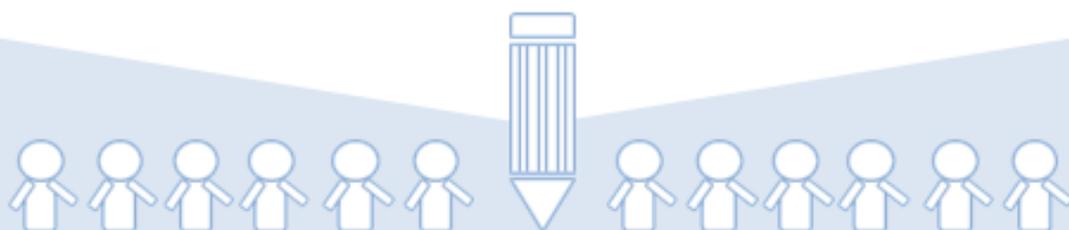
Desafios para o futuro

- ✓ Maior aproximação com o setor produtivo visando consolidar o estágio como ato educativo e o Programa de Aprendizagem como espaço de inserção socioprofissional.
- ✓ Promover estratégias de orientação e escolha-decisão profissional por parte dos estudantes



Ações para os próximos anos

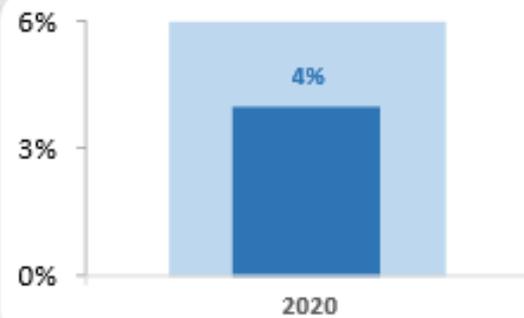
- ✓ Realinhar as estratégias de comunicação do IFSC considerando a análise da percepção dos públicos.
- ✓ Ampliação das oportunidades de estágio e de vagas para os Jovens Aprendizes.
- ✓ Institucionalizar o serviço de orientação profissional aos alunos



A4: Atender às demandas dos alunos com efetividade.

Atuar junto à sociedade para contribuir no desenvolvimento de condições favoráveis ao êxito da inserção socioprofissional dos egressos e na articulação do processo formativo com setores da sociedade, criando oportunidades de inserção socioprofissional ao aluno, ainda em seu percurso formativo.

A4.1: Percentual de inserção socioprofissional do estudante



A4.2: Índice de inserção socioprofissional dos egressos

* Os índices ainda não foram mensurados pois o Portal de Egressos está em desenvolvimento.



A5: Consolidar imagem e identidade de instituição de educação profissional pública, gratuita e de qualidade

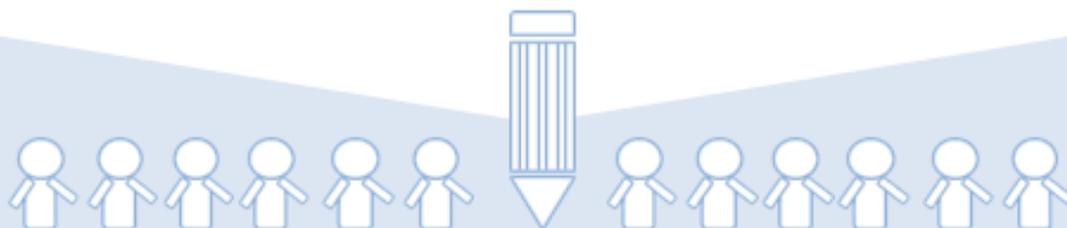
Consolidar a imagem do IFSC como uma instituição multicâmpus com identidade única, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

Principais Realizações

- ✓ Houve crescimento na presença do IFSC em todas as mídias sociais, com destaque para Linked-In, Instagram e Youtube. Nesta última o crescimento foi de quase 60%, muito provavelmente pelo aumento no número de transmissões on-line no canal, como eventos gerais, e as diversas reuniões do Conselho Superior que abordaram temas de grande relevância para a comunidade do IFSC ao longo de 2020.
- ✓ A comunicação do IFSC também atuou fortemente na pandemia, a partir de seu papel de instituição de educação e ciência, com conteúdos esclarecendo assuntos relevantes para a comunidade e orientações para seus alunos e servidores que migraram o trabalho e os estudos para suas casas. Para isso, a instituição contou com um projeto de checagem de informação, o IFSC Verifica, episódios do podcast Ciência para Seus Ouvidos e postagens no Blog do IFSC. Foram 17.650 leituras nos posts do IFSC Verifica, 5.728 ouvintes do podcast e mais 14.802 leituras no Blog do IFSC.
- ✓ Apesar de as inserções na imprensa não terem crescido em 2020, conforme explicitado no item "obstáculos enfrentados", a leitura de notícias no site do IFSC cresceu 10,69% em relação ao ano de 2019 e os acessos ao site que tiveram notícias como origem/entrada cresceram 54,48% no mesmo período.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Distanciamento entre a imagem percebida pelos públicos e a identidade institucional.



Obstáculos Enfrentados

- ✓ Não realização da Pesquisa de Avaliação da Identidade Institucional, que iria medir o indicador estratégico A5.1.
- ✓ Em razão das restrições causadas pela pandemia do coronavírus, houve uma diminuição significativa na instituição de uma série de ações que seriam notícia, ainda os veículos de comunicação pararam de frequentar os câmpus.
- ✓ Rotatividade de servidores em áreas estratégicas na Reitoria e nos câmpus, e transformações constantes no campo da Comunicação.



Medidas de Enfrentamento

- ✓ Utilização de outros Indicadores.
- ✓ Adaptação e inovação na utilização dos canais de comunicação próprios do IFSC, com a realização de eventos on-line, lives, podcasts e projetos específicos de divulgação científica.
- ✓ Oferta de 10 capacitações aos responsáveis pela Comunicação e coordenadores de curso.



Desafios para o futuro

- ✓ Aumento do número de notícias publicadas na mídia.
- ✓ Conseguir medir o indicador estratégico de forma qualificada.
- ✓ Adaptar-se às novas formas de comunicação.



Ações para os próximos anos

- ✓ Reforçar a divulgação de projetos na mídia geral.
- ✓ Reservar orçamento no Plano Anual de Trabalho da instituição para a execução da Pesquisa de Avaliação da Identidade Institucional.
- ✓ Capacitação da equipe para acompanhar as tendências na área de comunicação.

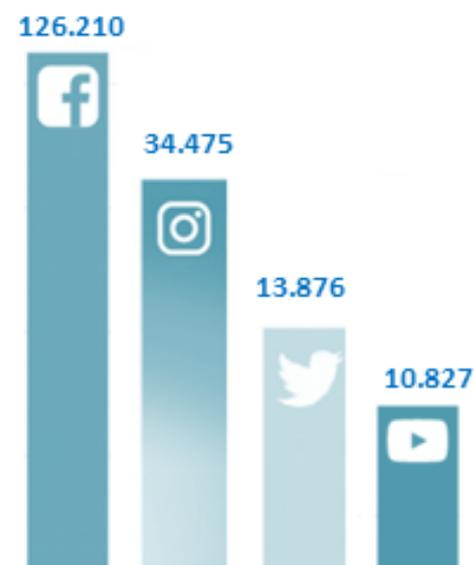
A5: Consolidar imagem e identidade de instituição de educação profissional pública, gratuita e de qualidade

Consolidar a imagem do IFSC como uma instituição multicâmpus com identidade única, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

A5.1: Índice de conhecimento da instituição pelos públicos estratégicos do IFSC

* Indicador não medido Em razão das restrições causadas pela pandemia do coronavírus.

Mídias sociais do IFSC



P1: Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso e do potencial aluno

Fundamentar a elaboração de currículos no perfil socioeconômico e cultural dos potenciais alunos e em perfis de egressos que enfatizem as competências profissionais decorrentes do desenvolvimento social e tecnológico, para atrair e manter as pessoas que mais precisam da EPT como meio de inserção socioprofissional ou atualização profissional.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

- P101 Redesenhar o processo Desenvolver Projetos de Curso
- P102 Reestruturar as diretrizes curriculares das ofertas educativas
- P103 Promover a educação a distância



Orçado: R\$1.857.700

Executado R\$603.039



33
Projetos



Execução das ações

32%

Principais Realizações

- ✓ Aprovação de 44 Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) no Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) (34 FICs; 02 técnicos; 04 graduações; 03 pós-graduações; 01 Certific).
- ✓ Regulamentação (IN 16/2020) e implantação das "bancas de heteroidentificação" no processo de ingresso 2020.2, como procedimento complementar à autodeclaração dos candidatos pretos, pardos e indígenas nos cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação do IFSC.
- ✓ Pactuação de 1800 vagas em cursos FIC na modalidade EAD junto ao Programa Novos Caminhos - Bolsa Formação

Implicações para o IFSC

- ✓ Não atendimento dos objetivos e finalidades dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- ✓ Menor procura dos potenciais alunos pelas formações ofertadas.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Contexto acadêmico adverso devido a Pandemia COVID-19 dificultou a oferta de cursos conforme Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV), o ingresso e a ocupação de vagas.
- ✓ Dificuldade de participação nas ANP por parte dos alunos EJA-EPT e em vulnerabilidade socioeconômica.



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Adaptação dos cursos presenciais para o desenvolvimento por meio de ANP, a fim de manter as ofertas e o atendimento das demandas.
- ✓ Revisão das ofertas de cursos técnicos concomitantes visando o alinhamento ao público alvo (alunos cursando o ensino médio).
- ✓ Mapeamento e desenvolvimento do processo "realizar matrícula digital" como primeira ação do Plano de Transformação Digital do IFSC.



Desafios para
o futuro

- ✓ Fortalecer o relacionamento com setores da sociedade retroalimentando os currículos e alinhando-os às demandas do mundo do trabalho.



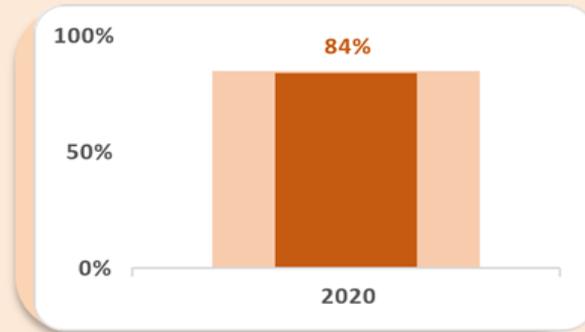
Ações para os
próximos anos

- ✓ Implementar plano de revisão e reestruturação de cursos com baixa taxa de ocupação de vagas.
- ✓ Aprimorar o canal de relacionamento com egressos a fim de subsidiar a revisão/qualificação de ofertas educativas.
- ✓ Elaborar ou atualizar as diretrizes curriculares dos diferentes tipo de curso (FIC, Técnico, Graduação e Pós-graduação).

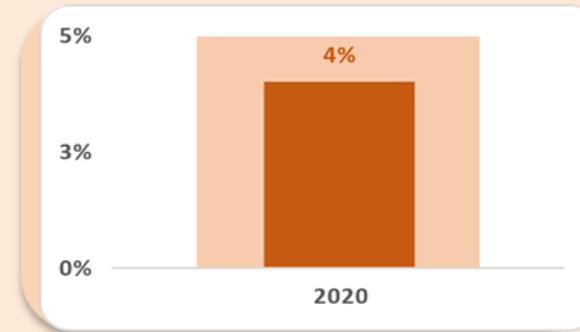
P1: Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso e do potencial aluno

Fundamentar a elaboração de currículos no perfil socioeconômico e cultural dos potenciais alunos e em perfis de egressos que enfatizam as competências profissionais decorrentes do desenvolvimento social e tecnológico, para atrair e manter as pessoas que mais precisam da EPT como meio de inserção socioprofissional ou atualização profissional.

P1.1 Percentual de preenchimento das vagas de ingresso.



P1.2 Percentual de carga horária de EaD na oferta total de cursos de fomento próprio



P2: Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade

Estruturar os processos educativos para que sejam orientados à geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, articulando atividades de ensino, pesquisa e extensão com o viés da inovação e de forma mais integrada com entes públicos e privados. Manter a oferta educativa atualizada e sintonizada com as necessidades e transformações da sociedade, observando-se as tendências sociais e tecnológicas para o desenho de cenários futuros

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

P201 Institucionalizar um banco de problemas da sociedade do entorno dos câmpus

P202 Fomentar atividades EPE aplicadas às necessidades da sociedade



Orçado: 2.401.535

Executado: 1.919.568



60
Projetos



Execução das ações
80%

Principais Realizações

- ✓ Manutenção dos editais e submissões das propostas - Todos os Editais previstos foram realizados.
- ✓ Revisão de procedimentos - Melhoria das atividades (Nota Técnica, Resolução da Pesquisa, Formulário de Apresentação de Resultados da Pesquisa, etc).
- ✓ Registro do Programa de Empreendedorismo Júnior, incluindo termo de cooperação técnica com a Federação das Empresas Juniores de Santa Catarina.
- ✓ Lançamento do Curso: o Fazer Extensionista. Sensibilização dos discentes do IFSC para perceber as demandas da comunidade e vislumbrar as possibilidades de atendimento.
- ✓ Lançamento de chamada pública para editor chefe da Revista Caminho Aberto.
- ✓ Realização da Semana Nacional da Ciência e Tecnologia (SNCT) pelos Câmpus de forma on-line.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Deixar de promover as ações de integração entre comunidade acadêmica e sociedade.
- ✓ Distanciamento da missão institucional.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ O IFSC ainda não possui uma metodologia e ferramenta que possibilite o registro de problemas da sociedade do entorno dos câmpus.
- ✓ A suspensão das atividades acadêmicas presenciais em função da pandemia Covid-19 implicou no replanejamento das atividades, impossibilitando o atendimento de alguns objetivos ainda não implementados, como o caso do banco de dados de problemas da sociedade.



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ O IFSC fomentou atividades EPE por meio de editais, desenvolvidos a partir da percepção das demandas do arranjo produtivo local pela comunidade acadêmica.
- ✓ Desenvolvimento de Nota Técnica da Pesquisa e da Extensão para adaptação das atividades não presencial, priorizando a segurança e a saúde dos envolvidos.



Desafios para
o futuro

- ✓ Integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculados ao bando de problemas do IFSC.
- ✓ Mapeamento de processos para o desenvolvimento de atividades EPE.
- ✓ Articular ações estratégicas de crescimento ao fomento do empreendedorismo júnior.



Ações para os
próximos anos

- ✓ Implementar o banco de problemas do IFSC e estruturas necessárias para integrar as atividades de ensino pesquisa e extensão articulando com as demandas da sociedade.
- ✓ Definição de grupo de trabalho para o mapeamento do processo e integração das áreas, com participação dos Câmpus.
- ✓ Previsão de aumento de recursos no PAT para o programa de empreendedorismo júnior.

P2: Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade

Estruturar os processos educativos para que sejam orientados à geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, articulando atividades de ensino, pesquisa e extensão com o viés da inovação e de forma mais integrada com entes públicos e privados. Manter a oferta educativa atualizada e sintonizada com as necessidades e transformações da sociedade, observando-se as tendências sociais e tecnológicas para o desenho de cenários futuros

P2.1 Percentual de atividades EPE desenvolvidas a partir do banco de problemas da sociedade

* O IFSC ainda não possui uma metodologia e ferramenta que possibilite o registro de problemas da sociedade do entorno dos câmpus.

Número de laboratórios credenciados para prestação de serviços



Nº total de atividades EPE com atendimento a problemas da sociedade



P3: Orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral

Curricularizar pesquisa e extensão, englobando atividades voltadas à cidadania por meio de temas transversais. Desenvolver diretrizes, projetos pedagógicos e práticas educativas fundamentados no trabalho, na ciência, na tecnologia e na cultura como elementos centrais do processo formativo e de promoção da cidadania. Formar alunos protagonistas do desenvolvimento do contexto em que vivem mediante o estímulo à criticidade e da abordagem dos conhecimentos da vida prática.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

P301 Estabelecer diretrizes voltadas à formação integral nas resoluções dos diferentes tipos de cursos

P302 Incentivar a curricularização da pesquisa e extensão nos cursos técnicos e de graduação

P303 Promover atividades que integrem trabalho, ciência, tecnologia e cultura.



Orçado: 498.117
Executado: 214.342



33
Projetos



Execução das ações
43%

Principais Realizações

- ✓ 14 projetos pedagógicos de cursos de graduação (curricularizados ou com parecer favorável para o CEPE) com 10% da carga horária total aplicada a atividades de extensão.
- ✓ Promoção e realização do Seminário de Curricularização da Extensão com a inscrição de 400 participantes e disponibilização do material no canal do IFSC, possibilitando o acesso livre a todos os interessados.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Prejuízos na formação integral dos estudantes e sua inserção no mundo do trabalho.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Distanciamento social devido a Pandemia Covid-19 impossibilitou a realização de atividades, projetos e eventos de forma presencial.



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Adequação de atividades, projetos e eventos para o desenvolvimento de forma remota.



Desafios para
o futuro

- ✓ Ampliar a curricularização da pesquisa e extensão como princípios pedagógicos nos cursos técnicos e de graduação.



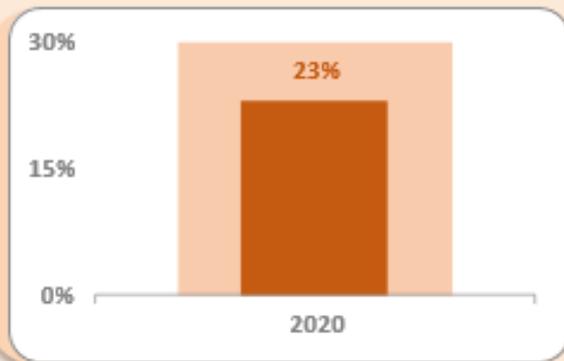
Ações para os
próximos anos

- ✓ Curricularização da extensão em todos os cursos de graduação, atendendo a Resolução CNE 07/2018 e considerando a prorrogação de prazo estabelecida pelo Parecer CNE 498/20.
- ✓ Implementar diretrizes para a curricularização da pesquisa a partir dos PPC.
- ✓ Ampliar a oferta e aprimorar o registro de atividades extracurriculares voltadas à formação integral dos estudantes.

P3: Orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral

Curricularizar pesquisa e extensão, englobando atividades voltadas à cidadania por meio de temas transversais. Desenvolver diretrizes, projetos pedagógicos e práticas educativas fundamentadas no trabalho, na ciência, na tecnologia e na cultura como elementos centrais do processo formativo e de promoção da cidadania. Formar alunos protagonistas do desenvolvimento do contexto em que vivem mediante o estímulo à criticidade e da abordagem dos conhecimentos da vida prática.

P 3.1 Percentual de PPC com curricularização da extensão e atividades complementares



P 3.2 Percentual de carga horária de atividades extraclasse e extracurriculares.

* SIGAA ainda não foi customizado para registrar a CH de atividades extraclasse/extracurricular desenvolvidas pelos estudantes.

P4: Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada

Participar ativamente das esferas pública e privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT junto à sociedade, de modo a ampliar as oportunidades de inserção socioprofissional aos alunos e egressos e valorizar a importância da educação pública e gratuita como meio de inclusão social e desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

P401 Implementar e fortalecer os Fóruns de extensão e relações externas nos câmpus.



Orçado: 8.400

Executado:



03
Projetos



Execução das ações

0%

Principais Realizações

- ✓ Sem principais conquistas.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Distanciamento da comunidade acadêmica das necessidades da sociedade.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ A suspensão das atividades acadêmicas presenciais em função da pandemia Covid-19 impossibilitou uma ampliação da atuação do IFSC em fóruns externos e na criação dos Fóruns de Extensão e Relações externas.



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Oferta de 10 capacitações aos Relações Externas e divulgação de documentos orientativos sobre eventos on-line para melhorar a comunicação com a sociedade durante a pandemia.



Desafios para
o futuro

- ✓ Alinhamento entre reitoria e câmpus para ações que seja promovida a participação de fóruns externos.
- ✓ Promover a participação do IFSC em órgãos da sociedade civil organizada em todas as áreas de atuação da instituição.



Ações para os
próximos anos

- ✓ Pesquisa e ações junto aos câmpus para maior esclarecimento de como ampliar as cadeiras ocupadas pelo IFSC em fóruns externos.

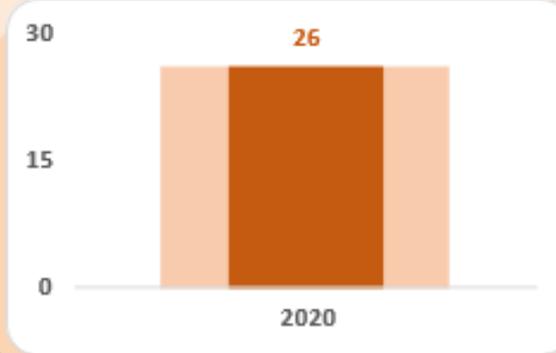
P4: Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada

Participar ativamente das esferas pública e privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT junto à sociedade, de modo a ampliar as oportunidades de inserção socioprofissional aos alunos e egressos e valorizar a importância da educação pública e gratuita como meio de inclusão social e desenvolvimento socioeconômico e cultural.

P4.1 Número de instituições ativas nos Fóruns de Extensão e Relações Externas dos Câmpus.

* Devido ao grande esforço despendido na adaptação das atividades de extensão para o formato de atividades não presenciais (ANP), não foi possível ampliar o foco para o fomento dos Fóruns de Extensão e Relações Externas.

P4.2 Número de cadeiras ocupadas pelo IFSC em fóruns externos



P5: Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos à EPT.

Fomentar a experimentação de novas narrativas para o relacionamento com a sociedade dando capacidade aos canais do IFSC de acompanhamento das tendências na área de comunicação, tanto social quanto técnico-científica.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

P501 Realinhar as estratégias de comunicação do IFSC considerando a análise da percepção dos públicos



Orçado: 128.000

Executado: 65.254



11
Projetos



Execução das ações
51%

Principais Realizações

- ✓ Houve crescimento na presença do IFSC em todas as mídias sociais, com destaque para Linked-In, Instagram e Youtube. Nesta última o crescimento foi de quase 60%, muito provavelmente pelo aumento no número de transmissões on-line no canal e das diversas reuniões do Conselho Superior que abordaram temas de grande relevância para a comunidade do IFSC ao longo de 2020.
- ✓ Apesar de as inserções na imprensa não terem crescido em 2020, a leitura de notícias no site do IFSC cresceu 10,69% em relação ao ano de 2019 e os acessos ao site que tiveram notícias como origem/entrada cresceram 54,48% no mesmo período.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Desconhecimento dos serviços e ações do IFSC pelo público em geral
- ✓ Dificuldade de comunicação com os alunos do IFSC.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Em comparação com 2019, tivemos uma queda de 43,68% em inserções na imprensa. Essa queda se justifica pela diminuição na produção de pautas relacionadas a projetos de pesquisa e extensão ou outras atividades com a comunidade em função da pandemia.
- ✓ Não realização da pesquisa de satisfação com os alunos.



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Produzir conteúdo científico e informativo sobre a pandemia para os canais de comunicação próprios, com o desenvolvimento de projetos, como o IFSC Verifica (projeto de checagem de informação); episódios do podcast Ciência para Seus Ouvidos e postagens no Blog do IFSC. Foram 17.650 leituras nos posts do IFSC Verifica, 5.728 ouvintes do podcast e mais 14.802 leituras no Blog do IFSC.



Desafios para
o futuro

- ✓ Medição do indicador estratégico índice de satisfação dos alunos.
- ✓ Aumento do número de inserções positivas do IFSC na mídia.
- ✓ Qualificar o atendimento dos alunos do IFSC por meio de ferramentas mais interativas



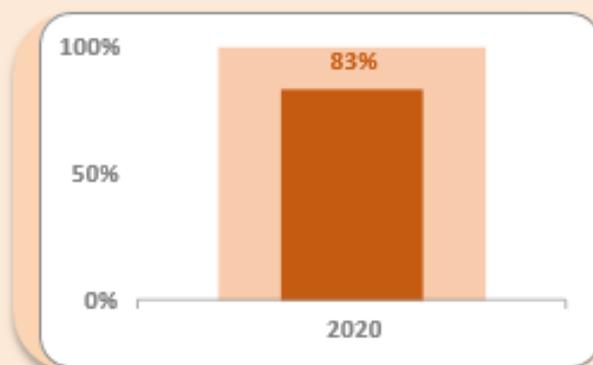
Ações para os
próximos anos

- ✓ Realizar a pesquisa de satisfação com os alunos do IFSC ou encontrar outras formas de fazer a medição (como a CPA).
- ✓ Reforçar a divulgação de projetos na mídia geral.
- ✓ Desenvolver ferramentas que qualifiquem o atendimento, como o WhatsApp Business

P5: Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos à EPT.

Fomentar a experimentação de novas narrativas para o relacionamento com a sociedade dando capacidade aos canais do IFSC de acompanhamento das tendências na área de comunicação, tanto social quanto técnico-científica.

P5.1 Percentual de inserções positivas na mídia



Aumento do número de seguidores nas mídias sociais

Instagram: 22%

Facebook: 2%

Youtube: 55%

Twitter: 5%

Linkedin: 22%

Sites oficiais do IFSC: 11%

P6: Aprimorar os serviços de suporte ao aluno.

Proporcionar o suporte e o atendimento necessários para que o aluno realize seus objetivos educacionais e profissionais. A qualificação dos serviços de suporte deve considerar a diversidade dos sujeitos e das condições de aprendizagem, inclusive em termos de trajetória e experiência e/ou deficiência, como fator indispensável à permanência e êxito, à inclusão e ao respeito à pluralidade da sociedade humana.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

P601 Institucionalizar o processo de acolhimento dos alunos matriculados

P602 Institucionalizar o processo de acompanhamento dos alunos matriculados



Orçado: 1.143.542

Executado: 675.675



20
Projetos



Execução das ações
59%

Principais Realizações

- ✓ Regulamentação (IN 12/20) e realização de cerimônias de colações de grau, diplomação e certificação por meio de webconferência.
- ✓ Regulamentação (IN 14/20) e implantação de matrícula remota em todos os tipos de cursos do IFSC no período de isolamento social devido à pandemia de Covid-19.
- ✓ Regulamentação (IN 05/20) e concessão de "auxílio emergencial de acesso à Internet" para aproximadamente 776 estudantes para participação nas atividades não presenciais (ANPs).
- ✓ Regulamentação (IN 15/20) e implementação de medidas excepcionais no âmbito do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) e Programa de Alimentação Estudantil do IFSC.
- ✓ Fornecimento de 812 cestas básicas e kits alimentos para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.
- ✓ Concessão de 39964 auxílios financeiros a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica mobilizando em torno de R\$ 11.211.583,00..
- ✓ Adesão ao "Programa Alunos Conectados" da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) para fornecimento de chips de dados para 223 estudantes com renda per capita familiar de até 0,5 salário mínimo.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Aumento das taxas de evasão dos estudantes e distanciamento em relação à missão institucional.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Insuficiência de ferramentas informatizadas para registro e sistematização do acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.
- ✓ Suspensão das atividades presenciais dificultou a prestação de serviços de suporte aos estudantes



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Desenvolvimento de funcionalidades no SIGAA que permitam o registro integrado de informações sobre a vida acadêmica dos discentes.
- ✓ Adaptação de normas e procedimentos para o atendimento das necessidades dos estudantes de forma remota.



Desafios para
o futuro

- ✓ Qualificar e consolidar o processo de ingresso para os candidatos cotistas.
- ✓ Aprimorar e ampliar o Programa de Segurança Alimentar dos estudantes.



Ações para os
próximos anos

- ✓ Qualificar e institucionalizar o processo de acolhimento dos alunos com deficiência e de relacionamento com os candidatos PCD.
- ✓ Aquisição de equipamentos para os Núcleos de Acessibilidade Educacional (NAEs) e Laboratórios de Tecnologias Assistivas do IFSC.
- ✓ Ampliar a contratação de docentes de educação especial para a realização de atendimento educacional especializado em todos os Câmpus.
- ✓ Qualificar as bancas de heteroidentificação, comissão de laudos e de análise de renda.
- ✓ Ampliar a contratação de nutricionistas para qualificar o desenvolvimento do Programa de Segurança Alimentar.

P6: Aprimorar os serviços de suporte ao aluno.

Proporcionar o suporte e o atendimento necessários para que o aluno realize seus objetivos educacionais e profissionais. A qualificação dos serviços de suporte deve considerar a diversidade dos sujeitos e das condições de aprendizagem, inclusive em termos de trajetória e experiência e/ou deficiência, como fator indispensável à permanência e êxito, à inclusão e ao respeito à pluralidade da sociedade humana.

P6.1 Índice de satisfação dos alunos com os serviços de suporte.

* Indicador não pôde ser aferido devido ao fato da pesquisa de satisfação com os serviços de suporte aos alunos não ter sido realizada pela PROEN, devido ao contexto adverso associado à Covid-19.

Percentual de alunos atendidos pela assistência estudantil em relação ao total de matrículas

17%



P7: Relacionar-se com os egressos.

Estabelecer canais de relacionamento com egressos, oferecendo oportunidades de comunicação que permitam ao IFSC melhorar seus currículos, atualizar suas práticas de ensino, pesquisa e extensão e aproximar os aprendizes das oportunidades de empregabilidade, empreendedorismo e outras estratégias de desenvolvimento nas carreiras profissionais.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

P701 Consolidar a plataforma de relacionamento com egressos.



Orçado:

Executado:



01
Projeto



Execução das ações

0%

Principais Realizações

- ✓ Apesar da plataforma de relacionamento com os egressos ainda não ter entrado no ar, a Diretoria de Comunicação desenvolveu outras ações de relacionamento com os egressos por meio do site e mídias sociais da instituição. Em 2020, foram publicadas seis notícias contando a história de egressos da instituição e envolvendo sua inserção profissional. Além disso, foi lançada uma série semanal com postagens na mídia social Instagram contando a trajetória de egressos que empreenderam ou estão trabalhando em suas áreas de formação. A série foi lançada em 17 de setembro, e até o final de 2020 já havia contado a história de 15 egressos. Com a iniciativa, muitos outros procuraram a instituição para falar sobre suas trajetórias e a série será mantida em 2021.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Não se comunicar de forma eficaz com os egressos, o que impede o acompanhamento da efetividade da formação do IFSC, como índice de empregabilidade, situação dos egressos etc.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Não efetivação da plataforma de comunicação com egressos.



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Comunicação por e-mails e criação de campanhas de comunicação em mídias sociais, como a campanha "Egressos na Pandemia".



Desafios para
o futuro

- ✓ Melhorar a comunicação com os egressos do IFSC.



Ações para os
próximos anos

- ✓ Efetivar a instalação da plataforma de egressos no IFSC.

P7: Relacionar-se com os egressos.

Estabelecer canais de relacionamento com egressos, oferecendo oportunidades de comunicação que permitam ao IFSC melhorar seus currículos, atualizar suas práticas de ensino, pesquisa e extensão e aproximar os aprendizes das oportunidades de empregabilidade, empreendedorismo e outras estratégias de desenvolvimento nas carreiras profissionais.

P7.1 Percentual de egressos de cursos técnicos e superiores engajados na plataforma.

* O Portal de Egresso ainda não foi implementado e por essa razão não há como medir neste momento o engajamento de egressos.

percentual de abertura de e-mails pelos egressos na ferramenta de e-mail marketing (Nitro News)

25% 

P8: Consolidar a internacionalização da instituição.

Incorporar a internacionalização aos processos da instituição de forma abrangente, transversal e articulada, concretizando-a nas políticas e práticas do corpo docente, na mobilidade discente, nas parcerias e colaborações, de modo a contribuir para a formação integral dos estudantes e promover a imagem de instituição comprometida com a aproximação de culturas e cooperação em prol do progresso científico, cultural, econômico e tecnológico igualitário entre os povos.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

P801 Elaborar e implementar Política de internacionalização

P802 Desenhar os processos que envolvam as atividades de internacionalização

P803 Aumentar a visibilidade internacional do IFSC



Orçado: 40.384

Executado: 28.000



06
Projetos



Execução das ações
69%

Principais Realizações

- ✓ Mobilidade Virtual em virtude de novos contextos colocados pela pandemia, fortalecendo a internacionalização do IFSC mesmo sem a publicação de editais de mobilidade tradicional.
- ✓ Internacionalização nos câmpus por meio de designação de embaixadores da internacionalização nos 22 câmpus do IFSC — designações realizadas por Portarias do Reitor —, gerando uma forma organizada e descentralizada de ações, contribuindo para a transversalidade da internacionalização;
- ✓ Início dos trabalhos para a construção da política de línguas e políticas de internacionalização da Rede Federal; de forma organizada e democrática o documento referência tem importância para nortear as ações da Rede e em Rede;
- ✓ Movimento para recepção de alunos estrangeiros em estado de refúgio; ações de acolhimento no sentido de tornar o ingresso no IFSC mais significativo e possível.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Mudança na concepção e entendimento da transversalidade da internacionalização na instituição.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Cenário da pandemia que fez com que tivéssemos que cancelar intercâmbio com 34 alunos contemplados e demais editais posteriores que foram suspensos;
- ✓ Alguns trabalhos como a Construção da Política de Internacionalização da Rede ficou prejudicada em função das diversas demandas que o contexto nos apresentou



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Comunicação permanente com as instituições parceiras; apoio aos estudantes que retornaram antecipadamente do intercâmbio e busca por novas formas de realização de mobilidade estudantil, como a mobilidade virtual.
- ✓ Os trabalhos estão acontecendo no Grupo de Trabalho do FORINTER, o que irá repercutir no desenho da Política de Internacionalização do IFSC



Desafios para
o futuro

- ✓ Organizar a demanda de recepção de alunos estrangeiros por meio de programas institucionais ou programas federais;
- ✓ Organizar política de internacionalização do IFSC.
- ✓ Ajustar processos de mobilidade virtual, vislumbrando a internacionalização do currículo;
- ✓ Redução de orçamento para ações de internacionalização, como mobilidade de alunos e servidores, missões institucionais e participação em eventos



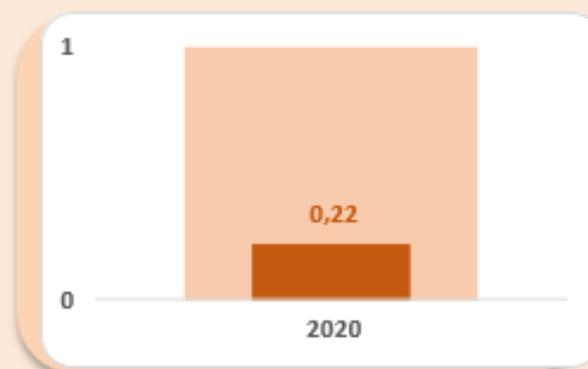
Ações para os
próximos anos

- ✓ Cadastramento do IFSC no programa federal PEC-G para recepção de alunos estrangeiros e organização do processo de recepção de outros alunos que não estejam vinculados em programa federal.
- ✓ Após a construção da política de Internacionalização da Rede Federal via CONIF, o IFSC construirá sua própria política com base no documento da Rede.

P8: Consolidar a internacionalização da instituição.

Incorporar a internacionalização aos processos da instituição de forma abrangente, transversal e articulada, concretizando-a nas políticas e práticas do corpo docente, na mobilidade discente, nas parcerias e colaborações, de modo a contribuir para a formação integral dos estudantes e promover a imagem de instituição comprometida com a aproximação de culturas e cooperação em prol do progresso científico, cultural, econômico e tecnológico igualitário entre os povos.

P8.1 Índice de internacionalização



Número de aluno em mobilidade no ano de referência:

41



Número de publicações internacionais:

364



P9: Consolidar a governança institucional

Desenvolver os mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliação, direcionamento e monitoramento da atuação da gestão, com responsabilidade pelos resultados, transparência e prestação de contas. Estabelecer os processos de participação, autonomia e delegação de poder, gerando o senso de corresponsabilidade quanto à entrega de valor público para alunos e sociedade.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

P904 Aprimorar a governança de TI

P905 Promover a Transformação Digital dos serviços oferecidos aos alunos e sociedade



Orçado: 32.342

Executado: 1.850



06
Projetos



Execução das ações
6%

Principais Realizações

- ✓ Processo de Seleção e Abertura de Base de Dados (Plano de Dados Abertos) e do desenvolvimento de Processos Digitais (gov.br) gerando insumos para a gestão de indicadores.
- ✓ Avanços na forma de prestação de contas, com a disponibilização de informações de Transparência Ativa na página principal do Portal do IFSC, que possibilitam a fiscalização pela comunidade.
- ✓ Desenvolvimento e encaminhamento ao Consup do plano de continuidade e de Riscos de TI, alinhado à Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Restrição de serviços à forma presencial e burocrática em uma sociedade cada vez mais digital.
- ✓ Desempenho operacional abaixo do possível, desarticulação entre níveis estratégico, tático e operacional do planejamento e comprometimento da realização da visão de futuro da instituição.
- ✓ Questionamentos dos órgãos de controle na contratação de produtos e serviços de TI.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Complexidade de mensuração da efetividade de colegiados, comissões e grupos de trabalho.
- ✓ Dificuldade em adaptar os processos de trabalho a nova dinâmica de trabalho remoto



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Definição de diretriz para que desenvolvimento de um sistema seja iniciado somente após o mapeamento do processo a ser informatizado.



Desafios para
o futuro

- ✓ Implementar a gestão de riscos para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos do IFSC.
- ✓ Implementar a gestão estratégica e alinhar os processos de avaliação e planejamento, otimizando a utilização dos recursos da instituição, consolidando seu modelo de gestão em rede.



Ações para os
próximos
anos

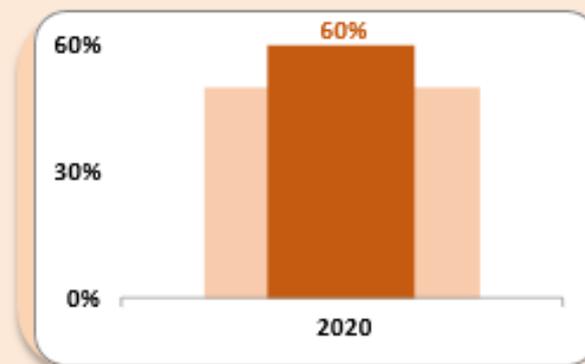
- ✓ Estabelecer o modelo de governança da instituição.
- ✓ Aprimorar estratégias de transparência ativa.
- ✓ Aprimorar a governança de TI.

P9: Consolidar a governança institucional

Desenvolver os mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliação, direcionamento e monitoramento da atuação da gestão, com responsabilidade pelos resultados, transparência e prestação de contas. Estabelecer os processos de participação, autonomia e delegação de poder, gerando o senso de corresponsabilidade quanto à entrega de valor público para alunos e sociedade.

Indicador		2018	2019	2020
iGG	Índice de governança e gestão	40%	61%	60%
iGovPub	Índice de governança pública organizacional	32%	64%	61%
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas	35%	51%	55%
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI	49%	57%	59%
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações	46%	70%	67%

P9.1 Índice integrado de gestão e governança



C1: Fortalecer a gestão do conhecimento

Identificar, sistematizar, disponibilizar e compartilhar dados e informações necessárias à gestão dos processos e ao alcance dos objetivos estratégicos, promovendo a gestão participativa e incentivando a cooperação na geração do conhecimento estratégico aos processos de tomada de decisão.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

C101 Implementar o Plano de Gestão de Conhecimento



Orçado:

Executado:



2
Projetos



Execução das ações
0%

Principais Realizações

- ✓ Capacitação da equipe executora do projeto de Gestão do Conhecimento do IFSC.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Conhecimento centrado nas pessoas e não institucionalizado.
- ✓ Perda de ativos do conhecimento.
- ✓ Baixa difusão e compartilhamento dos conhecimentos.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Baixo domínio da equipe executora.
- ✓ Surgimento de demandas não previstas e que precisaram ser priorizadas.



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Realização de capacitação da equipe executora.
- ✓ Replanejamento para execução em 2021
- ✓



Desafios para
o futuro

- ✓ Priorizar o projeto frente às demandas recebidas pela área executora do projeto, inclusive legais..
- ✓ Romper barreiras culturais frente a percepção de valor que a gestão do conhecimento pode proporcionar para a instituição e para a sociedade
- ✓ Aplicar a metodologia e plano de gestão desenvolvido.



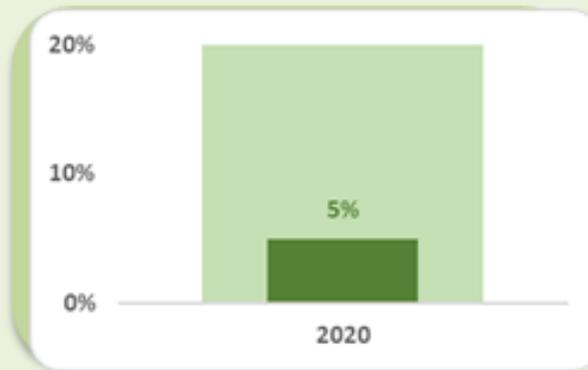
Ações para os
próximos anos

- ✓ Priorizar o escopo de abrangência do projeto.
- ✓ Construir uma metodologia e um plano de gestão de conhecimento adequados a realidade e a cultura institucional.
- ✓ Implementar o plano de gestão do conhecimento conforme recorte estabelecido do escopo.

C1: Fortalecer a gestão do conhecimento.

Identificar, sistematizar, disponibilizar e compartilhar dados e informações necessários à gestão dos processos e ao alcance dos objetivos estratégicos, promovendo a gestão participativa e incentivando a cooperação na geração do conhecimento estratégico aos processos de tomada de decisão.

C1.1 Percentual de execução do Plano de Gestão do Conhecimento.



C2: Desenvolver uma organização saudável para o trabalho.

Desenvolver um ambiente de trabalho saudável em que todos colaboram para o processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos os trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

C201 Implementar o programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho



Orçado: **44.700**

Executado: **11.984**



06
Projetos



Execução das ações
27%

Principais Realizações

- ✓ Atendimento online pelas psicólogas organizacionais: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2020/03/25/psicologas-dao-suporte-aos-servidores-do-ifsc/>
- ✓ Projeto de escuta qualificada: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2020/06/10/projeto-de-escuta-qualificada-comeca-atendimento-a-servidores-e-terceirizados-na-proxima-segunda-feira/>
- ✓ Criação de protocolos e materiais orientativos para a Pandemia.
- ✓ Reestruturação e capacitação das CISSPs.

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Importante melhor estruturação da área de saúde do servidor para auxiliar a instituição em ações de QVT e no acompanhamento de servidor em LTS. Ações são importantes para minimizar situações de vulnerabilidades biopsicossociais e possibilidades de adoecimentos dos trabalhadores.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Dificuldade de trabalhar com projetos que tenham foco a promoção de bem-estar, QVT e prevenção de adoecimentos
- ✓ Adaptação da equipe ao trabalho remoto



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Atuação por projetos, buscando a realização de projetos de promoção e prevenção ao menos de forma isolada.
- ✓ Construção de protocolos e procedimentos de forma coletiva e participativa.



Desafios para
o futuro

- ✓ Estruturar a área de saúde do servidor, institucionalmente, que trabalhe com prevenção primária e secundária.
- ✓ Fortalecimento das CISSPs



Ações para os
próximos anos

- ✓ Elaboração de programa de QVT
- ✓ Ampliar a atuação na promoção e prevenção

C2: Desenvolver uma organização saudável para o trabalho.

Desenvolver um ambiente de trabalho saudável em que todos colaboram para o processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos os trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho.

C2.1 Índice de percepção de qualidade de vida do servidor no trabalho

* Não houve pesquisa diante do trabalho remoto emergencial que acabou alterando todas as dinâmicas e calendário da DGP. Medição será feita em 2021

Número de processos de remoção por motivos de saúde.



C3: Desenvolver as competências necessárias à implementação da estratégia

Identificar as competências individuais necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos da instituição, avaliar o desempenho dos servidores de acordo com as competências específicas da sua área de atuação e promover eventos de capacitação que diminuam ou eliminem as lacunas de competências essenciais à execução da estratégia.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

C301 Identificar as competências estratégicas

C302 Ofertar ações de capacitação orientadas às competências estratégicas



Orçado: 135.089

Executado:



21
Projetos



Execução das ações
0%

Principais Realizações

- ✓ Desenvolvimento de capacitações não presenciais, em função da pandemia de Covid-19, alcançando um número superior ao planejado de participantes.
- ✓ Desenvolvimento de capacitações a docentes para adaptação ao ensino remoto.
- ✓ Conclusão do Plano de Desenvolvimento de Pessoas 2021 no prazo estipulado, diante das mudanças de informações solicitadas no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), e com participação ativa de todos os câmpus.
- ✓ Identificação das competências estratégicas pela Diretoria de Gestão de Pessoas (aguardando validação dos gestores dos objetivos estratégicos).

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Dificuldades de operacionalização da estratégia.
- ✓ Redução da eficiência dos investimentos em capacitação.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Pandemia de COVID-19
- ✓ Controle de frequência dos eventos a distância com número alto de participantes.
- ✓ Desconhecimento da equipe de capacitação de ferramentas de videocomunicação e gestão de treinamentos a distância.



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Transformação de várias ações de desenvolvimento no formato não presencial. Realizações de ações de desenvolvimento para as CISSPs sobre protocolos biosanitários para o retorno às atividades presenciais durante a pandemia de COVID-19.
- ✓ Utilização de novas plataformas de treinamento a distância, como Webex Training.
- ✓ Busca por tutoriais de utilização das ferramentas.



Desafios para
o futuro

- ✓ Continuidade da pandemia de COVID-19 e das medidas de distanciamento social no ano de 2021, impossibilitando a realização de ações de desenvolvimento presenciais.
- ✓ Possibilidade de restrições no orçamento de capacitação vindas do governo federal, em função da recessão econômica do país.



Ações para os
próximos anos

- ✓ Readaptação de todas as ações de desenvolvimento previstas para 2021 para o formato não presencial.
- ✓ Prospecção de instrutores internos e servidores públicos federais, evitando, ao máximo, contratações de cursos *In Company* e pagamento de inscrições em cursos privados..

C3: Desenvolver as competências necessárias à implementação da estratégia

Identificar as competências individuais necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos da instituição, avaliar o desempenho dos servidores de acordo com as competências específicas da sua área de atuação e promover eventos de capacitação que diminuam ou eliminem as lacunas de competências essenciais à execução da estratégia.

C3.1 Lacuna média geral das competências estratégicas

* Não houve ainda medição da lacuna das competências estratégicas, pois elas ainda não foram validadas pelos gestores dos objetivos estratégicos.

Número de servidores capacitados em ações de desenvolvimento com o objetivo de desenvolver competências com lacuna média



C4: Desenvolver cultura organizacional orientada por processos e competências

Desenvolver relações, decisões e normativos orientados pela gestão por processos e pela gestão de competências, pautados na colaboração, integração entre áreas, visão sistêmica, gestão em rede e com foco na permanência e êxito dos alunos e nas necessidades da sociedade.

Iniciativas estratégicas prioritárias em 2020

C401 Consolidar a Gestão por Processos

C402 Consolidar a Gestão por Competências

C403 Articular gestão por processos e a gestão de competências



Orçado: 3.500

Executado:



01
Projeto



Execução das ações
0%

Principais Realizações

- ✓ Levantamento das necessidades de capacitação de docentes para a realização das Atividades Não Presenciais no Senso IFSC, de acordo com competências já mapeadas, sendo possível realizar a comparação da necessidade de capacitação das competências relacionadas à educação a distância antes e depois da pandemia de Covid-19.
- ✓ Aprimoradas as vinculações das ações rotineiras aos processos de negócio na metodologia de elaboração do PAT 2020.
- ✓ Elaboração de Trilha de aprendizagem em Processos no IFSC: a trilha auxilia no desenvolvimento autônomo da competência "mapeamento e documentação dos processos".

Implicações caso o IFSC não alcance o objetivo

- ✓ Dificulta a implementação da gestão de riscos, gestão de documentos e gestão do conhecimento.
- ✓ Inviabiliza a realização da transformação digital.
- ✓ Compromete a realização das atividades de rotina da instituição e a entrega de valor aos alunos e para a sociedade.



Obstáculos
Enfrentados

- ✓ Detalhamento dos processos de negócio, identificação e mapeamento dos respectivos processos de trabalho não foram priorizados. Pois a instituição passou por um troca gradual de gestores, num contexto de gestão temporária.
- ✓ O trabalho remoto em função da pandemia COVID-19 dificultou o mapeamento dos processos e gerou novas demandas para as áreas, especialmente para adequação da instituição para as atividades não presenciais..



Medidas de
Enfrentamento

- ✓ Coordenadoria de processos e riscos permaneceu dando suporte técnico para as áreas que conseguiram dar continuidade ao mapeamento dos seus processos.
- ✓ Foram disponibilizadas alternativas para viabilizar a continuidade dos trabalhos de forma remota.



Desafios para
o futuro

- ✓ Identificar e mapear os processos de trabalho vinculados aos processos de negócio
- ✓ Elaborar e Monitorar os indicadores dos processos de negócio



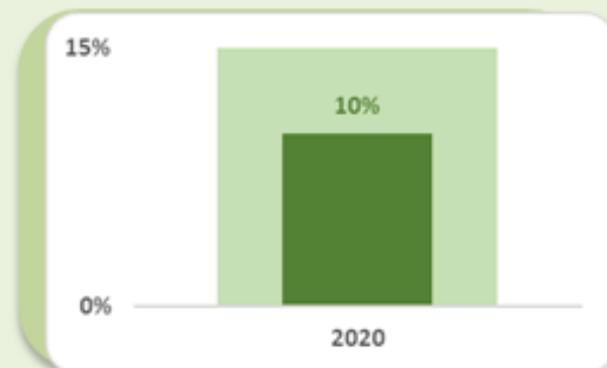
Ações para os
próximos anos

- ✓ Sensibilizar e capacitar os gestores (Pró-reitores e donos de processos).
- ✓ Priorizar os processos a serem mapeados.
- ✓ Realizar as oficinas de identificação dos processos de negócio.
- ✓ Capacitar os responsáveis pelo mapeamento dos processos (metodologia e ferramenta)
- ✓ Realizar o mapeamento, o desenho e a implementação dos processos de trabalho

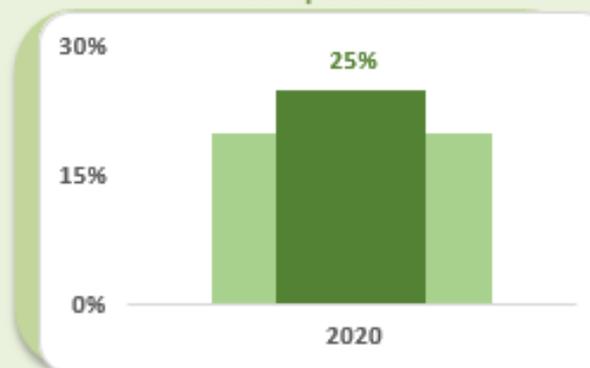
C4: Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.

Identificar as competências individuais e institucionais necessárias ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos e promover ações para a diminuição da lacuna de competências.

C4.1 Percentual de processos de negócio com os processos de trabalho implantados.



C4.2 Percentual de subprocessos de gestão de pessoas estruturados de acordo com o Modelos de Gestão por Competências.



C4.3 Percentual de processos de negócio com as competências vinculadas

* Processo de trabalho com competência vinculada está aguardando homologação .



Percentual de Projetos Básicos de Capacitação com a descrição das competências mapeadas como objetivos de aprendizagem.

3.5 Premiações

Em 2020 o IFSC alcançou grandes conquistas em suas áreas de atuação. Todas foram atingidas por meio da dedicação de seus alunos e servidores. Abaixo seguem alguns dos reconhecimentos obtidos no período:



3.6 Resultados das principais áreas de atuação

3.6.1 Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2020 (LOA/2020) consignou ao IFSC dotação orçamentária no total de R\$ 542.733.825. Esse valor é composto pelos programas:

Programas	Descrição	Valor
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	R\$ 489.926.365
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	R\$ 1.000
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	R\$ 48.004
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	R\$ 49.846
5012	Educação Profissional e Tecnológica	R\$ 52.708.610

Fonte: LOA 2020/Volume V

Adicionalmente, condicionado à aprovação legislativa prevista no inciso iii do art. 167 da constituição, consignou R\$ 63.617.177,00 no volume IV. esse valor está distribuído nos programas:

Programas	Descrição	Valor
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	R\$ 28.300.605
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	R\$ 8.176.627
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	R\$ 34.307
5012	Educação Profissional e Tecnológica	R\$ 27.105.638

Fonte: LOA 2020/Volume IV

Os valores analisados concentram-se no Programa 5012 – Educação Profissional e Tecnológica, cuja dotação inicial de R\$ 79.814.248,00 sofreu redução de 2,35% frente ao valor consignado na LOA/2019 de R\$ 81.732.350,00. Para estas análises, foram excluídos os valores recebidos por termos de execução descentralizadas.

O Programa 5012 é composto pelas ações 20RG - Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica no valor de R\$ 5.235.105,00 exclusivo para investimento; 20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no valor de R\$ 60.971.115,00; 2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica no valor de R\$ 13.608.028,00.

Com a dotação recebida em 2020 pelo IFSC, foram empenhados R\$ 75.985.032,95 que representa 95,20% do autorizado na LOA/2020. O montante inscrito em restos a pagar não processados totalizou R\$ 36.532.570,93 com a maior parcela composta por investimento R\$ 20.955.893,66 (57,36%) como aquisições de equipamentos e material permanente que serão entregues em 2021.

Quanto a Execução Financeira, o valor pago em 2020 no programa 5012 totalizou R\$ 37.963.000,14 com a maior parte R\$ 27.287.260,79 direcionada ao pagamento de despesas necessárias ao funcionamento do IFSC. Para o pagamento da assistência aos estudantes, foram utilizados R\$ 10.673.499,35 da ação de governo 2994.

A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária e financeira do Programa 5012 – Educação Profissional e Tecnológica detalhado por ação, grupo e elemento de despesa:

<i>Ação</i>	<i>Grupo de Despesa</i>	<i>Elemento de despesa</i>	<i>Empenhado</i>	<i>Liquidado</i>	<i>Inscrito em RPNP</i>	<i>Pago</i>
20RG	INVESTIMENTO	OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 3.957.365,03	R\$ 00,00	R\$ 3.957.365,03	R\$ 00,00
20RG	INVESTIMENTO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 1.273.201,41	R\$ 2.240,00	R\$ 1.270.961,41	R\$ 2.240,00
20RL	INVESTIMENTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ -OP.INT.ORC	R\$ 8.500,00	R\$ 00,00	R\$ 8.500,00	R\$ 00,00
20RL	INVESTIMENTO	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	R\$ 349.536,16	R\$ 192.853,12	R\$ 156.683,04	R\$ 192.853,12
20RL	INVESTIMENTO	OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 1.153.258,52	R\$ 103.355,74	R\$ 1.049.902,78	R\$ 68.165,74
20RL	INVESTIMENTO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 11.273.909,19	R\$ 914.037,80	R\$ 10.359.871,39	R\$ 886.856,83
20RL	INVESTIMENTO	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 3.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.500.000,00	R\$ 0,00
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	R\$ 99.665,17	R\$ 99.665,17	R\$ 0,00	R\$ 99.665,17
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	R\$ 2.590.677,43	R\$ 2.557.058,43	R\$ 33.619,00	R\$ 2.475.007,07
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	R\$ 1.580.618,29	R\$ 1.580.618,29	R\$ 0,00	R\$ 1.340.308,49
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 5.057.439,63	R\$ 1.029.869,00	R\$ 4.027.570,63	R\$ 961.236,00
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS	R\$ 193,35	R\$ 193,35	R\$ 0,00	R\$ 193,35
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIRT. GRATUITA	R\$ 43.358,98	R\$ 16.668,20	R\$ 26.690,78	R\$ 16.668,20
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 143.469,63	R\$ 75.613,34	R\$ 67.856,29	R\$ 75.613,34
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. FÍSICA	R\$ 1.084.485,48	R\$ 913.355,48	R\$ 171.130,00	R\$ 847.924,17
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	R\$ 17.775.261,91	R\$ 14.421.868,46	R\$ 3.353.393,45	R\$ 14.204.512,82
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	R\$ 10.479.702,48	R\$ 4.835.003,78	R\$ 5.644.698,70	R\$ 4.581.045,93
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$ 1.905.195,74	R\$ 883.585,95	R\$ 1.021.609,79	R\$ 786.463,10
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 553.363,70	R\$ 289.803,20	R\$ 263.560,50	R\$ 286.653,48
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	R\$ 1.340.221,39	R\$ 422.621,39	R\$ 917.600,00	R\$ 417.821,39
20RL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 60.648,13	R\$ 56.302,59	R\$ 4.345,54	R\$ 46.302,59
2994	INVESTIMENTO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 679.500,86	R\$ 26.890,85	R\$ 652.610,01	R\$ 26.890,85
2994	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	R\$ 10.970.040,00	R\$ 10.970.040,00	R\$ 0,00	R\$ 10.592.599,00
2994	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 3.810,52	R\$ 521,46	R\$ 3.289,06	R\$ 521,46
2994	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST. GRATUITA	R\$ 101.609,95	R\$ 60.296,39	R\$ 41.313,56	R\$ 53.488,04
		Total	R\$ 75.985.032,95	R\$ 39.452.461,99	R\$ 36.532.570,96	R\$ 37.963.000,14

Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

Diante da planilha de execução do Programa 5012 verifica-se que os valores empenhados nos elementos Locação de Mão-de-obra R\$ 17.775.261,91, Outros Serviços de Terceiros PJ 10.479.702,48 e Material de Consumo R\$ 5.057.439,63 da ação 20RL somados R\$ 33.312.404,02 correspondem a aproximadamente 78% do total de custeio empenhado na ação 20RL. Isso demonstra o expressivo desembolso com contratos de serviços como limpeza e vigilância, necessários ao funcionamento de toda a instituição.

Quanto a ação 2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, foram executados R\$ 11.754.961,33 o que corresponde a 86,38% dos recursos consignados ao IFSC. Destaque para o elemento Auxílio Financeiro a Estudantes, com 93,32% do total executado, o que demonstra a priorização dos recursos destinados diretamente aos estudantes.

No ano de 2020, a execução orçamentária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, que ocorreu de forma descentralizada, visto que os câmpus e pró-reitorias do IFSC possuem relativa autonomia para gestão da dotação a elas consignadas, não foi afetada por contingenciamento. Diante do estado de calamidade pública e consequente isolamento social, o IFSC solicitou alteração de R\$ 10.248.816,00 de custeio para investimento, o que permitiu a parcial renovação do parque gráfico da instituição, aquisição de terreno e diversas obras.

Comparando-se a LOA de 2019, cuja dotação era de R\$ 585.754.463, com a de 2020, percebe-se redução de R\$ 43.020.638 no valor total destinado ao IFSC.

Os valores concentram-se no Programa 0032 (Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo), com R\$ 489.926.365.

Nota-se que, diferentemente, em 2019 os valores foram consignados principalmente no programa 2080 (Educação de Qualidade para todos).

O Programa 0032 é composto pelas seguintes ações, com os respectivos valores:

- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes (R\$ 3.646.283);
- 20TP - Ativos Civis da União (R\$ 355.649.952);
- 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes (R\$ 13.697.935);
- 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos (R\$ 66.832);
- 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação E Requalificação (R\$ 399.198);
- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública (R\$ 143.132);
- 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União (R\$ 55.563.750);
- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (R\$ 60.759.283).

Fonte: LOA 2020

A execução mensal da despesa por ação orçamentária pode ser consultada abaixo, conforme informações do Portal da Transparência:

Ação 2004

Ação 20TP

Ação 212B

Ação 216H

Ação 4572

Ação 4641

Ação 0181

Ação 09HB

Também é possível realizar essa pesquisa acessando o Portal da Transparência na área *Execução da Despesa por Programa/Ação Orçamentária*, aplicando os filtros:

- período - de 01/2020 até 12/2020;
- órgão - Instituto Federal de Santa Catarina;
- programa orçamentário: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo (ou os demais programas); e
- a respectiva ação orçamentária.

A execução orçamentária do Programa 0032 ocorreu de forma descentralizada, visto que os câmpus e pró-reitorias do IFSC possuem relativa autonomia para gestão da dotação a elas consignadas.

Enquanto a execução orçamentária e financeira desse mesmo programa, por ação, grupo e elemento de despesa está disponível *aqui*.

Já a execução da despesa mensal do IFSC ao longo de 2020, englobando todos os programas orçamentários, pode ser visualizada *aqui*.

Desafios e Ações futuras

O principal desafio na gestão orçamentária constitui-se na possibilidade de contingenciamento orçamentário durante os próximos exercícios. Estas reduções poderão comprometer a execução de ações planejadas e impactar no funcionamento da instituição. Na área financeira, devido aos possíveis descumprimentos de prazos legais na realização das liquidações das notas fiscais, poderão ocorrer pagamentos/recolhimentos intempestivos, o que ocasionará recolhimento de encargos, juros, multas. Para superarmos estes desafios, pretende-se mapear integralmente os processos do Departamento de Orçamento e Finanças, elaborar manuais e promover qualificação aos servidores ligados aos setores de Contabilidade, Finanças e Orçamento na Instituição.

3.6.2 Gestão de Pessoas e competências

Conformidade legal

Os servidores do IFSC são regidos pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei 8.112/1990), no que tange a Direitos, Deveres, Responsabilidades e entre outros assuntos. Os docentes da instituição estão vinculados ao Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico regido pela Lei no 12.772/2012, enquanto que os técnicos administrativos estão vinculados ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação, regido pela Lei

11.091/2005. O IFSC se mantém em conformidade com as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, órgão central do SIPEC, assim como as demais aplicáveis.

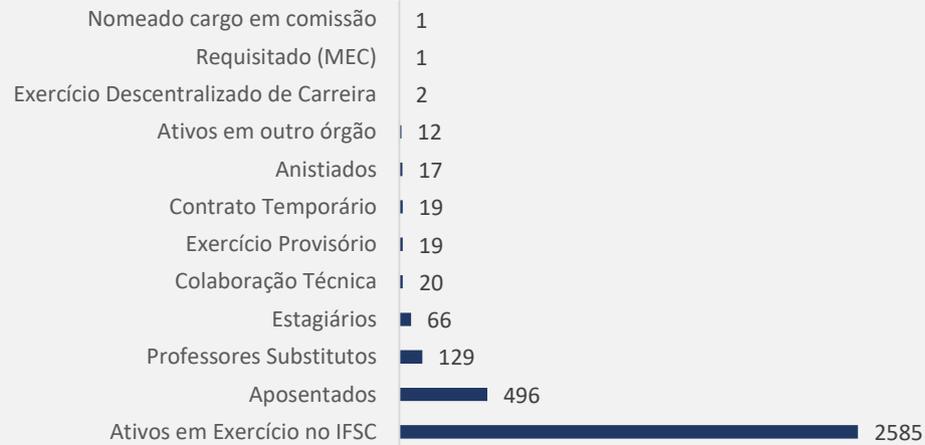
No ano de 2020, o TCU julgou 234 atos de admissão de pessoal e 52 atos de aposentadoria, considerando todos legais. O TCU apontou 198 indícios de irregularidades, sendo que 18 ainda aguardam esclarecimentos, 5 aguardam análise do TCU com esclarecimento enviado, 41 estão em monitoramento e 134 foram arquivados.

Foram abertos 58 processos de reposição ao erário em 2020, sendo que 5 deles foram concluídos com a inclusão da reposição em folha totalizando R\$ 447.529,73. Além destes, foram concluídos 11 processos iniciados nos anos anteriores, tendo a reposição no valor de R\$ 1.092.820,87 referente a 9 processos, além de 1 arquivado diante da apresentação de documento que supria a reposição e 1 encaminhado para a Procuradoria Geral Federal para inscrição em dívida ativa.

Avaliação da força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício.

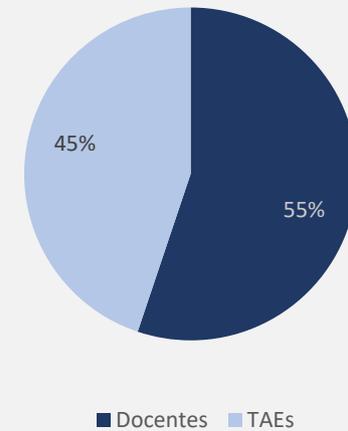
O IFSC conta com um total de 3.368 pessoas, sendo sua distribuição vista no Quadro de Servidores ao lado.

Quadro de Servidores

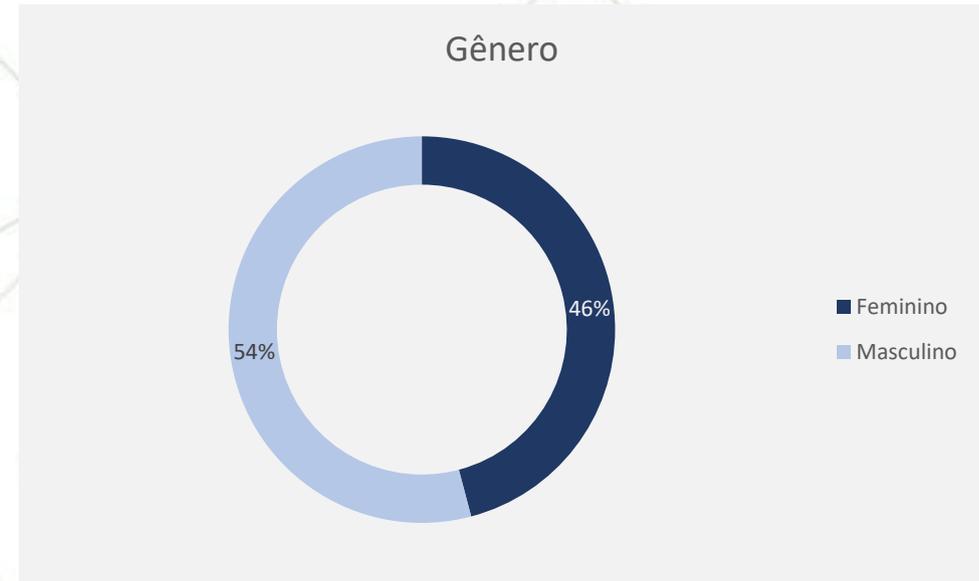
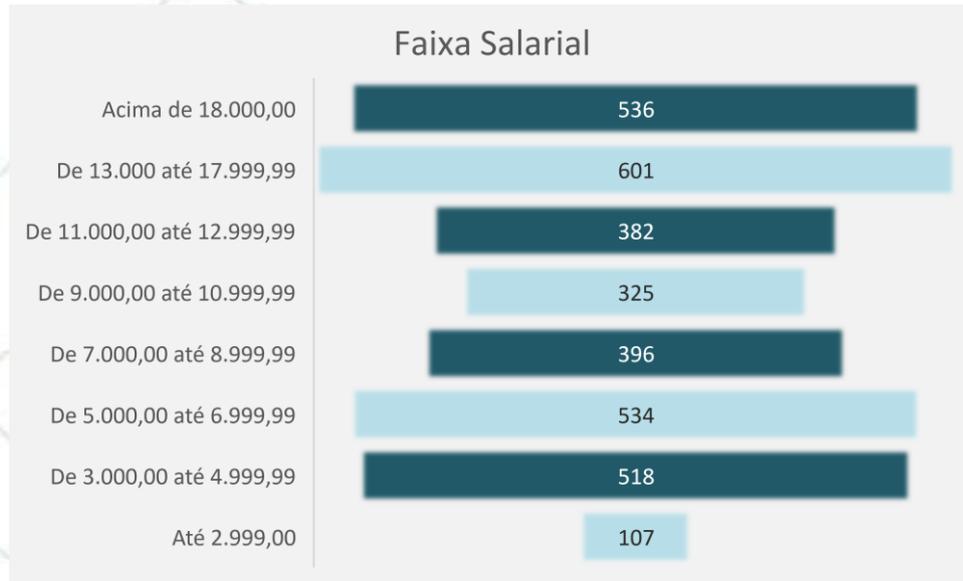


Somando os servidores ativos em exercício no IFSC aos 12 em outro órgão e um nomeado cargo em comissão, o total mostra 2.598 ativos, sendo 1.433 docentes e 1.165 técnico-administrativos em educação.

Categorias de servidores



Quanto à remuneração, incluindo os 101 instituidores de pensão, têm-se 3.469 pessoas, sendo que 11 estão em licença sem remuneração e 59 estão no IFSC, mas não são remunerados por esta entidade (colaboração técnica, exercício provisório, exercício descentralizado, cessão e requisição). Assim, o total de pessoas pagas pelo IFSC é 3.399 (3.368 + 101 - 11 - 59). A seguir é apresentado o quantitativo de pessoas por faixa salarial:



No total das 2.872 pessoas em atividade, são 1.318 pessoas do sexo feminino e 1.554 do sexo masculino.

Destas, 2.479 se declaram brancas, 226 pardas, 104 pretas, 23 amarelas e 2 indígenas, sendo que 38 não informaram.



No que diz respeito às pessoas com deficiência, há 57 servidores, sendo 38 técnicos administrativos em educação, 18 docentes efetivos e 1 estagiário. Apesar da reserva de até 10% das vagas nos concursos e processos seletivos, ainda não há o preenchimento efetivo destas vagas.

A idade média do servidor do IFSC é de 41 anos, sendo que 23% dos servidores possuem entre 30 e 35 anos, seguidos 21% entre 36 e 39 anos. Apenas 3% do quadro do IFSC possuem mais de 60 anos. Sobre a escolaridade, 33% dos servidores possuem mestrado, seguidos de 23% com doutorado e 20% com graduação.

No que diz respeito à unidade de exercício, a distribuição é a seguinte:

CÂMPUS	QUANTIDADE
ARARANGUÁ	119
CAÇADOR	76
CANOINHAS	92
CHAPECÓ	115
CRICIÚMA	118
FLORIANÓPOLIS	596
FLORIANÓPOLIS-CONTINENTE	110
GAROPABA	65
GASPAR	116
ITAJAÍ	108
JARAGUÁ DO SUL	111
JARAGUÁ DO SUL - RAU	104
JOINVILLE	156
LAGES	119
PALHOÇA	101
REITORIA	210
REITORIA - CERFEAD	52
SÃO CARLOS	53
SÃO JOSÉ	180
SÃO LOURENÇO DO OESTE	23
SÃO MIGUEL DO OESTE	91
TUBARÃO	46
URUPEMA	44
XANXERÊ	67
Total	2.872

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

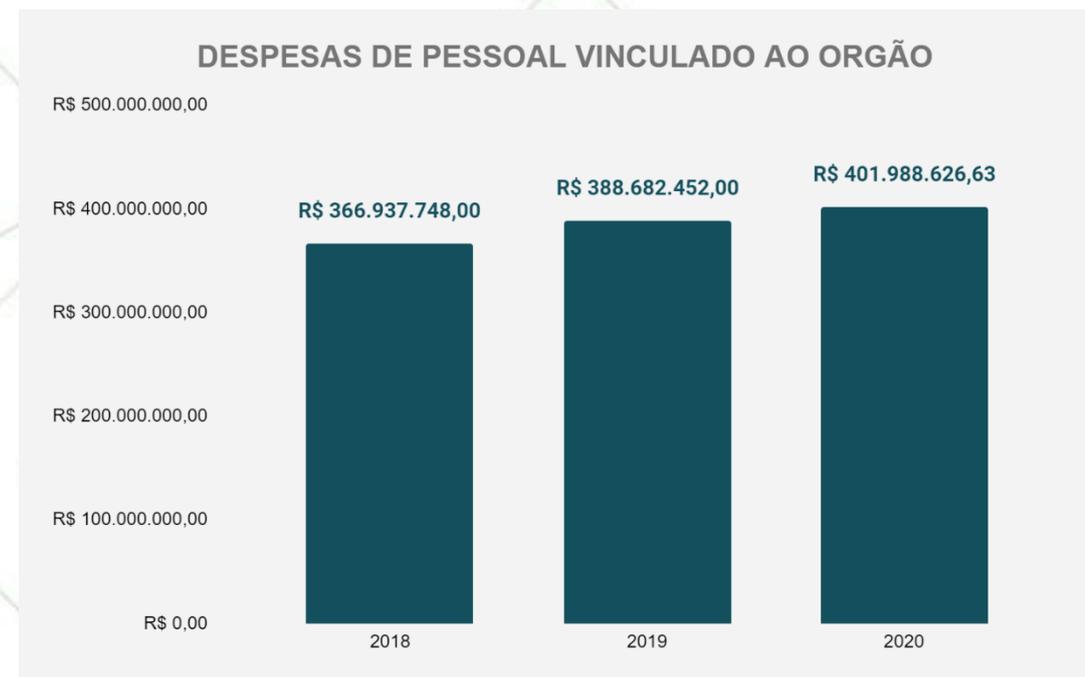
A seleção para cargos efetivos é feita por meio de Concurso Público conforme prevê a Constituição Federal de 1988. No ano de 2020 não foi realizado concurso, seguindo válido o Concurso 016/2019 com listas de espera em diversas áreas.

Os profissionais temporários são contratados por meio de processo seletivo, tendo sido publicadas 07 chamadas com 75 vagas no ano de 2020.

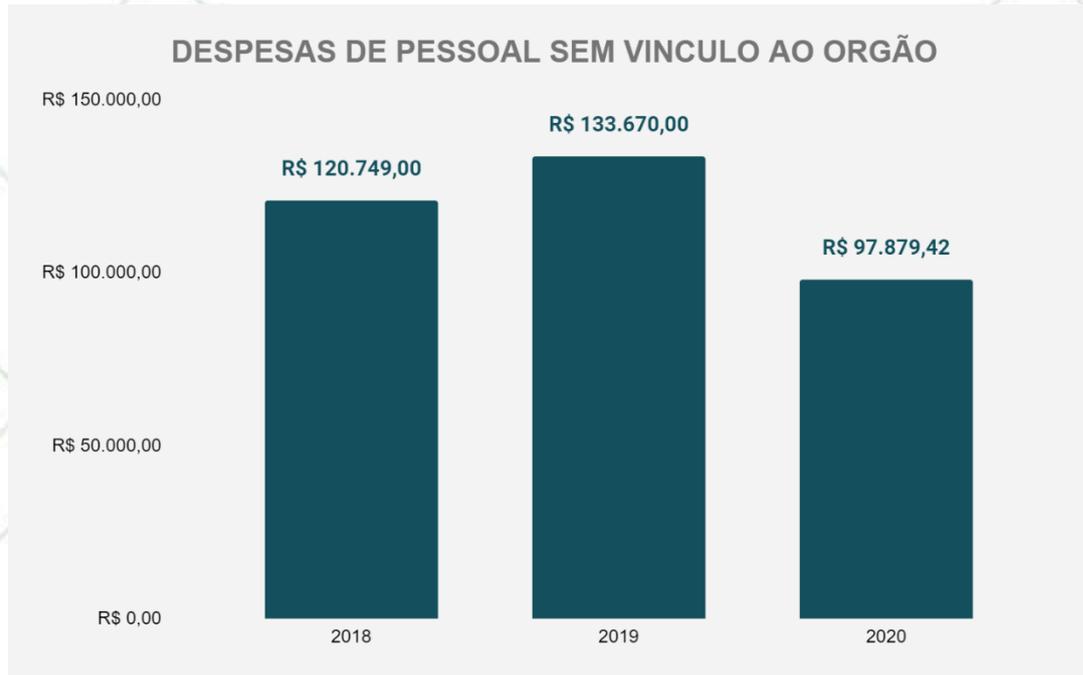
Outra forma de ingresso na instituição é a redistribuição. O IFSC possui em seu portal um banco de intenções de redistribuição com mais de 6.400 intenções registradas. A redistribuição só acontece quando não há concurso vigente para a vaga de interesse, conforme preconiza a legislação.

Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/a diminuição.

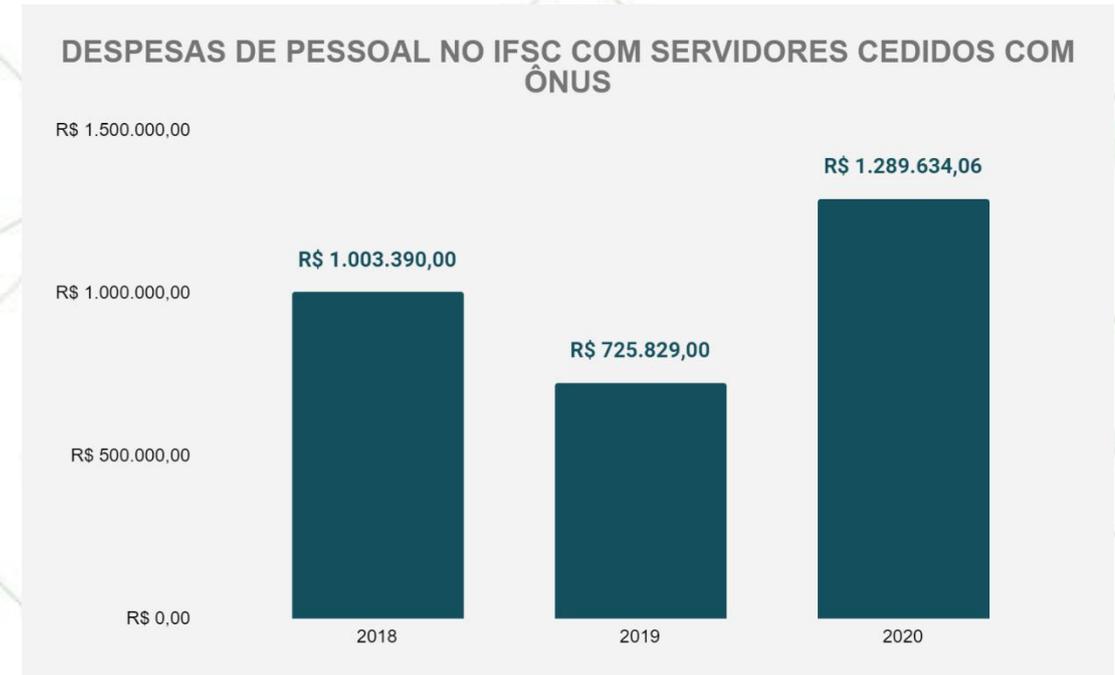
A despesa de pessoal no IFSC com servidores vinculados à instituição apresentou um acréscimo de aproximados 3% no ano de 2020. Houve uma pequena elevação do número total de servidores de 2.546 no ano de 2019 para 2.598, no ano de 2020, assim como o desenvolvimento dos servidores na carreira, considerando os mecanismos de progressão, promoção, incentivos e retribuições.



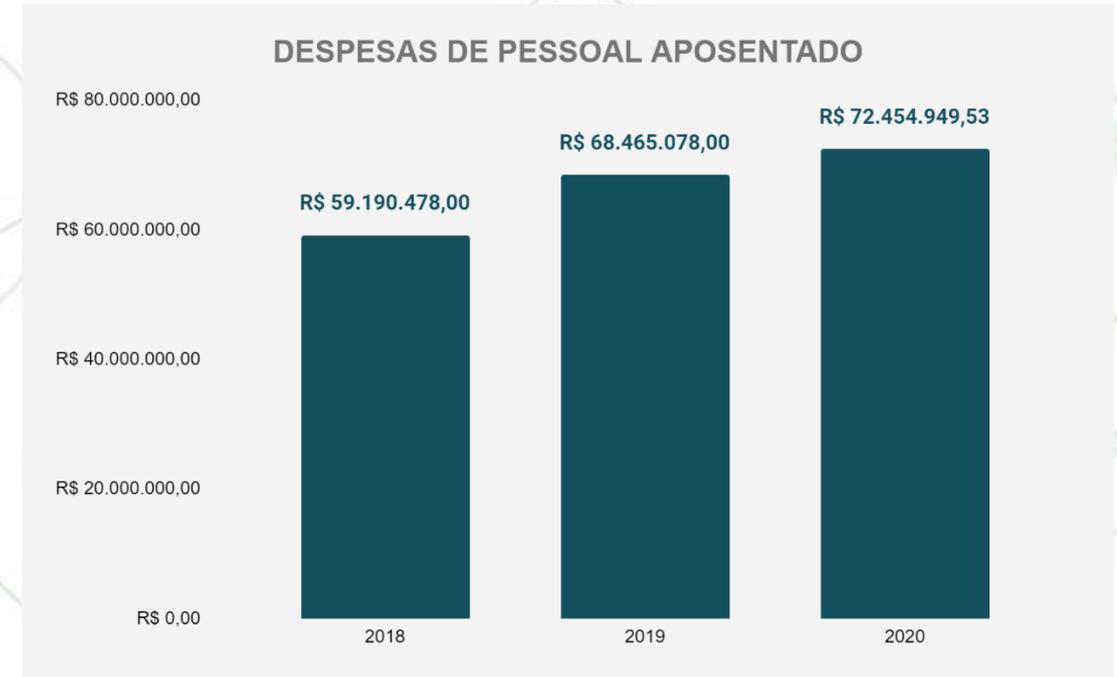
A despesa de pessoal no IFSC com servidores sem vínculo com a unidade no ano de 2020 apresentou redução. Ainda que o número de servidores nessa condição tenha se elevado de 44 para 59, a maior oscilação durante o ano gerou a redução nos valores totais.



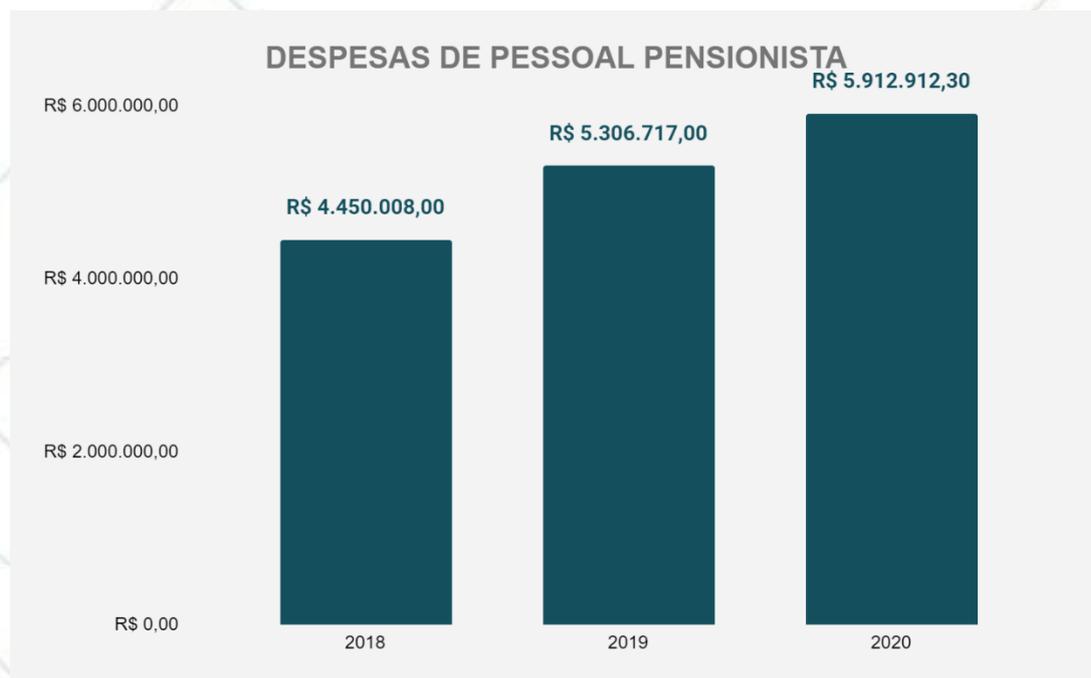
A despesa de pessoal no IFSC com servidores cedidos com ônus, no ano de 2020, sofreu forte elevação. Tal resultado justifica-se diante do maior volume de requisições com anuência da gestão neste ano, impulsionado pela Portaria 193/2018/ME e 282/2020/ME.



A despesa de pessoal no IFSC com servidores com contrato temporário, no ano de 2020, demonstrou sensível contração, causada principalmente pela redução das contratações com a suspensão das atividades presenciais em março/2020 em razão do COVID-19 e do tempo necessário para adaptação das atividades de ensino a este novo panorama. O número de servidores nessas circunstâncias reduziu de 226 para 195.



As despesas com aposentados também tiveram elevação no ano de 2020. Em 2018 os aposentados totalizam 447, sendo 482 em 2019 e 496 em 2020. Além da elevação do quantitativo, as alterações salariais dos ativos também refletem nas despesas de aposentados assim como de pensionistas, considerando a paridade de muitos. Os pensionistas também tiveram elevação de quantitativo, sendo 63 em 2018, 70 em 2019 e 101 em 2020.



Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC.

Não há previsão nas carreiras dos servidores do IFSC, seja docente ou técnico administrativo em educação, de gratificação de desempenho. A

progressão funcional ocorre conforme preconizado pela legislação, tendo como requisito a aprovação em avaliação de desempenho.

A tabela de remuneração varia de acordo com a carreira, sendo a tabela dos docentes regulada pela Lei 12.772/2012 e dos técnicos administrativos em educação pela Lei 11.091/2005.

Todos os cargos gerenciais são ocupados por servidores efetivos da instituição, em um total de 566 cargos, sendo 121 Cargos de Direção (CD), 294 Funções Gratificadas (FG) e 160 Funções de Coordenações de Curso (FCC). Além destes, há 56 Funções Gratificadas 004 (FG-004) no quadro por meio de ação judicial movida pelo Ministério Público de Santa Catarina, após extinção pelo governo federal. Nos câmpus, os ocupantes dos cargos são escolhidos por meio de eleição, sendo o requisito apenas a lotação no câmpus de exercício do cargo.

Neste ano de 2020, tendo em vista o atual contexto de trabalho frente à pandemia de COVID-19, o Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas decidiu pela realização da avaliação de desempenho apenas dos servidores em estágio probatório que não possuem nenhuma avaliação, pois a aprovação na avaliação de desempenho é uma das exigências em processos de desenvolvimento na carreira dos servidores. Os questionários foram adaptados ao trabalho remoto emergencial. Ao todo, foram realizadas 86 avaliações de servidores em estágio probatório, sendo 49 de docentes e 37 de TAEs. Para os próximos anos, um desafio é unificar a avaliação de desempenho com a avaliação das lacunas de competências.

Capacitação: estratégia e números.

No ano de 2020 foi realizada a identificação das competências diretamente relacionadas aos objetivos estratégicos, estando previsto para 2021 a validação com os responsáveis pelas áreas.

Não foi possível ofertar todos os eventos de capacitação planejados para eliminar as lacunas identificadas no ano anterior, uma vez que fomos surpreendidos com a pandemia de COVID-19. Diante da necessidade de ofertar o ensino remoto aos alunos de maneira emergencial, repriorizou-se os investimentos em capacitação. Investiu-se primordialmente na capacitação dos docentes para o desenvolvimento das ANPs (Atividades Não Presenciais). A pandemia de COVID-19 também inviabilizou as ofertas presenciais e requereu algum tempo para adaptar as ofertas para a modalidade à distância. Foram ofertados 206 eventos de capacitação, totalizando 7296 inscrições. Ao todo, 1850 servidores realizaram, ao menos, um evento de capacitação. Destaca-se que, mesmo realizando menos ações de desenvolvimento que no ano anterior, foi possível capacitar mais servidores. A modalidade não presencial diminuiu os custos com diárias e passagens, bem como os recursos utilizados (RNP, Webex Training, Moodle, Google Meet) permitiram mais participantes por evento do que costumava-se ter em turmas de oferta presencial. Por fim, salienta-se que, mesmo que o planejamento das capacitações de acordo com as competências mapeadas ainda seja um desafio para nossos instrutores internos, cerca de 70% das ações de desenvolvimento internas em 2020 tiveram como objetivo desenvolver alguma competência de lacuna alta já mapeada.

Principais desafios e ações futuras.

Gestão por Competências

- Validar a identificação de todas as competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos da instituição.
- Alinhar plenamente as ações de capacitação ao desenvolvimento de competências necessárias à excelência dos processos de trabalho e ao alcance dos objetivos estratégicos.
- Unificar a avaliação de desempenho com a avaliação das lacunas de competências, realizada de forma anual.
- Adotar o perfil compatível de competências como critério obrigatório para ocupação de cargos de gestão, sejam eles eleitos ou por indicação.
- Desenvolver um programa para o desenvolvimento de competências pessoais e gerenciais para a liderança.

Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)

Com a política de qualidade de vida no trabalho aprovada e publicada, o desafio agora é formatar um programa de qualidade de vida construído coletivamente que consiga contribuir para o desenvolvimento da organização saudável.

Teletrabalho

Com o advento da Instrução Normativa 65/2020/ME, o teletrabalho tornou-se uma possibilidade para o IFSC, sendo necessários esforços para mensuração de indicadores e construção de um Plano de Gestão para encaminhamento ao Ministério da Educação, buscando a autorização.

3.6.3 Gestão de Licitações e Contratos

Os processos de contratações do IFSC são elaborados seguindo rigidamente todos os ditames legais existentes nesse campo, em especial a Lei Geral de Licitações e Contratos – *Lei 8.666/1993, Lei 10.520/02 do pregão, Lei 12.462/11, do RDC (Regime Diferenciado de Contratação), Lei 11947/09, do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Decreto 7.892/13 (Regulamento do Registro de Preços) e o novo Decreto que regulamenta o pregão na forma eletrônica 10.024/2019. Seguimos também instruções normativas importantes do Ministério da Economia, em especial a *IN 01/2019* que dispõe sobre o Plano Anual de Contratação de Bens e Serviços Obra e Soluções de TI, denominado PGC - *IN 03/2018* do Sicaf (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), *IN 73/2020* de Pesquisa de Preços e *IN 05/2017* que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.*

Em 22/05/2020 foi publicada a IN 40/2020, que implementou como obrigatório para os processos de aquisições de Bens e Contratações de Serviços e Obras o Estudo Técnico Preliminar Digital, esta obrigatoriedade entrou em vigor a partir de 1º de julho de 2020.

As Licitações no IFSC são normatizadas pela IN 01/2009 – que estabelece que todas as licitações que envolvem demandas conjuntas devem ser de forma compartilhada, isso é realizado para todos os processos regidos pelo Decreto 7.892/2013, todo ano o Departamento de Compras da Reitoria faz a publicação do Cronograma de Compras onde todos os Câmpus são envolvidos sempre como Gerenciador e Participante dos processos. portanto, fica responsável por executar a inicialização deste; e os demais campus atuam como Participantes do processo.

Processos de Contratações em 2020 por Modalidades

Processos de Contratação		
Modalidade	Quantidade	Porcentagem
Pregão	168	39,90%
Rdc	25	6,18%
Dispensas de Licitação	76	18,05%
Inexigibilidades	79	18,76%
Adesões de ATAS Externas	41	9,74%
Concorrência	2	0,48%
Tomada de Preço	1	0,24%
Total	377	100%

O Ifsc possui uma série de gastos para manutenção das suas atividades administrativas, as chamadas despesas de custeio, compreendendo despesas de limpeza e vigilância até energia elétrica e água/saneamento, conforme detalhado na tabela a seguir:

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Serviços Contratados		
Tipo de serviço	Valor	Percentual
Limpeza	7.746.388,30	18,14%
Vigilância	5.070.406,06	11,87%
Apoio Administrativo	3.986.879,10	9,33%
Gastos gerais em automóveis	419.758,97	0,98%
Bilhetes e passagens	110.917,96	0,26%
Publicidade	166.220,39	0,39%
Locação de Imóveis	431.984,06	1,01%
Material de Expediente	143.420,51	0,34%
Telecomunicações	166.541,56	0,39%
Energia Elétrica	2.467.014,64	5,78%
Serviços de Água e Esgoto	348.575,72	0,82%
Demais gastos de custeio	21.656.149,04	50,70%
TOTAL	42.714.301,31	100,00%

Dos dispêndios de 2020, verificamos que, aproximadamente, 39% do montante foram utilizados com pagamentos de serviços terceirizados com e sem dedicação exclusiva de mão de obra, representando um decréscimo de aproximadamente 11,50% em relação ao ano de 2019. Dentre eles destacam-se os serviços de limpeza, asseio e conservação que consumiram 18,14% do total gasto com funcionamento. Seguidos de vigilância com 11,87% frente aos 14,96% do ano de 2019, e apoio administrativo com 9,33%, em que se concentram as demais contratações de serviços terceirizados, seja com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Em considerando valores efetivos, verificamos que o valor total no ano de 2020 em relação ao ano de 2019 sofreu um acréscimo de aproximadamente 27,52%, sendo o valor total do ano de 2019 de R\$ 11.767.419,39.

Para a realização dos trabalhos meios e fins do IFSC, se faz necessário a manutenção de atividades administrativas, consideradas atividades meio, que são executadas por meio da contratação de serviços e insumos; e nesse sentido, são diversos os contratos existentes, e a quantidade necessária está diretamente relacionada à estrutura de cada campus e suas especificidades/características. No ano de 2020, contaram 366 contratos ativos, distribuídos entre os câmpus, conforme tabela a seguir.

Distribuição de Contratos por Câmpus

Câmpus	Número de Contratos
Araranguá	17
Caçador	11
Canoinhas	14
Cerfead	7
Chapecó	18
Continente	11
Criciúma	17
Florianópolis	30
Garopaba	8
Gaspar	15
Itajaí	15
Jaraguá do Sul	22
Joinville	17
Lages	16
Palhoça	15

Câmpus	Número de Contratos
RAU	15
Reitoria	11
São Carlos	13
São José	17
São Lourenço do Oeste	7
São Miguel do Oeste	14
Tubarão	8
Urupema	9
Xanxerê	14
Rede	20
Vários Câmpus	5
TOTAL	366

Considerando a suspensão das atividades presenciais no IFSC em março de 2020, passamos a verificar a possibilidade da suspensão de nossos contratos que não fossem considerados essenciais para a manutenção dos câmpus. Nesse sentido, no mês de agosto deste ano, foram suspensos 24 contratos.

Dos contratos acima, 111 são contratos com dedicação exclusiva de mão de obra e 255 sem dedicação exclusiva de mão de obra. Destes ainda destacamos 24 contratos de Concessão de energia elétrica e 24 contratos de concessão de água e esgoto. Contamos ainda com 17 contratos do PNAE e 3 do PAA.

O controle da fase inicial da renovação dos contratos, a partir do final do ano de 2019, foi delegado aos Câmpus, ficando a reitoria responsável pelos contratos quando envolvem mais de um Câmpus, os contratos da Rede,

que são os contratos que envolvem todos os Câmpus do IFSC, podemos citar como exemplo o contrato de abastecimento de veículos, o contrato de seguros dos veículos e os próprios contratos da Reitoria.

3.6.3.1 *Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações*

As contratações mais relevantes do IFSC estão alinhadas com as três grandes perspectivas do Mapa Estratégico Institucional: Alunos e Sociedade, Processos e Pessoas e Conhecimento.

Entendemos que todas as contratações do IFSC se relacionam diretamente aos objetivos abaixo relacionados, uma vez que a falta de uma contratação, seja ela de serviço, com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra, de aquisição de materiais, sejam estes administrativos ou para utilização em salas de aula, são relevantes para a manutenção das atividades da Instituição.

Porém, se observarmos mais a fundo entendemos algumas contratações como essenciais, seja para a manutenção dos Câmpus em sua forma estrutural como a contratação de serviço para realização de limpeza e vigilância, seja a aquisição de material administrativo, com utilização direta dos servidores técnicos administrativos, professores e estudantes, ou seja, aquelas contratações de serviços com o fornecimento de energia elétrica e serviço de água e esgoto.

A justificativa para tais contratações estão acima apresentadas: todas se fazem necessárias, em diversos sentidos, e para todos os públicos

abrangidos pelo IFSC (servidores técnicos, docentes e comunidade acadêmica) para a execução de um serviço público e de qualidade educacional que a instituição presta para a sociedade.

A gestão de Licitações e Contratos relaciona-se diretamente aos seguintes objetivos estratégicos do IFSC:

- A4 - Atender às demandas dos alunos com efetividade.
- A7 - Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.
- P9 - Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.
- P10 - Gerenciar recursos financeiros com efetividade.
- P11 - Garantir a infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.
- C1 - Favorecer o compartilhamento de conhecimento e cooperação entre os servidores e áreas.
- C2 - Disponibilizar dados, informações e conhecimento.

3.6.3.2 Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização.

De maneira geral, a política de Contratações do IFSC é sempre pela licitação; ocorre que às vezes se faz necessária a contratação direta, tendo em vista que em alguns casos ela pode se mostrar mais vantajosa e célere para a Administração pública. A norma de licitações, art. 24 (e seus 35 incisos) e art. 25 (3 incisos) dispõe em que casos a Administração é

autorizada a Dispensar a Licitação, ou quando ela é inviável. O IFSC apresentou em 2020 as seguintes contratações diretas:

Tipo	Quantidade	Fundamentação legal
Dispensas de Licitação	76	Art. 24, lei 8.666/93
Inexigibilidades	79	Art. 25, lei 8.666/93
Chamadas Públicas	28	Lei 11.947/2009 - PNAE
Total	183	

Justificativas das Contratações

Chamadas Públicas: As chamadas públicas, são amparadas na Lei 11.947/2009 que trata do Programa Nacional de Alimentação Escolar, prevê no inciso III a inclusão dos alunos matriculados na rede pública de educação que cursam a escola básica, para atender seus 22 Câmpus.

Inexigibilidades: Sempre que houver inviabilidade de competição, a Administração está autorizada a realizar o previsto no art. 25, e seus incisos, da lei 8.666/1993. O IFSC fez, no ano de 2019, 60 contratações que se enquadram nesse artigo, em especial as Capacitações e demais casos previstos nos incisos do art. 13 da Lei 8.666/1993 além daquelas que detêm monopólios, como por exemplo serviços de energia elétrica, fornecimento de água, Correios e malotes.

Dispensas de Licitação: No ano de 2020, O IFSC elaborou 76 contratações amparadas no art. 24 da Lei Geral de Licitações, essas contratações foram realizadas para manter o funcionamento de maneira adequada de suas 24 unidades físicas. Trata-se de contratações em sua maioria de pequeno valor, de acordo com os valores previstos no art. 23 da lei 8.666/1993,

atualizados pelo decreto 9.412/2019. São exemplos dessas contratações: reparos na rede gás, conserto na tubulação preventiva de incêndio, serviço de geofonamento, conserto de estufa agrícola, reparo em radiador do gerador, além de outros.

Principais desafios e ações futuras

Os principais desafios que envolvem a gestão de licitações e contratos estão relacionados às alterações nas legislações voltadas para essas áreas, à intensificação do planejamento das compras da instituição e a necessidade constante de capacitação das equipes que atuam diretamente na elaboração, operacionalização e fiscalização de compras e contratações.

Quanto às ações futuras, a continuidade e conclusão do mapeamento de processos de compras e contratações; a intensificação da participação das áreas de compras, contratações, orçamento, engenharia e contabilidade no planejamento das contratações da instituição; continuidade ao sistema de FAQ (Frequently Asked Questions, ou Perguntas Frequentes, em português) para a área de contratos; a elaboração de curso online de fiscalização de gestão contratual, em modelo EaD via sistema Moodle; implantação de forma efetiva da pesquisa de satisfação do fiscal usuário dos serviços terceirizados, através de formulários espalhados pelos Câmpus com acesso via QR CODE.

3.6.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

3.6.4.1 Conformidade legal

Todos os câmpus e a reitoria do IFSC realizam os procedimentos relativamente à gestão patrimonial em conformidade, alinhadas aos termos do art. 37 da Constituição Federal e das *Lei nº 8.112/1990, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 9.373/2018, Normativa nº 205/2019, Lei 8.429/92* e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos.

Os investimentos de capital dizem respeito ao montante de recursos destinados à aquisição do aparelhamento permanente e da estrutura dos Câmpus do IFSC, desde obras e infraestruturas, equipamentos de informática até aparelhos de medição e orientação.

Os investimentos efetivamente empenhados em Material e Equipamentos Permanentes de Tecnologia da Informação totalizam em 2020 o montante mais representativo, somando R\$ 7.446.136,78. Deste valor, em torno de 79% dos investimentos compreendem a aquisição de Equipamentos de Tecnologia de Informação - Computadores, renovando os pátios tecnológicos das unidades do IFSC.

Outra parcela importante foi o investimento em obras e instalações, que somam mais de 5 milhões de reais, sendo a obra da Quadra Coberta do Campus Canoinhas representante de em torno de 46% deste segmento. Os demais investimentos dizem respeito à construção do Bloco Agrícola do Campus São Miguel do Oeste, construção da Quadra do Campus Palhoça, construção das rampas e coberturas do Campus Chapecó, elaboração de projeto do Bloco de Inovação do Campus Florianópolis e serviços de construção civil para os Campus São José e Gaspar.

Ademais, o IFSC adquiriu um novo terreno com área de 4.000 m² para ampliação das instalações do Campus Chapecó, através de um investimento de R\$3.500.000,00.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL		
Contratações	Valores empenhados	Porcentagem
Material e equipamentos de TI	R\$ 7.446.136,78	33,00%
Obras em andamento e instalações	R\$ 5.110.623,55	22,65%
Terreno	R\$ 3.500.000,00	15,51%
Demais gastos de investimento	R\$ 6.506.687,37	28,84%
Total	R\$22.563.447,70	100%

Demais gastos com investimento representam R\$ 6.506.687,37 do total consumido durante o ano de 2020 e são referentes aos demais investimentos de capital, como por exemplo Máquinas e Equipamentos Energéticos, Estudos e Projetos, Mobiliário em Geral, Coleções e Materiais Bibliográficos, entre outros.

3.6.4.2 Desfazimento de ativos

O desfazimento de bens costuma ocorrer quando se verifica as situações legais para tal procedimento, quando os bens se apresentam como inservíveis no âmbito do IFSC, seja por se apresentarem ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, sendo esta última característica a mais recorrente dentre os bens desfeitos.

O total de bens móveis do IFSC representa R\$ 186.289.268,14 conforme Balanço Patrimonial de 2020. Em 2020 houve o desfazimento de R\$ 905.852,55 em diversas contas contábeis patrimoniais da Instituição, o que representou 0,49% do total dos bens da instituição, conforme tabela a seguir.

Total desfazimento por conta contábil		
Conta Contábil	Descrição	Valor
1.2.3.1.1.00.00	BEM MOVEIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 905.852,55
1.2.3.1.1.01.00	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTA	R\$ 84.404,24
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	R\$ 28.144,34
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	R\$ 1.846,77
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	R\$ 5.403,17
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSÕES	R\$ 119,00
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	R\$ 210,01
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	R\$ 2.770,11
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	R\$ 8.190,04

Total desfazimento por conta contábil		
Conta Contábil	Descrição	Valor
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	R\$ 8.104,59
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P/ AUTOMÓVEIS	R\$ 610,00
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	R\$ 3.739,85
1.2.3.1.1.01.25	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	R\$ 25.260,36
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA	R\$ 643.519,18
1.2.3.1.1.02.01	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICAÇÃO/TIC	R\$ 643.519,18
1.2.3.1.1.03.00	MOVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 61.180,93
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	R\$ 4.904,06
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	R\$ 499,63
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	R\$ 55.777,24
1.2.3.1.1.04.00	MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO	R\$ 116.748,20
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	R\$ 3.598,42
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	R\$ 195,50
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	R\$ 0,05
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VIDEO E FOTO	R\$ 112.954,23
Total		R\$ 2.717.551,65

As baixas de 2020 que perfizeram 0,48% do total de ativos se justificam quando os bens estão obsoletos, irre recuperáveis ou antieconômicos para a Instituição, de acordo com o Decreto n. 9.373, de 11 de maio de 2018 e demais normativos vigentes.

3.6.4.3 Locações de imóveis e equipamentos

Em 2020 os gastos como locação de imóveis totalizaram R\$ 431.984,06. Estas despesas dividem-se em R\$ 13.024,34 para locação do ginásio da UNOESC destinado a atividades do Campus Chapecó e o restante R\$ 418.959,72 refere-se à locação de imóvel na Rua Duarte Schutel, 99, no centro de Florianópolis, para funcionamento do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead) da instituição.

Os recursos destinados à locação de máquinas e equipamentos totalizaram R\$ 39.531,36. Deste montante, o maior gasto está relacionado com a locação de nobreak no valor anual de R\$ 34.800,00 que atende as demandas da Diretoria de Tecnologia do IFSC.

3.6.5 Gestão de Custos

Em atendimento à legislação vigente, o IFSC utiliza, como centro de custo, unidade de acumulação de custos onde são identificados o consumo efetivo do recurso dos 22 câmpus, o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead) e a reitoria. O orçamento é distribuído entre esses centros de custos e executados durante o exercício financeiro nas respectivas naturezas de despesas detalhadas.

Programa Governo: 5012 Educação Profissional e Tecnológica.

CÓDIGO	UG	DESPEAS EMPENHADAS
151712	CAMPUS ARARANGUÁ	2.770.558,62

CÓDIGO	UG	DESpesas EMPENHADAS
151760	CAMPUS FLORIANÓPOLIS	10.785.627,60
151761	CAMPUS SÃO JOSÉ	4.138.515,81
151762	CAMPUS CONTINENTE	3.047.292,18
151763	CAMPUS JOINVILLE	4.586.187,05
151764	CAMPUS JARAGUÁ DO SUL	2.323.892,61
151765	CAMPUS CHAPECÓ	6.598.926,55
152191	CAMPUS ITAJAÍ	2.682.753,31
152192	CAMPUS CANOINHAS	4.923.008,38
152193	CAMPUS CRICIÚMA	3.322.470,74
152194	CAMPUS GASPAR	2.394.238,26
152195	CAMPUS LAGES	3.470.038,97
152196	CAMPUS CAÇADOR	2.280.197,40
152197	CAMPUS PALHOÇA	2.459.668,33
152198	CAMPUS JARAGUÁ DO SUL - RAU	2.469.377,91
152199	CAMPUS URUPEMA	1.411.792,47

CÓDIGO	UG	DESpesas EMPENHADAS
152200	CAMPUS XANXERÊ	1.976.287,42
152201	CAMPUS SÃO MIGUEL DO OESTE	3.607.948,83
152577	CAMPUS GAROPABA	1.710.479,70
152578	CAMPUS SÃO CARLOS	1.995.044,20
152579	PROEX	962.581,64
152580	PROPI	1.260.611,99
152581	PRODIN	4.597,33
152582	PROEN	264.068,97
152583	PROAD	1.516,08
152598	GABINETE REITORIA	234.470,77
152599	IFSC REDE	1.692.659,27
154627	CAMPUS TUBARÃO	2.175.072,56
155370	CAMPUS SÃO LOURENÇO DO OESTE	946.984,31
156045	CERFEAD	3.069.176,54
	GERAL	3.720.187,57

Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos

Constituem-se em desafios para alocação mais eficiente dos recursos do IFSC, utilizar os custos como ferramenta de gestão e implantar o Sistema Integrado de Administração de Serviços (Siads) como solução tecnológica para gestão dos bens, com o objetivo de integrar a contabilidade e o sistema de custos.

3.6.6 Gestão da Tecnologia da informação

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o IFSC observa e aplica normas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, além de obedecer às normas estabelecidas internamente no âmbito da Tecnologia da Informação. Dentre os principais documentos norteadores destacam-se:

Estratégia de Governança Digital (EGD) - Serviços centrados no cidadão, que sejam integrados e confiáveis, que promovam a transparência e dados abertos. O IFSC contempla estas diretrizes em seu Plano Estratégico de TIC, através dos objetivos OE.02, OE.03, OE.04 e OE.08.

Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação. A TIC do IFSC elabora o planejamento de suas contratações de acordo estas normas emanadas do governo federal, garantindo desta forma, transparência e controle nos gastos das aquisições de TIC.

Portaria nº 778, de 04 de abril de 2019 - Dispõe sobre a implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP.

Regimento Geral da instituição, art. 41 e 41-A, respectivamente quanto às competências do Diretor de Tecnologias da Informação e da Comunicação e do Chefe do Departamento de Sistemas de Informação.

Resolução nº 34/2017/Consum que aprova a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e estabelece que, dada sua atuação estratégica, a governança será realizada pelo Comitê de Tecnologia da Informação, composto pela alta administração, áreas de negócio e áreas técnicas de TIC.

Resolução nº 02/2020/Consum que aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação e estabelece os objetivos estratégicos do IFSC em relação a TIC para o período de 2020 - 2024.

Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui o Comitê de Governança Digital nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP. A partir da publicação deste decreto a DTIC

submeteu para apreciação no atual comitê de TI um novo regimento que cria o Comitê de Governança Digital do IFSC. A aprovação final aguarda manifestação do Conselho Superior do IFSC.

O Decreto ainda fala sobre a implantação do Plano de Transformação Digital, Plano de Dados Abertos e do PDTI alinhado a esta estratégia.

Modelo de governança de TI

A *Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação*, foi instituída por meio da Resolução Consup nº 34/2017 e estabelece as Estruturas Organizacionais de TIC:

- I Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- II Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- III Coordenadoria de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- IV Fórum de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- V Coordenadorias de Tecnologia da Informação e Comunicação nos Câmpus.

A TIC do IFSC observa o *Guia de Governança de TIC do SISP*, cujo modelo referencial da Governança de TIC é composto por dez práticas, que visam

impulsionar o papel da alta administração na governança sobre a otimização de recursos de TIC na instituição.

A *Resolução nº 51/2018/Consup* Retifica a Resolução CONSUP nº 19/2016, que dispõe sobre o Regulamento do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação no IFSC. A partir desta retificação o comitê passa a chamar-se Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação tendo natureza consultiva, normativa e de caráter permanente em atendimento à Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017 da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo Federal. É responsabilidade deste comitê, além de outras, a governança e alinhamento dos investimentos de Tecnologia da Informação e Comunicação com os objetivos estratégicos e apoio a priorização de projetos a serem atendidos.

Visando aprimorar a Governança de TIC no IFSC o Comitê Gestor de TIC elaborou o documento denominado Sistema de Governança que apresenta as políticas de TIC e os planos que devem ser elaborados para efetividade deste sistema. O documento aguarda aprovação pelo Conselho Superior do IFSC.

Apresentamos os montantes investidos de acordo com a natureza e fonte de recursos. Tais valores estavam planejados no PETIC ou PDTIC.

Montante de recursos aplicados em TI em 2019

Apresentamos os montantes investidos de acordo com a natureza e fonte de recursos. Tais valores estavam planejados no PETIC ou PDTIC.

PDTIC 2020 - Projeto 1 - Capacitação dos Servidores de TIC (Ação continuada)

Alinhamento com PETIC (2018/2019): Capacitar servidores de TIC nas suas áreas de atuação - PC1

- Ação 1: Contratar empresas que prestam cursos de capacitação nas áreas de Governança de TIC, Administração de Sistemas Linux, Administração e Projetos de Redes, Segurança de Redes e Sistemas de Informação.
- Ação 2: Custear cursos gratuitos da Escola Superior de Redes.
- Ação 4: Realizar capacitação através de eventos.

PDTIC 2020 - Projeto 8 - Redução de infraestrutura de data center nos Câmpus

Alinhamento com PETIC (2018/2019): Redução de despesas em TIC – P3.

- Ação 1 - Centralização de infraestrutura e serviços no data center da reitoria.

PDTIC 2020 - Projeto 10 - Elaboração de Plano de Infraestrutura de TIC

Alinhamento com PETIC (2018/2019): Garantir infraestrutura de TIC para Câmpus e Reitoria – AS1

- Ação 1 - Elaborar Plano de Infraestrutura de TIC;
- Ação 2 - Aquisição de equipamentos e serviços.

PDTIC 2020 - Equipamentos/Computadores

Alinhamento com PDI (2015-2019): Consolidar a infraestrutura física e tecnológica dos Câmpus e da Reitoria – P1101; Otimizar a utilização de espaços físicos e recursos tecnológicos – P1102;

Gastos com Infraestrutura data center (investimento): R\$ 370.717,66

Gastos com Infraestrutura data center (custeio): R\$ 326.936,78

Gastos com Capacitação: R\$ 43.020,00

Gastos com aquisição de computadores (câmpus/reitoria): R\$ 5.617.390,84

Total investido em 2019 com TIC: R\$ 6.358.065,28

Fonte: *Portal Transparência*

* Considerando pagamentos até 10/04/2020.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

As contratações mais relevantes, realizadas em 2020 em TI foram:

- Aquisição de Solução de Processamento de Dados (R\$ 282.433,12): Foram adquiridas mais duas lâminas ampliando a nova solução de processamento de dados com tecnologia atualizada. A solução é composta por um Chassi, 02 switches, 04 lâminas (servidores) e softwares de virtualização, além de serviço de implantação e garantia dos equipamentos. Esta nova aquisição permitirá economia com softwares de backup,

virtualização e dará mais capacidade de processamento aos sistemas hospedados no data center da Reitoria/DTIC.

- Capacitação de Servidores (R\$ 43.020,00): O investimento em capacitação é essencial para o desenvolvimento dos servidores de TIC. O IFSC investiu na contratação de cursos online diante do cenário de pandemia em 2020.
- Aquisição de Computadores (R\$ 5.617.390,84): O valor foi utilizado para expansão e renovação do parque de computadores do IFSC para melhor atendimento aos estudantes e desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI pela Cadeia de Ualor

O planejamento de TIC do IFSC se dá por meio do *Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)*, que define estratégias para a melhoria contínua dos sistemas de governança e gestão de TIC da instituição, bem como para garantir a sustentação da infraestrutura tecnológica necessária à consecução dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico Institucional. Sob orientação do Comitê Gestor de TIC (CGTIC), às estratégias definidas neste plano abrangem toda a instituição, devendo ser implantadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC/Prodin) e pelas Coordenadorias de Tecnologia da Informação e Comunicação dos câmpus (CTIC), por meio dos

Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), anualmente elaborados em articulação com o Plano Anual de Trabalho da instituição (PAT).

	MACROPROCESSO	PROCESSOS DE NEGÓCIO	AÇÕES
3. SUPORTE	3.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.3.1 Gerenciar as demandas de TI	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento às demandas por sistemas de TI através de métodos ágeis (scrum); • Atendimento de chamados de Infraestrutura, Serviços e Sistemas através de sistema de helpdesk (OTRS – suporte ITIL); • Organização de atividades – Uso de kanban através da plataforma Wekan; • Utilização de serviços fornecidos pela RNP.
		3.3.2 Desenvolver soluções de TI	<ul style="list-style-type: none"> • Customizações do SIG CERTAME para processo de professores substitutos; • Customizações do SIGAA para ANP's, novo status "Não Concluído" e demais alterações decorrentes do distanciamento social; • Customização do módulo de Diplomas e Certificados do SIGAA; • Mudança na infraestrutura do SIG, arquitetura de contêineres orquestrados, com atualização da ferramenta de monitoramento ativo; • SIPAC atualizado para integração com PEN/SEI (Em homologação); • Alteração no processo de backup do banco de dados do SIG; • Pesquisa e Desenvolvimento na separação do SIG em microserviços; • Customizações no Sistema do PAEVs; • Novo implementação no balanceamento de acessos do SIG; • Customizações e alterações nos processos (de sistema) do módulo Acadêmico para o processamento de matrículas; • Customização do módulo Lato no SIGAA; • Customização do calendário acadêmico no módulo Acadêmico do SIGAA; • Customizações no módulo Extensão do SIGAA; • Customizações no processo de Compras do SIPAC; • Customizações no PSAD (legado) em decorrência do distanciamento social;
		3.3.3 Implantar soluções de TI	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de solução de processamento de dados (infraestrutura); • Atualização de licenças de backup através da plataforma Veeam.
		3.3.4 Realizar a manutenção e suporte de soluções de TI	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de suporte técnico para motor gerador (data center); • Contratação de suporte técnico para sistemas de ar-condicionado (data center).
		3.3.5 Gerenciar a governança de TI	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de plano básico de capacitação para servidores de TIC e divulgação de relatório de execução; • Publicação de Plano de Gestão de Risco; • Publicação de PETIC 2020 – 2024; • Publicação de PDTIC 2021/2022;

Segurança da informação

A segurança da informação é conduzida de acordo com a *Política de Segurança da Informação e Comunicação* do IFSC, elaborada a partir do amplo arcabouço legal da área. Ela objetiva garantir a autenticidade, a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações produzidas ou sob sua custódia, pautada nos princípios confidencialidade, disponibilidade, integridade e autenticidade. Observa também a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e é acompanhada em reuniões trimestrais do Comitê Gestor de Segurança da Informação.

Principais desafios e ações futuras

- Adotar as melhores práticas em governança e gestão de TIC;
- Garantir a segurança da informação custodiada pela TIC;
- Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos
- Promover a transparência por meio do uso de TIC;
- Prover soluções tecnológicas para o fortalecimento da gestão do conhecimento
- Garantir infraestrutura adequada para manter e suportar as soluções de TIC;
- Promover o desenvolvimento de soluções de TIC, com apoio acadêmico, em atendimento às demandas institucionais;
- Fornecer serviços públicos por meio da transformação digital;
- Elaborar Plano de Capacidade de TI ;
- Elaborar Plano de Gestão de Dados; e
- Adotar métodos e práticas que permitam o desenvolvimento de competências administrativas e técnicas dos servidores de TIC.

3.6.4 Sustentabilidade

Verifica-se que o IFSC adota a sustentabilidade como valor institucional e possui um programa específico para alinhar os aspectos relacionados à sustentabilidade na instituição (IFSC Sustentável). O Programa IFSC Sustentável, com o objetivo de propor e sistematizar a prática de ações que visem à redução do impacto ambiental dos processos institucionais, ao aprimoramento da gestão visando à eficiência, à atuação com foco social e ao desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica.

O IFSC adota a sustentabilidade como valor institucional e possui um programa específico para tratar dos assuntos relacionados à sustentabilidade, chamado "IFSC Sustentável". O Programa possui por objetivos, propor e sistematizar ações que visem à redução do impacto ambiental dos processos institucionais, aprimorar a gestão visando à eficiência, à atuação com foco social e o desenvolvimento de uma cultura voltada à sustentabilidade em todas as suas dimensões.

O IFSC Sustentável possui estruturas próprias de governança, voltadas, prioritariamente, à execução de um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do IFSC. A Comissão Central do PLS é formada por representantes da gestão da Reitoria do IFSC, da gestão dos câmpus e das comissões locais do IFSC Sustentável. Além disso, em 2015, o IFSC aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Como resultado concreto das ações do Programa IFSC Sustentável, identificamos inúmeras ações realizadas no contexto institucional, como por exemplo: a incorporação de critérios de sustentabilidade em projetos, obras e ações de

manutenção predial; a Inserção de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações institucionais; a racionalização da diversidade de materiais e serviços contratados; o monitoramento do consumo de água e energia; a manutenção de campanhas visando a sensibilização quanto ao consumo e a preservação do patrimônio e recursos públicos; a instalação de usinas fotovoltaicas para geração de energia limpa e modernização dos sistemas de iluminação predial e urbana por modernos sistemas em LED; a redução de resíduos sólidos pela digitalização de processos, aquisição de canecas cerâmicas para os servidores e copos biodegradáveis; a conscientização e aquisição de resíduos para separação e destinação correta de lixo; a contratação de empresa especializada para a destinação final dos resíduos perigosos, além de outros.

A respeito das contratações realizadas pela unidade jurisdicionada e os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 que regulamentou o artigo 3º da Lei 8666/1993, conforme o qual a Administração precisa estabelecer critérios e práticas para a promoção de desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas desde 2007, o IFSC adota o Sistema de Compras Compartilhadas entre todos os seus câmpus e Reitoria, o que otimiza a gestão de processos de licitações reduzindo o número de licitações anuais (em torno de 150 pregões anuais) onde são licitados em torno de 7 mil diferentes itens anuais.

Se cada câmpus realizasse individualmente as suas licitações, seriam mais de 1000 pregões no IFSC considerando os 22 câmpus e Reitoria. Isso evita o retrabalho de servidores em diversos câmpus e propicia a economia de escala nas aquisições.

A exemplo da licitação de exames periódicos, vacinas, mobiliário, entre outros. Além disso, desde 2013 o IFSC publica anualmente um edital de licitação 100% sustentável com materiais de expediente com critérios de sustentabilidade - Pregão Eletrônico de Sustentabilidade.

É possível, ainda, encontrar a adoção de critérios sustentáveis em diversos processos licitatórios do IFSC: Pregão de Eventos: fornecimento de material de serviço descartável (reciclável ou biodegradável) ou reutilizável (cerâmica, vidro, metal etc.).

Pregão de Material Gráfico: utilização de papel reciclado em vários itens.

Pregão de Computadores: prevê margem de preferência para produtos nacionais para todo o Edital e diversos critérios de sustentabilidade como certificações.

Pregão de Mobiliário: diversos itens exigem certificação da origem da madeira e demais materiais.

Ainda, há a previsão de itens exclusivos para ME/EPP em todos os nossos editais, em obediência a Lei Complementar 123/2006, fortalecendo, assim, as micro e pequenas empresas.

Desde o ano de 2019, o IFSC tem fortalecido as aquisições de Alimentos via Chamadas Públicas, onde são adquiridos produtos da Agricultura Familiar para alimentação escolar, em observância à Lei 11947/2009, que

dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). No total foram realizadas 15 chamadas públicas para contemplar o Pnae e também o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, na Modalidade Compras Institucionais previstas no capítulo III da Lei 12.512/2011.

Nas contratações de serviços de limpeza de todos os câmpus do IFSC, são exigidos no Evento Convocatório os seguintes critérios de Sustentabilidade:

Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e às especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

1. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

2. Observar a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

3. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica, do consumo de água e a redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4. Atentar-se para o disposto ao “Plano de Gestão de Logística Sustentável” (PLSIFSC) ao Subprograma “Destino Certo” que delimita regras para a gestão de destino do lixo no âmbito de todos os câmpus do IFSC e Reitoria.

Em todos os contratos de projetos e obras o IFSC prioriza, desde a fase de concepção, ações voltadas à sustentabilidade, como: sistema de abastecimento de água com reutilização de água pluvial para limpeza externa e mictórios; utilização de sensores de presença em locais de pouco tráfego (corredores, bwcs, etc.) e em torneiras/mictórios; implantação de sistemas para aproveitamento de energia solar e geração de energia fotovoltaica; licitação de materiais e equipamentos com selos PROCEL de maior nível de eficiência energética: sistemas de iluminação em LED e sistemas de ar-condicionado de maior nível de eficiência energética; além do de obras o uso de materiais que priorizem a redução do consumo e o desperdício durante as fases de execução de obras.

Em nossas obras, desde 2009, as edificações do IFSC, com mais de 1.500m², foram concebidas baseadas em métodos que reduzam o desperdício, como canteiros em sistemas reutilizáveis baseados em containers, utilização de escoras e tapumes metálicos, preferência por sistemas pré-fabricados em concreto usinado e outros, previsão de vasos sanitários e mictórios dotados de temporizadores, além de outros.

Ainda com foco em ações de sustentabilidade, as unidades do IFSC são incentivadas a promoverem à manutenção preventiva dos sistemas prediais, a fim de serem evitadas manutenções desnecessárias. verificam-se, dentre outros, os sistemas de tratamento de esgoto, a higidez de sistemas estruturais de vedação, esquadrias e coberturas, o acompanhamento dos sistemas de energia e das demandas contratadas, do consumo de água visando identificar eventuais vazamentos e desperdícios, de forma geral, todos os sistemas vitais e de segurança do câmpus, visando a um funcionamento sustentável e o bem-estar social.

Especificamente relacionado à redução de resíduos poluentes, as principais medidas adotadas têm sido: o fornecimento de material de serviço reciclável, biodegradável ou reutilizável; a utilização de papel reciclado para materiais impressos; a redução da produção de resíduos sólidos a partir de políticas de conscientização e informatização de processos, a implementação dos “Planos de Gestão de Logística Sustentável” (PLSIFSC); dos subprogramas “Destino Certo”, que delimita regras para a gestão de destino do lixo no âmbito de todos os câmpus e da Reitoria, além dos já citados incentivos ao uso de métodos que reduzam o desperdício em obras e serviços de engenharia conduzidos no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina.

3.1 Indicadores de Gestão dos Institutos Federais nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Instituídas por meio da Portaria nº 1 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec), de 3 de janeiro de 2018, a *Plataforma Nilo Peçanha* (PNP) e a *Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas* (Revalide) passam a ser os meios oficiais de coleta e divulgação de estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. São ambientes virtuais que vêm suprir uma lacuna, vigente até então, de maior unidade e visibilidade das estatísticas da Rede.

O TCU dispensou, de forma excepcional por meio do Acórdão 317/2021, as Instituições Federais de Ensino de informarem, nos seus Relatórios de Gestão do exercício de 2020, os “Indicadores do TCU”.

Os dados dos indicadores poderão ser acessados na Plataforma Nilo Peçanha: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>

3.8 Relatórios, Pareceres e Declarações

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é uma atividade independente e objetiva, que presta serviços de avaliação (*assurance*) e de consultoria. Tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

A auditoria auxilia a organização a alcançar seus objetivos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de riscos, de controle e de governança corporativa.

A Unidade de Auditoria Interna (Audin) do IFSC foi criada em 2000, quando foi instituído o Sistema de Controle Interno das Instituições Públicas Federais. A Audin é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho Superior do IFSC e tem como atividade principal a avaliação periódica do desempenho das diversas áreas organizacionais dos Câmpus e da Reitoria, visando à maximização dos resultados.

A Audin também presta apoio a Controladoria Geral da União- CGU e o Tribunal de Contas da União- TCU no exercício de sua missão institucional.

Sua estrutura é composta pela Auditoria Geral e Auditorias Regionais.

As atividades da Audin realizadas durante o exercício 2020 podem ser visualizadas no *Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT 2020)*.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

No ano de 2020, a Assessoria de Correição e Transparência, implantada no IFSC em 2018, continuou atuando na:

- a) Realização de juízo de admissibilidade;
- b) Instauração, acompanhamento e supervisão de procedimentos correcionais;
- c) Análise de relatórios finais para subsídio técnico da autoridade julgadora, quando couber;
- d) Realização de interlocução com órgãos de controle e investigação;
- e) Gerenciamento de informações correcionais;
- f) Capacitação e orientação tecnicamente de membros de comissão; e
- g) Apoio a identificação de riscos e vulnerabilidades à integridade, nos termos da IN no 14/2018 do Ministério da Transparência e Controladoria-geral da União.

Quando as denúncias e Notícias de Fato chegam à Assessoria é realizado o juízo de admissibilidade, verificando se há indícios de autoria e materialidade e decidindo, no que couber, sobre o rito a ser adotado.

Desde 2018, permanece sendo realizado o cadastramento e acompanhamento dos processos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD). No relatório abaixo podem ser verificados os inúmeros Processos Administrativos Disciplinares, Sindicâncias, Termos Circunstanciados e Termos de Ajustes de Conduta instaurados em 2020.

CGU-PAD

Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União -

**Relatório de Processos Administrativos Disciplinares
Processos por Situação Atual**

Filtros Informados :

Assunto(s):

Órgão de Cadastro: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (e hierarquia)

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

Tipo de Processo: Sindicância Procedimento Administrativo para empregado público(artigo 3º, Lei 9.962/00)Sindicância Investigativa Rito Sumário(Lei 8.112/90) Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista. Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90) Sindicância Patrimonial Sindicância Acusatória Sindicância "Servidor Temporário" (artigo 10 Lei 8.745/93) Apuração Direta - P/ Empresa Pública e Sociedade Economia Mista

Somente processos não setoriais

Quadro-Geral
Total de procedimentos em fase de "Termo de Ajustamento de Conduta" no período
Total de procedimentos em fase de "Instauração/Instrução" no período
Total de procedimentos em fase de "Encaminhado para Julgamento" no período
Total de procedimentos em fase de "Processo Julgado" no período
Total de procedimentos em fase de "Reconsideração/Recurso Hierárquico" no período
Total de Procedimentos

Quadro Detalhado					
Num Processo	Tipo Processo	Data Instauração	Local do Fato	Fase Atual	Data Fase Atual

23292003939202090	PAD 8112/90	6/2/2020	IFSC	Termo de Ajustamento de Conduta	20/2/2020
23292004008202070	PAD 8112/90	20/8/020	IFSC	Instauração/Instrução	20/8/2020
23292004295202081	PAD 8112/90	8/2/2020	IFSC	Encaminhado para Julgamento	19/11/2020
23292005921201926	PAD 8112/90	8/3/2019	IFSC	Processo Julgado	10/3/2020
23292008564201957	PAD 8112/90	19/3/2019	IFSC	Processo Julgado	2/3/2020
23292009366202031	PAD 8112/90	10/3/2020	IFSC	Termo de Ajustamento de Conduta	5/6/2020
23292021187202091	Sindicância Investigativa	11/9/2020	IFSC	Instauração/Instrução	11/9/2020
23292021367202081	PAD 8112/90	31/7/2020	IFSC	Termo de Ajustamento de Conduta	10/8/2020
23292021651202076	PAD 8112/90	26/8/2020	IFSC	Instauração/Instrução	26/8/2020

23292023048202090	PAD 8112/90	17/12/2020	IFSC	Instauração/Instrução	17/12/2020
23292023170201997	PAD 8112/90	18/6/2019	IFSC	Instauração/Instrução	30/11/2020
23292023170201997	PAD 8112/90	30/11/2020	IFSC	Instauração/Instrução	30/11/2020
23292025411202018	PAD 8112/90	11/9/2020	IFSC	Termo de Ajustamento de Conduta	11/9/2020
23292027383202027	PAD 8112/90	14/10/2020	IFSC	Termo de Ajustamento de Conduta	14/10/2020
23292027587202048	PAD 8112/90	15/10/2020	IFSC	Instauração/Instrução	15/10/2020

23292029627202064	Sindicância Investigativa	23/12/2020	IFSC	Instauração/Instrução	23/12/2020
23292031111202057	Rito Sumário(Lei 8.112/90)	19/10/2020	IFSC	Instauração/Instrução	19/10/2020
23292039074201911	PAD 8112/90	5/2/2020	IFSC	Instauração/Instrução	5/2/2020
23292040491201967	PAD 8112/90	7/10/2019	IFSC	Termo de Ajustamento de Conduta	2/3/2020
23292055366201922	PAD 8112/90	5/2/2020	IFSC	Instauração/Instrução	5/2/2020
23292057124201889	PAD 8112/90	8/2/2019	IFSC	Reconsideração/Recurso Hierárquico	9/1/2020

3.9 Informações Suplementares

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No ano de 2020 foram emitidos 76 acórdãos pelo TCU onde o IFSC foi a unidade interessada. Foram 16 acórdãos relacionados à aposentadoria, 53 relacionados a atos de admissão, 05 acórdãos para assuntos de pensão civil e 2 acórdãos relativos a acompanhamento de contas. No decorrer do ano de 2020 não houve determinação ou recomendação do Tribunal de Contas da União para a Instituição.

O acompanhamento das deliberações do tribunal é realizado pela assessoria técnica que fica lotada no gabinete da reitoria. Ao tomar conhecimento das deliberações do TCU, a Assessoria Técnica em conjunto com a área objeto do acórdão, buscam o cumprimento imediato da determinação. A partir de 2020, o acompanhamento é realizado por meio do sistema Conecta-TCU, que aglutinou todas as informações referentes à Instituição em um único canal. A Audin do IFSC acompanha junto com a gestão as ações e efetua um trabalho de monitoramento das determinações do TCU.

Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna - AUDIN do IFSC está organizada de forma desconcentrada por regionalização e com atuação na Reitoria e nos

Câmpus do IFSC, sendo composta por: Auditor Chefe, Assessor de Auditoria, Coordenador de Auditoria, Auditores Regionais e Apoio Administrativo, conforme consta no Regimento Interno da AUDIN, aprovado em 11/03/2020 (Resolução CONSUP n.º 08/2020, atualizada em julho/2020), disponível no sitio eletrônico: <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-da-auditoria-interna>. Atualmente, o quadro de servidores da AUDIN é composto por 7 auditores, sendo: 3 servidores lotados na Reitoria e 4 auditores lotados em cada uma das Auditorias Regionais (Norte, Oeste, Serrana e Sul).

As auditorias regionais estão subordinadas diretamente à Auditoria Geral, as autorizações, avaliações e assinatura dos controles de frequência são realizadas pelo Auditor Chefe. O pagamento de inscrições em cursos, bem como diárias e passagens são autorizados pelo Auditor Chefe e Reitora, com recursos da Reitoria.

No decorrer de 2020, a AUDIN avaliou os controles internos de maneira ampliada em quatro macroprocessos. Na área de Gestão de Administração de Pessoal foram analisados os controles internos referentes à Acumulação de Cargos Públicos. Na área de Gestão de Atividades Correicionais foram avaliados os controles e a estrutura dos Processos Disciplinares no IFSC. Na área de Gestão de Governança foi realizada ação cujo objetivo principal foi analisar o grau de maturidade e implementação da Gestão de Riscos na Instituição. E na Gestão Finalística, foi realizado trabalho com o objetivo de avaliar os controles relativos à Permanência e Êxito nos Câmpus da Regional Planalto. Os resultados desses trabalhos estão dispostos no link <http://www.ifsc.edu.br/relatorios-da-auditoria-interna> em atendimento à lei de acesso à informação.

Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994.

O relacionamento do IFSC com as Fundações de Apoio é disciplinado pela *Lei n.º 8.958/1994*, regulamentada pelo *Decreto n.º 7.423/2010*, e também pela norma interna aprovada pelo órgão colegiado superior do IFSC, a *Resolução CONSUP/IFSC n.º 23/2012*.

As informações sobre o relacionamento do IFSC com suas Fundações de Apoio estão disponíveis no site: <<https://www.ifsc.edu.br/relacao-com-fundacao-de-apoio>>

**:: INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E CONTÁBEIS**

4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Normas Legais e técnicas adotadas nas atividades contábeis

- Manual de Contabilidade aplicada ao setor público (MCASP);
- Instrução Normativa Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil 1234/2012;
- Ato Declaratório Interpretativo Receita Federal do Brasil 8/2013;
- Instrução Normativa Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil 971/2009;
- Lei Complementar 116/2003 e as legislações municipais relativamente aos municípios em que os serviços são prestados.

Normas Legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias

- Lei 8.666/2003;
- Consulta ao SICAF;
- Consulta de certidões negativas federais e/ou municipais.

Técnicas e mecanismos utilizados na parte contábil

Criação de mapeamentos e instruções normativas, disponibilizados na intranet do órgão, relativamente a procedimentos patrimoniais de doação,

transferência e outras modalidades de alienação de bens móveis; bem como de levantamento e inventário patrimonial, regularização de bens patrimoniais.

Técnicas e mecanismos utilizados na parte orçamentária (emissão de empenhos)

- A emissão de empenhos é sempre baseada nas orientações contidas no edital;
- Observação do edital/inexigibilidade da licitação para averiguar os níveis de habilitação com certidões (nível federal, municipal);
- Classificação da natureza de despesa consultando no SIPAC, com análise da conta contábil relativa;
- Necessidade de análise de balanços da empresa licitada, conforme edital;
- Verificação dos critérios de manutenção das condições de habilitação contidas no edital.

Informações acerca do setor de contabilidade da UPC

Estrutura, composição, competências, responsabilidades, nomes, cargos e período de atuação dos responsáveis pela contabilidade

A contabilidade tem uma estrutura descentralizada, com contadores atuando diretamente nos câmpus, conforme detalhamento abaixo:

UNIDADE DE LOTAÇÃO	NOME COMPLETO	CRC	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Câmpus Araranguá - Coordenadoria de Materiais e Finanças	Cristiane Marques Germann	CRC/SC 027343/O-0	Contador	Desde 15/09/2008
Câmpus Caçador - Coordenadoria de Materiais e Finanças	Renan Batista dos Santos Ribeiro	CRC/SC 031861/O-2	Contador	Desde 16/02/2016
3333Câmpus Canoinhas - Coordenadoria de Materiais e Finanças	Sullien Miranda Ribeiro Bravin	CRC/PR 065122/O-3	Contador	Desde 15/07/2013
Câmpus Chapecó - Coordenadoria de Infraestrutura e Manutenção	Adriano Correia Rodrigues	CRC/RS 096789/O-4	Contador	Desde 05/01/2017
Câmpus Criciúma - Coordenadoria de Compras, Materiais e Finanças	Danilo Tadachi Nishida	CRC/SC 036975/O-6	Contador	Desde 03/06/2014
Câmpus Florianópolis - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Finanças	Dayane Alves	CRC/SC 032427/O-3	Contador	Desde 09/05/2011
Câmpus Florianópolis - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Finanças	Juliana Pereira Michels	CRC/SC 033838/O-3	Contador	Desde 18/04/2012
Câmpus Florianópolis - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Finanças	Martim Lino Muller		Contador	Desde 01/03/2005
Câmpus Florianópolis - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Finanças	Roberto Travessini	CRC/SC 034803/O-2	Contador	Desde 27/05/2013
Câmpus Florianópolis Continente - Coordenadoria de Orçamento e Finanças	Valéria Matilde dos Santos	CRC/SC 031999/O-5	Contador	Desde 04/06/2013
Câmpus Garopaba - Coordenadoria de Materiais e Finanças	Rodrigo Balbinot Reis	CRC/SC 0255141/O-8	Contador	Desde 11/08/2015
Câmpus Gaspar - Coordenadoria de Planejamento, Materiais e Finanças	Ricardo Menezes Batista	CRC/RS 44651/O-4 T SC	Contador	Desde 17/08/2019
Câmpus Itajaí - Coordenadoria de Materiais e Finanças	Roberto Gonçalves Strelow	CRC/SC 032814/O-7	Contador	Desde 23/05/2014

UNIDADE DE LOTAÇÃO	NOME COMPLETO	CRC	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Câmpus Jaraguá do Sul - Departamento de Administração	Joarcir Melo da Silva	CRC/MS 01182/O-7T-SC	Contador	Desde 11/08/2015
Câmpus Jaraguá do Sul RAU - Coordenadoria de Orçamento e Finanças	Edna Moreno	CRC/SC 19998/O-7	Contador	Desde 15/04/2016
Câmpus Joinville - Departamento de Administração	Alessandra Ferreira Neves	CRC/SC 22486/O-0	Contador	Desde 09/05/2011
Câmpus Lages - Coordenadoria de Materiais e Finanças	Grazielle dos Santos Dalazen	CRC/SC 036865/O-4	Contador	Desde 10/06/2014
Câmpus Lages - Departamento de Administração	Raquel Crestani Agostineto	CRC/SC 035976/O-9	Contador	Desde 27/05/2013
Câmpus Palhoça Bilingue - Departamento de Administração	Bianca dos Santos Costa	CRC/SC 035941/O-3	Contador	Desde 02/01/2014
Câmpus São Carlos - Departamento de Administração	Odirlei Diel	CRC/SC 030774/O-0	Contador	Desde 08/06/2018
Câmpus São José - Departamento de Administração	Edson Maurino da Silva	CRC/SC 025669/O-4	Contador	Desde 01/11/2012
Câmpus São Miguel do Oeste - Coordenadoria de Materiais e Finanças	Geovane Teixeira Manoel	CRC/SC 035579/O-9	Contador	Desde 09/03/2017
Câmpus Tubarão - Coordenadoria de Compras, Materiais e Finanças	Bruno Pereira Faraco		Contador	
Câmpus Xanxerê - Departamento de Administração	Nicolle Bartosiak	CRC/SC 034136/O-5	Contador	Desde 26/02/2016
Reitoria - Departamento de Orçamento e Finanças	Daniel Elias Becker	CRC/SC 33989/O-8	Contador	Desde 02/01/2014
Reitoria - Departamento de Orçamento e Finanças	Eliane Sueli Cordeiro	CRC/SC 019785/O-8	Contador	Desde 28/10/2010
Reitoria - Departamento de Orçamento e Finanças	Felipe Amaral de Souza	CRC/SC 27757/O-8	Contador	Desde 02/02/2007
Reitoria - Diretoria de Administração	Laís Karine Sardá Martins	CRC/SC 36426/O-4	Contador	Desde 08/07/2014
Reitoria - Departamento de Orçamento e Finanças	Paula de Souza Michelin	CRC/SC 37543/O-5	Contador	Desde 16/07/2014
Reitoria - Departamento de Orçamento e Finanças	Sueli Farias Kieling	CRC/SC 032481/O-8	Contador	Desde 01/03/2010

Nos câmpus, estes servidores têm como atribuições:

- Análise de planilhas de formação de preços, seja no momento dos pregões, seja nas repactuações, e análises de aditivos/supressões/reajustes;
- Emissão de empenhos;
- Liquidação de notas fiscais relativas à aquisição de almoxarifado, patrimônio, consumo imediato, bolsas de discentes, auxílio a pesquisadores;
- Emissão de pareceres contábeis

Na Reitoria, além dessas atividades já descritas, realiza-se também:

- Contabilização e pagamento da folha;
- Controle e emissão de todos os documentos necessários para suprimento de fundos (emissão de cartão, controle e liberação de saldos, prestação de contas dos supridos);
- Conciliação e regularização de contas de almoxarifado e patrimônio com relatórios gerenciais versus SIAFI;
- Preenchimento e envio de declarações federais e municipais;
- Conciliação e regularizações de contas contábeis, como a de recolhimento de ISS, recolhimentos por meio de GRU, fornecedores, além de outros.

Notas Explicativas

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFSC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10)2; as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI3, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da

entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

2.1 Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

2.2 Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

2.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina: Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

2.4 Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de

empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

2.5 Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte “resíduos passivos”; e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

2.6 Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no IFSC, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras - a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa - incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo - compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados principalmente com: (i) Créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados por todos os órgãos vinculados ao MEC.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à

negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques - compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo - compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Ajuste para perdas da dívida ativa - os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (I) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (II) parcelados; (III) garantidos; e (IV) suspensos, por decisão judicial. De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'II' a 'IV' possuem 100%

de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimentos passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN.

h) Imobilizado - o imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. No IFSC, o cálculo e registro não foram iniciados. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Intangíveis - os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - a vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Passivos Circulantes e Não Circulantes - as obrigações do IFSC são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartição a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

2.9 Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

(a) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

(b) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não

deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

(c) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o MEC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que

seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o MEC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

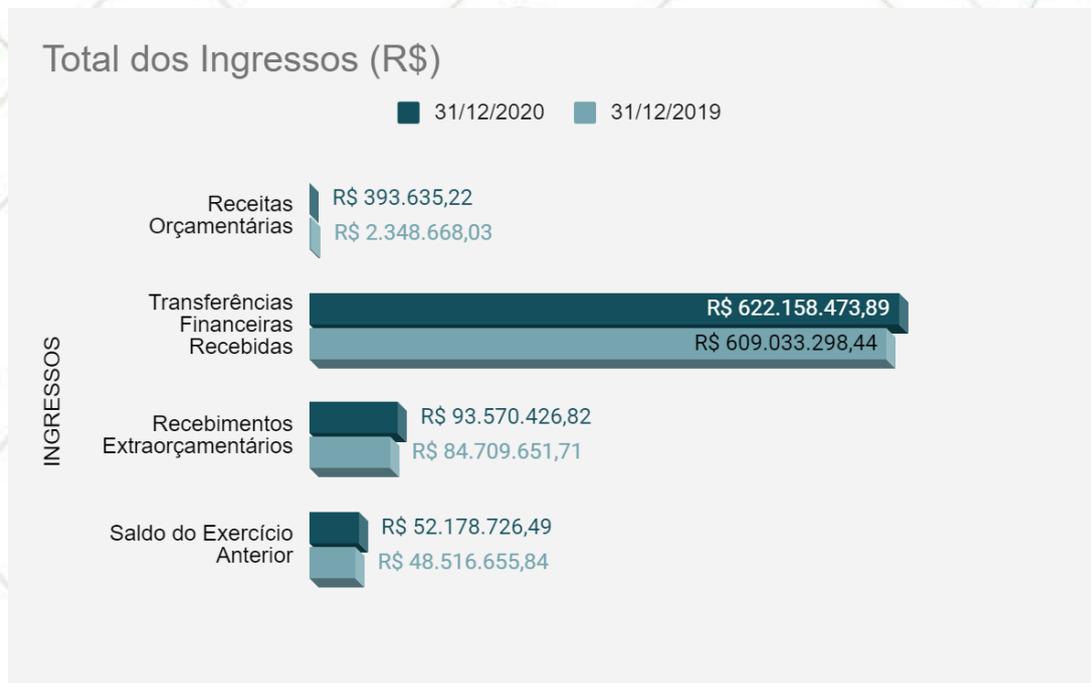
A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios

extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As tabelas seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos no ano de 2019 e 2020. Verifica-se que as despesas orçamentárias tiveram um crescimento de (2,95%) enquanto as receitas orçamentárias aumentaram (83,24%).



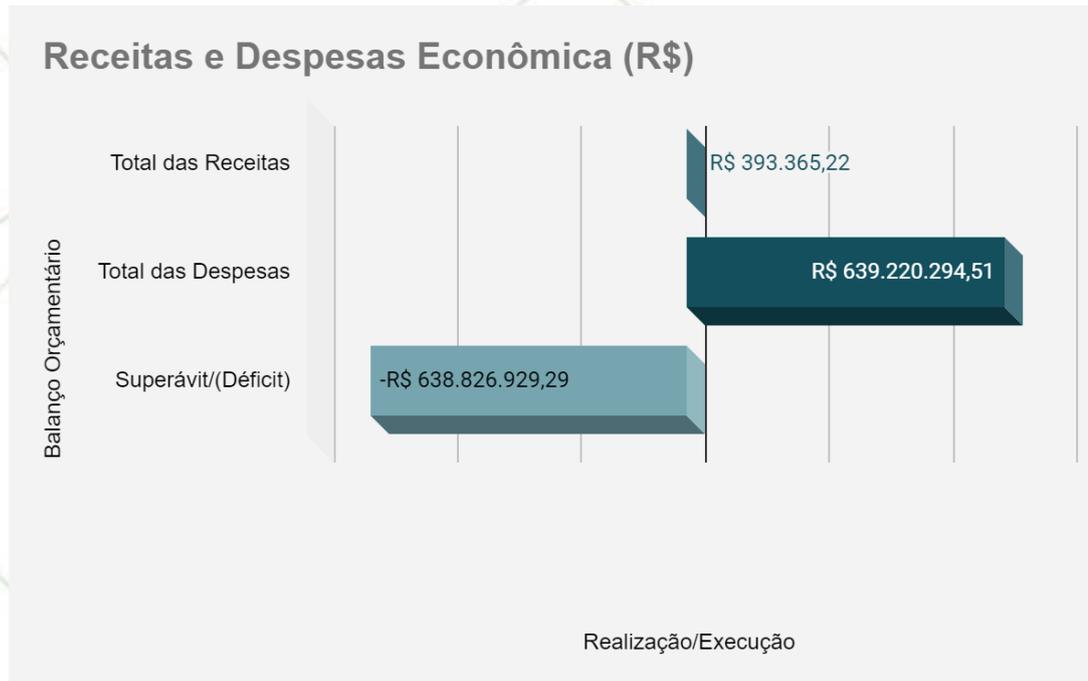
Os recebimentos extra orçamentários tiveram um acréscimo de 10,46%, enquanto que os pagamentos extra orçamentários tiveram um incremento de 9,55%.

A maior parte das receitas orçamentárias advém das transferências financeiras resultantes de repasses recebidos e para pagamentos de Restos a Pagar. As receitas extra orçamentárias concentraram-se especialmente em inscrição de restos a pagar não processados, bem como restos a pagar processados.

Em relação às despesas, o maior montante das orçamentárias está relacionada à Previdência Social (RPPS), enquanto a extra orçamentária relaciona-se com o pagamento de Restos a Pagar, principalmente os não processados.

Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO

Em 2020, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 393.365,22 enquanto que as despesas empenhadas totalizaram R\$ 639.220.294,51 gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 638.826.929,29 conforme detalhamento apresentado na tabela a seguir.



Essa disparidade justifica-se, pois, a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contém os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”.

Para as despesas, o maior montante concentra-se em despesas de pessoal, representando quase 83% do total das despesas. As despesas de capital representam apenas 3,53% do total.

Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP

Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2020, o IFSC apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.147.491,20 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo integralmente obrigações a curto prazo, representado diminuição de 12,26% se comparado ao saldo de 31/12/2019. A seguir, apresenta-se a tabela com o detalhamento dos valores em curto prazo e fornecedores nacionais.

Fornecedores e Contas a pagar - Composição (R\$)



Não há contas a pagar de longo prazo e tampouco obrigações com fornecedores estrangeiros. Na continuação, apresenta-se a tabela com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2020.

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (R\$)

INTEGRASUL SISTEMAS DE SOFTWARE LTDA - ME	R\$ 162.103,43
GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE	R\$ 138.950,62
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA	R\$ 124.890,00
VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI	R\$ 57.464,47
CELESC DISTRIBUICAO S.A	R\$ 113.927,90
INVIOSAT SEGURANCA LTDA	R\$ 88.683,42
HURGE EMPREITEIRA EIRELI	R\$ 44.345,05
CANADENSE - ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	R\$ 30.451,53

Imobilizado

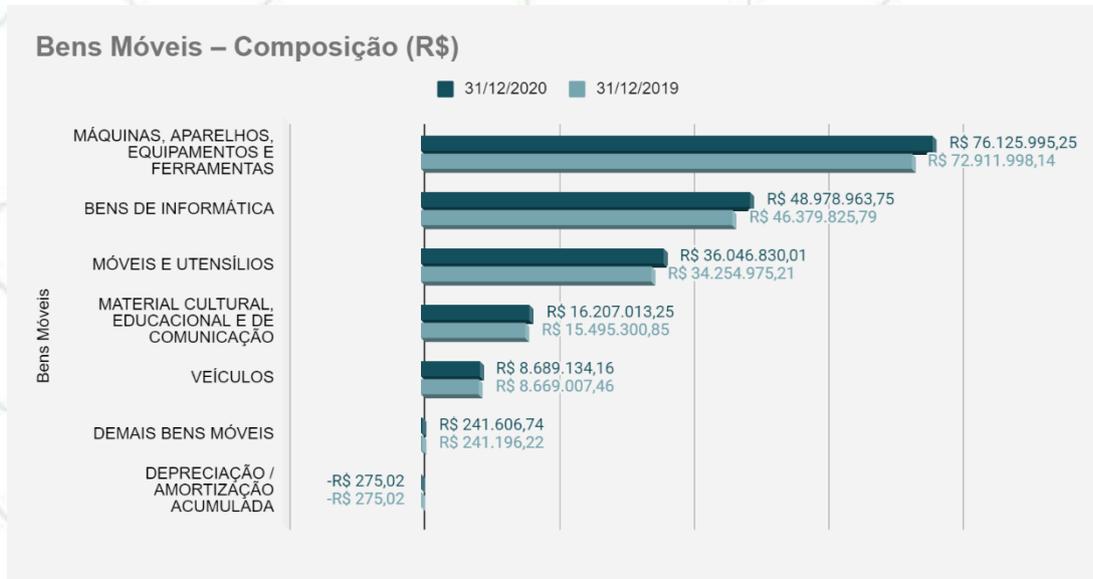
O imobilizado é responsável por aproximadamente 91% do total do ativo da instituição, traduzindo a estrutura física desse órgão de ensino.

Imobilizado – Composição (R\$)

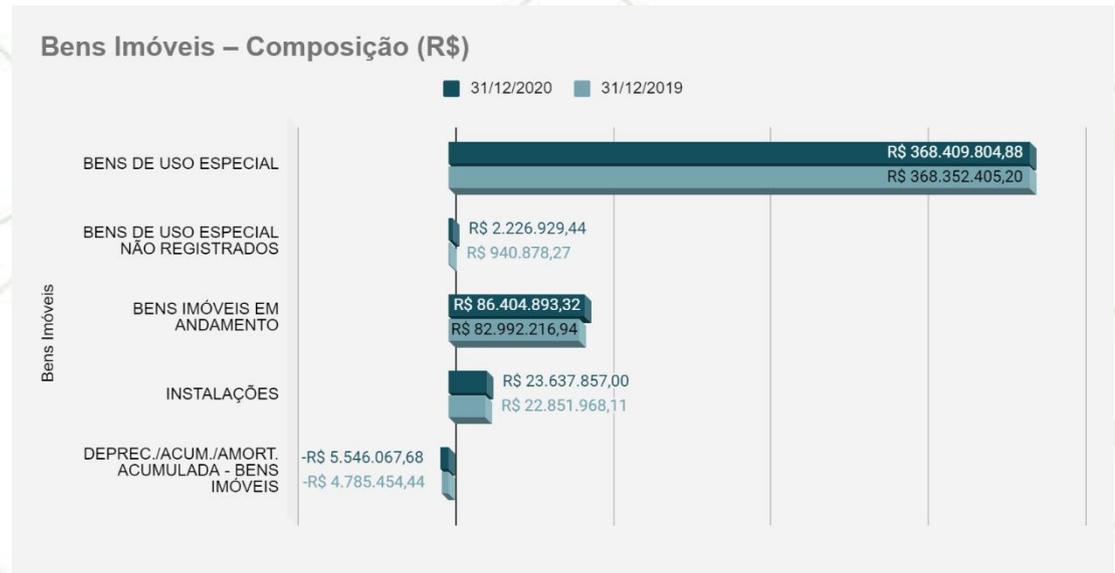
IMOBILIZADO	31/12/2020	31/12/2019
Bens Móveis	186.289.268,14	177.952.028,65
Bens Móveis	186.289.543,16	177.952.303,67
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-275,02	-275,02
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	475.133.416,96	470.352.014,08
Bens Imóveis	480.679.484,64	475.137.468,52
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.546.067,68	-4.785.454,44
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-

Fonte: SIAFI 2019 e 2020.

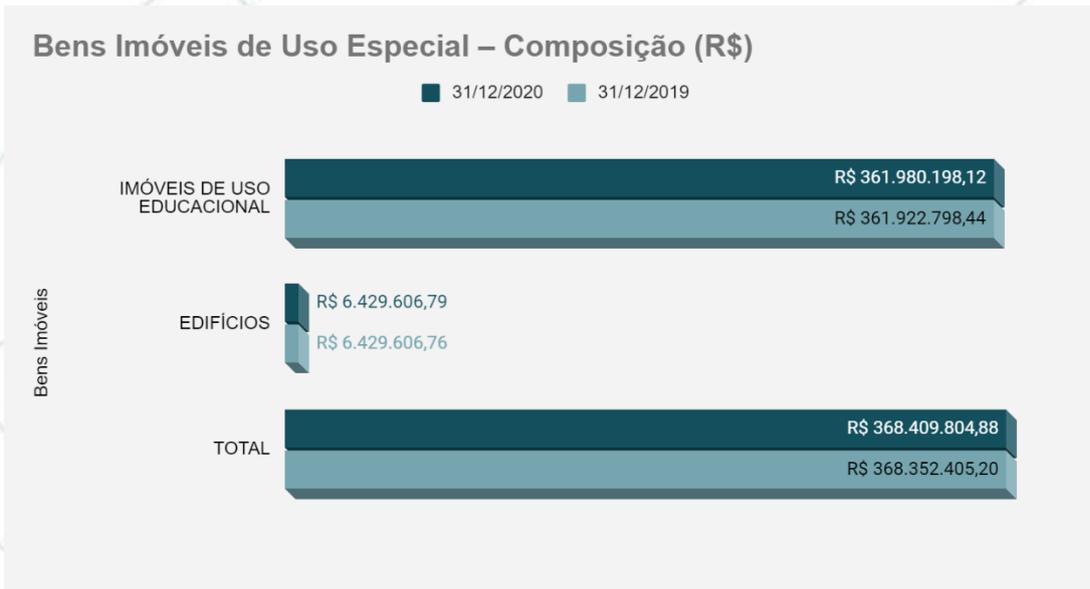
Os Bens Móveis do IFSC em 31/12/2020 totalizam R\$ 186,3 milhões e estão distribuídos conforme detalhado na tabela a seguir.



Os Bens Imóveis do IFSC em 31/12/2020 totalizavam R\$ 475,1 milhões e estão distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir.



Os Bens de uso Especial totalizam R\$ 368,4 milhões e estão detalhados na tabela abaixo.



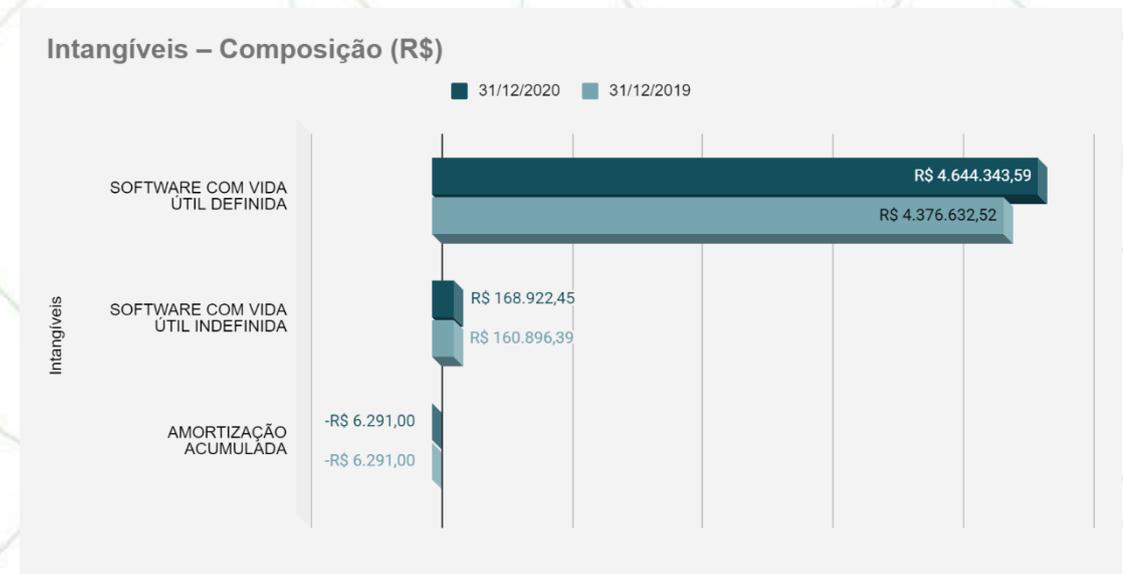
Os Imóveis de Uso Educacional correspondem a 98,25% do total dos Bens Imóveis de Uso Especial do IFSC.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas

do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

Em 31/12/2020 o IFSC apresentou um saldo de R\$ 4,8 milhões relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2020.



No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Definida, que representa praticamente a totalidade do grupo.

Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

As atividades Operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida de caixa superavitária. A receita que teve maior participação nesse resultado foram as Transferências Financeiras Recebidas, com aproximadamente R\$ 622 milhões.

Na parte de desembolsos, a maior parte está vinculada à folha de pagamento de pessoal, com valor levemente menor em relação ao exercício anterior.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos. Não houve receita neste grupo e a despesa mais representativa foi a Aquisição de Ativo não Circulante, com R\$ 14,2 milhões.

Os desembolsos nas atividades de investimento são compostos por aquisições de ativo não circulante, resultado da aquisição de bens imóveis para o bom funcionamento das atividades, com aumento de aproximadamente 82,4% se comparado ao exercício anterior.

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o

refinanciamento da dívida. Nos anos de 2019 e 2020, não houve desembolsos no âmbito do IFSC.

Declaração do contador – macrofunção 02.03.18

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – 26438/158516.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI-Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

RESTRIÇÃO: 538 - SALDOS DE IMÓVEIS ESPECIAL NÃO CONFERE C/SPIUNET

A existência de bens imóveis de uso especial registrados no SIAFI com valores diferentes dos constantes no sistema de patrimônio imobiliário da união (SPIUnet) ou com c/c diferente de número RIP, devido a lançamentos ocorridos diretamente no SIAFI.

RESTRIÇÃO 640 - SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM RMB

A incompatibilização entre o saldo contábil de bens móveis com o relatório de movimentação de bens móveis, indica a existência de erros na apropriação de tais movimentos, impedindo a adequada gestão patrimonial.

Há bens em trâmites de incorporação e, portanto, não estão registrados nos sistemas patrimonial e SIAFI. Além disso, existem bens não encontrados fisicamente durante o inventário patrimonial e encontram-se em processo de regularização. Não há registro de depreciação e avaliação de bens móveis na instituição.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 27 de janeiro de 2021.

Felipe Amaral de Souza

CRC nº 27757/0-8

:: ANEXOS, APÊNDICES E *LINKS*

ANEXOS, APÊNDICE E LINKS

Apêndice 1 - Lista de Riscos

1 - ARQUITETURA DE PROCESSOS				RISCO	NÍVEL DO RISCO RESIDUAL	
Cód.	MACROPROCESSOS	Cód.	PROCESSOS DE NEGÓCIO			
1. GERENCIAIS	1.1	Gestão Institucional	1.1.2001	Gerenciar os órgãos colegiados, comitês, comissões e grupos de trabalho	Ausência de representação dos devidos segmentos nos colegiados, comitês, comissões e grupos de trabalho.	Risco Médio
			1.1.2002	Gerenciar os processos de escolha de gestores	Processos de escolha podem ser realizados de forma distinta entre os câmpus, exceto para Reitor e Diretor-Geral.	Risco Baixo
			1.1.2003	Modelar a arquitetura organizacional	Morosidade nos trâmites de concepção, discussão e criação, alteração ou exclusão de unidades organizacionais.	Risco Médio
			1.1.2004	Gerenciar o conjunto normativo institucional	Falta de acompanhamento ou de análise do conjunto normativo federal.	Risco Alto
	1.2	Gestão Estratégica	1.2.2001	Gerenciar o planejamento institucional	Modelagem pouco assertiva do planejamento estratégico.	Risco Médio
			1.2.2002	Gerenciar os projetos estratégicos	Elaboração de projetos com baixo impacto estratégico.	Risco Alto
			1.2.2003	Gerenciar os processos	Baixo número de processos gerenciados, falta de padronização das atividades e de seus responsáveis.	Risco Alto
			1.2.2004	Gerenciar o desempenho organizacional	Desempenho organizacional acompanhado de forma parcial.	Risco Médio
			1.2.2005	Gerenciar os riscos	Riscos não gerenciados sistematicamente.	Risco Médio
			1.2.2006	Gerenciar a elaboração do relatório de gestão	Pouco destaque as informações relevantes do Relatório de Gestão.	Risco Baixo
	1.3	Gestão da informação e de acervos	1.3.2001	Gerenciar os documentos arquivísticos	Dificuldade de acesso ou perda de informações e documentos institucionais (digital e analógico).	Risco Alto
			1.3.2002	Gerenciar o acervo bibliográfico	Fornecedor não dispor dos materiais bibliográficos indicados nas unidades curriculares dos projetos de cursos.	Risco Baixo
			1.3.2003	Gerenciar o acervo museológico	Ausência de cumprimento legal e implantação, controle e classificação de possíveis bens musealizados	Risco Alto

2. FINALÍSTICOS	1.4	Gestão da comunicação institucional	1.3.2004	Gerenciar a segurança da informação e comunicação	Atraso na elaboração de planos e definição de acessos (controles de acesso).	Risco Médio
			1.3.2005	Gerenciar o acesso as informações	Falta de resposta ao cidadão/manifestante no prazo legal e falta de repasse à gestão.	Risco Baixo
			1.4.2001	Gerenciar a imagem institucional	Publicações equivocadas nos canais institucionais.	Risco Médio
			1.4.2002	Gerenciar as relações institucionais	Inviabilização da formalização de parcerias e convênios institucionais.	Risco Alto
			1.4.2003	Desenvolver comunicação institucional	Mau uso dos canais de comunicação institucional, desatualização e informações equivocadas.	Risco Baixo
			1.4.2004	Desenvolver atividades de cerimonial institucional	Falta de uniformidade nas atividades de cerimonial institucional.	Risco Médio
	1.5	Gestão de controles institucionais	1.5.2001	Gerenciar auditorias internas	Inconformidades legais e jurídicas não detectadas.	Risco Médio
			1.5.2002	Gerenciar as atividades correicionais e éticas	Conduas ilegais e antiéticas não serem apuradas e tratadas.	Risco Médio
					Não manutenção do sigilo no processo correicional, vazamento de informações e pressão sobre a comissão interna.	Risco Baixo
			1.5.2003	Gerenciar as atividades de ouvidoria	Não responder ao cidadão/manifestante no prazo legal, das manifestações recebidas pela ouvidoria.	Risco Baixo
			1.5.2004	Gerenciar a avaliação de controles internos	Deixar de identificar fragilidades no controle interno.	Risco Médio
	2.1	Da identificação da demanda ao planejamento de ensino, pesquisa e extensão	2.1.2001	Acompanhar egressos	Falta de indicadores do número de egressos no mundo do trabalho após a formatura.	Risco Alto
			2.1.2002	Avaliar atividades de ensino, pesquisa e extensão	Falta de apoio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em projetos coesos, avaliados pelas três diretorias.	Risco Alto
			2.1.2003	Analisar arranjos produtivos, sociais e culturais locais	Informações insuficientes ou até mesmo incorretas sobre os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.	Risco Alto
2.1.2004			Analisar demandas sociais	Informações insuficientes ou até mesmo incorretas sobre as demandas sociais.	Risco Alto	
2.1.2005			Estabelecer metas para ensino, pesquisa e extensão	Baixa articulação entre ensino, pesquisa e extensão, comprometendo a indissociabilidade em projetos.	Risco Alto	
2.1.2006			Definir a oferta de cursos e vagas (POCV)	Execução diferente da proposta definida no PDI, contratação docente sem avaliação técnica e distanciamento dos itinerários formativos dos câmpus e das demandas sociais.	Risco Médio	
2.2			Do desenvolvimento à aprovação do curso	2.2.2001	Desenvolver projetos de curso	Criação de projetos divergentes das demandas sociais, arranjos produtivos locais e da missão institucional.

		2.2.2002	Aprovar projetos de curso	<i>Aprovação de um projeto em desacordo com a legislação e missão institucional.</i>	Risco Médio	
		2.2.2003	Autorizar a oferta de curso	<i>Impossibilidade de registrar cursos nos sistemas de regulamentação e publicação da oferta.</i>	Risco Baixo	
		2.2.2004	Viabilizar o reconhecimento dos cursos	<i>Avaliação insatisfatória dos órgãos reguladores.</i>	Risco Baixo	
	2.3	Da prospecção do aluno ao acesso	2.3.2001	Identificar públicos estratégicos dos cursos	<i>Dificuldade de identificação do público estratégico dos cursos em oferta.</i>	Risco Baixo
			2.3.2002	Comunicar a oferta dos cursos	<i>Não conseguir se conectar com o público estratégico desejado para a devida oferta de curso.</i>	Risco Médio
			2.3.2003	Realizar processo seletivo	<i>Atrasos e erros nos processamentos e publicações de resultados de processos seletivos.</i>	Risco Alto
	2.4	Da matrícula à conclusão	2.4.2001	Realizar matrículas dos alunos	<i>Realizar a matrícula em desconformidade com o edital e legislações pertinentes.</i>	Risco Médio
			2.4.2002	Acolher alunos ingressantes	<i>Alunos não se sentirem acolhidos e pertencentes a instituição.</i>	Risco Médio
			2.4.2003	Acompanhar o percurso acadêmico dos alunos	<i>Durante o percurso formativo, o aluno poderá perder o interesse ou ter dificuldade de acompanhar o curso.</i>	Risco Alto
			2.4.2004	Projetar e entregar serviços de suporte ao aluno	<i>Burocratização EXCESSIVA dos serviços de suporte ao aluno e dificuldade de atendimento das necessidades reais da comunidade acadêmica.</i>	Risco Médio
			2.4.2005	Realizar formação conforme PPC dos cursos	<i>Formação diferente da prevista no projeto do curso, descumprindo quesitos legais propostos ou em desacordo com a organização curricular.</i>	Risco Baixo
			2.4.2006	Projetar e entregar serviços de administração escolar	<i>Burocratização dos serviços de administração escolar e dificuldade de atendimento das necessidades da comunidade acadêmica.</i>	Risco Médio
			2.4.2007	Projetar e entregar atividades e projetos de ensino extracurriculares	<i>Redução ou extinção da oferta em formato de atividades complementares ou extracurriculares.</i>	Risco Médio
			2.4.2008	Certificar alunos	<i>Não emitir diplomas digitais de graduação conforme legislação do MEC.</i>	Risco Alto
	2.5	Da prospecção de fomento à aprovação de PD&I	2.5.2001	Viabilizar projetos de pesquisa e inovação;	<i>Falta de recursos para realização de projetos de PD&I.</i>	Risco Alto
2.6	Da realização da pesquisa à produção de conhecimento e transferência de tecnologia	2.6.2001	Executar projetos de pesquisa	<i>Redução do número de projetos de pesquisa aplicada.</i>	Risco Alto	
				<i>Favorecimento de parentes.</i>	Risco Baixo	
				<i>Direcionamento de contratação.</i>	Risco Médio	

			2.6.2002	Gerenciar a propriedade intelectual	Perda de ativos intangíveis.	Risco Baixo
			2.6.2003	Transferir conhecimento e tecnologia	Firmar parcerias e contratos de transferência de tecnologia em desacordo com a legislação.	Risco Baixo
			2.6.2004	Difundir conhecimento	Difundir conhecimento sem a devida proteção intelectual; contendo informações sigilosas; ou que infringem direitos de terceiros (plágio).	Risco Médio
	2.7	Da prospecção à aprovação de atividades de extensão	2.7.2001	Articular relações externas	Na articulação das relações externas, não conseguir manter ou ampliar a rede de parceiros para execução de projetos, cursos e eventos.	Risco Baixo
			2.7.2002	Viabilizar intervenções extensionistas	Redução ou cancelamento de editais de extensão.	Risco Médio
	2.8	Da intervenção extensionista à geração de produtos	2.8.2001	Executar intervenções extensionistas	Proponente cancelar a intervenção extensionista.	Risco Baixo
			2.8.2002	Avaliar impactos das intervenções extensionistas	Atraso ou falta de validação dos relatórios finais que avaliam o impacto das intervenções extensionistas.	Risco Médio
			2.8.2003	Gerenciar produtos das intervenções extensionistas	Atraso ou falta de avaliação e registro do produto das intervenções extensionistas.	Risco Médio
					Favorecimento de parentes.	Risco Baixo
	3. SUPORTE	3.1	Gestão de Pessoas	3.1.2001	Planejar a gestão de pessoas	Possibilidade de erros na identificação dos quantitativos e no perfil das pessoas para o quadro de pessoal.
Maior possibilidade de erros na operacionalização do processo, divulgação de resultados e admissão.						Risco Alto
3.1.2002				Selecionar pessoas	Falhas no concurso e processo seletivo	Risco Médio
					Maior possibilidade de erros na operacionalização e concessão de aposentadoria.	Risco Médio
3.1.2003				Gerenciar a rotina funcional	Concessão sem o atendimento aos requisitos legais ou readequação da lotação dos servidores para "forçar" o atendimento dos requisitos.	Risco Médio
					Possibilidade de falhas na divulgação do resultado dos processos de remoção.	Risco Médio
3.1.2004				Gerenciar a movimentação funcional	Possibilidade de falhas e atrasos na concessão de bens e direitos.	Risco Médio
					Falhas na apuração.	Risco Baixo
3.1.2005				Gerenciar os direitos e benefícios	Apuração sem o devido critério.	Risco Médio

3.1	Gestão de Pessoas	3.1.2006	Gerenciar a folha de pagamento	Possibilidade de falhas e atrasos nos procedimentos da folha de pagamento.	Risco Médio	
		3.1.2007	Gerenciar a saúde e segurança ocupacional	Impossibilidade do adequado desenvolvimento das atividades.	Risco Alto	
		3.1.2008	Desenvolver pessoas	Impossibilidade de realizar ações de desenvolvimento necessárias para a diminuição de lacunas de competências.	Risco Extremo	
		3.1.2009	Gerenciar os fatores psicossociais relacionados ao trabalho	Impossibilidade de realização do diagnósticos e possíveis ações desarticuladas com a realidade.	Risco Médio	
		3.1.10	Gerenciar as informações de pessoal	Possibilidade de falhas e demora na obtenção dos dados.	Risco Alto	
	3.2	Gestão Orçamentária e Financeira	3.2.2001	Gerenciar o orçamento	Contingenciamento orçamentário.	Risco Médio
			3.2.2002	Gerenciar os recursos financeiros	Atraso na realização das liquidações das notas fiscais	Risco Médio
					Pagamento de despesas não comprovadas ou, mesmo que comprovadas, constantes em processo de contratação regular.	Risco Baixo
			3.2.2003	Gerenciar contabilidade	Orçamento direcionado.	Risco Baixo
	3.3	Gestão da Tecnologia da Informação	3.3.2001	Gerenciar as demandas de TI	Falta de adequada definição de prioridades de demandas de TI.	Risco Baixo
Má aplicação de bens públicos por conta de valores com economicidade duvidosa.					Risco Baixo	
3.3.2002			Desenvolver soluções de TI	Processos das áreas não definidos e quando definidos, em constante mudança.	Risco Alto	
3.3.2003			Implantar soluções de TI	Falta de soluções adequadas para execução dos processos de acordo com as necessidades institucionais.	Risco Baixo	
3.3.2004			Realizar a manutenção e suporte de soluções de TI	Concentração do conhecimento técnico especializado em poucas pessoas.	Risco Médio	
3.4	Gestão de Bens e Serviços	3.4.2001	Adquirir bens e contratação de serviços	Indefinição dos objetivos de Tecnologia da Informação.	Risco Médio	
				Impossibilidade de realizar compras compartilhadas na modalidade SRP, conforme cronograma estabelecido.	Risco Alto	
				Direcionamento de contratação.	Risco Médio	
				Oferta de vantagem (propina) ao pregoeiro e direcionamento da contratação.	Risco Médio	

3.5	Gestão da Infraestrutura Física	3.4.2002	Gerenciar patrimônio	Processos podem ser executados em desacordo com as novas legislações.	Risco Alto
				Apropriação, furto, desaparecimento e outros, devido a controle insuficiente.	Risco Médio
		3.4.2003	Gerenciar bens de consumo	Possibilidade do controle de estoque ser pouco eficaz e gerar requisições de compras sub ou superdimensionadas.	Risco Médio
				Compra de bens e serviços em quantidade maior que o necessário.	Risco Alto
		3.4.2004	Gerenciar contratos	Falta de renovação de contratos de serviços, dentro do prazo legal.	Risco Alto
				Liquidação de contratos cujo objeto não atende os requisitos contratados.	Risco Médio
	3.5.2001	Gerenciar obras de engenharia	Custo final das obras superior ao planejado.	Risco Alto	
			Medições conflitantes com a realidade fática da obra.	Risco Alto	
			Ausência dos serviços periódicos preventivos por inadimplência das empresas contratadas ou atrasos nos processos de contratação.	Risco Extremo	
	3.5.2003	Gerenciar serviços operacionais	Processos sejam executados de forma diferente entre os câmpus, podendo gerar ônus indevidos para a instituição.	Risco Médio	

Apêndice 2 - Fichas dos indicadores

Cód	Indicador Estratégico	Fórmula	Descrição da Fórmula	Fonte do dado	Situação do Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	Considerações
A1.1	Índice de eficiência acadêmica	$IEA[\%] = \frac{CCiclo + [(CCiclo / (CCiclo + ECiclo)) \times R Ciclo]}{Ciclo} \times 100$	<p>Cciclo = percentual de CONCLUINTES, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência.</p> <p>Eciclo = percentual de EVADIDOS, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência.</p> <p>Rciclo = percentual de matriculados que são classificados como RETIDOS por terem ultrapassado o período previsto para integralização do curso (acrescido de um ano) em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no anterior ao Ano de referência.</p>	PNP	Medido	Meta = 0,48 Resultado = 0,3161	Meta = 0,52	Meta = 0,57	Meta = 0,63	Meta = 0,7	
A2.1	Índice de engajamento para a geração de conhecimento	$\frac{((n^\circ \text{ de atividades de EPE cadastradas e concluídas}) / (n^\circ \text{ de servidores do IFSC}))}{1}$	<p>Atividades de ensino = projetos de ensino são atividades extraclasse que complementam a/ou aprofundam o processo de ensino-aprendizagem em temas ou assuntos específicos e que contribuem à permanência e êxito dos estudantes.</p> <p>Atividades de extensão = programas, projetos, cursos, eventos e produtos.</p> <p>Atividades de pesquisa = projetos de pesquisa.</p> <p>*Partindo-se do pressuposto das diretrizes EPE, de que as atividades são aplicadas, em atendimento à Lei de criação dos Institutos Federais.</p>	SIGAA EPE	Medido	Meta = 0,46 Resultado = 0,225	Meta = 0,48	Meta = 0,51	Meta = 0,55	Meta = 0,6	
A2.2	Índice de transferência de tecnologia formal interinstitucional	$IOTTF = PD\&I + Ttec + PSTE$	<p>PD&I = nº de Parcerias de PD&I</p> <p>Ttec = nº de contratos de Transferência de Tecnologia</p> <p>PSTE = nº de contratos de Prestação de Serviços Técnicos Especializados</p>	PD&I e Ttec: relatório de indicadores do NIT PSTE: relatório anual dos programas de prestação de serviço dos laboratórios credenciados	Medido	Meta = 50 Resultado = 25	A definir	A definir	A definir	A definir	

A3.1	Relação entre vagas para atividades EPE e matrículas	PEPE=TEPE/TM	PEPE = Percentual de vagas para alunos em projetos de ensino, eventos culturais, desportivos, projetos e eventos científicos e em atividades de extensão no ano de referência. TEPE = Total de vagas oferecidas em atividades EPE TM = Total de matrículas no ano de referência	SIGAA	Medido	Meta = 0 Resultado = 11%	Meta = 20%	Meta = 25%	Meta = 30%	Meta = 35%	
A4.1	Percentual de inserção socioprofissional do estudante	$((NME+NTC)/TMtg)*100$	PSE = Percentual de inserção socioprofissional do estudante NME = Número de matrículas em estágio NTC = Número termos de compromisso em Aprendizagem Profissional no ano TMtg = total de matrículas nos cursos técnicos e de graduação no ano de referência	PROEN/DAE	Medido	Meta = 0,06 Resultado = 0,05	Meta = 0,07	Meta = 0,08	Meta = 0,09	Meta = 0,1	
A4.2	Índice de inserção socioprofissional dos egressos			Pesquisa de comunicação com os alunos	Não medido						Os índices ainda não foram mensurados pois o Portal de Egressos está em desenvolvimento.
A5.1	Índice de conhecimento da instituição pelos públicos estratégicos do IFSC				Não medido	a ser medido	n.a.	2020 + 5%	n.a.	2022 + 10%	O indicador estratégico (A5.1) seria medido especificamente a partir de uma Pesquisa de Avaliação da Identidade Institucional que seria realizada de forma presencial. Ela estava prevista no PAT 2020 da DIRCOM, no valor estimado de R\$ 150.000,00, com o código "06EXT-P802/0B - Avaliação Institucional." Porém, a pesquisa não foi contratada em razão da pandemia do coronavírus, que manteve atividades não-presenciais de março até dezembro na instituição. A DIRCOM precisou estabelecer outras prioridades diante deste cenário e houve revisão orçamentária. Em razão das restrições causadas pela pandemia do coronavírus, houve uma diminuição significativa na instituição de uma série de ações que seriam notícia, ainda os veículos de comunicação pararam de frequentar os câmpus. Esses motivos levaram à queda de dois indicadores: número de notícias publicadas nos veículos de comunicação e acessos ao Portal do IFSC.

P1.1	Percentual de preenchimento das vagas de ingresso	$PPVI=(NI/NV)*100$	PPVI = Percentual de preenchimento das vagas de ingresso NI = Número de ingressantes no ano de referência NV = Número de vagas oferecidas no ano de referência	PNP	Medido	Meta = 0,85 Resultado = 0,84	Meta = 0,87	Meta = 0,9	Meta = 0,95	Meta = 1	
P1.2	Percentual de carga horária de EaD na oferta total de cursos de fomento próprio	$PCHD=(TD*Ch/T*Ch)*100$	PCHD = Percentual de carga horária de EaD na oferta total de cursos de fomento próprio TD*Ch = Total de carga horária de unidades curriculares a distância no ano de referência T*Ch = Total de carga horária dos cursos oferecidos no ano de referência	SIGAA	Medido	Meta = 4% Resultado = 3,43%	Meta = 8%	Meta = 12%	Meta = 16%	Meta = 20%	
P2.1	Percentual de atividades EPE desenvolvidas a partir do banco de problemas da sociedade	$PEPED=(EPED/TEPE)*100$	PEPED = Percentual de atividades EPE desenvolvidas EPED = nº de atividades EPE cadastradas com temas originadas do banco (desenvolvidas) TEPE = nº total atividades EPE cadastradas	SIGAA	Não medido	-	-	-	-	0,5	O IFSC ainda não possui uma metodologia e ferramenta que possibilite o registro de problemas da sociedade do entorno dos câmpus. A percepção dos problemas é de sensibilidade de servidores(as) e discentes que propõem projeto de pesquisa e extensão. A equipe EPE realizou em 2020 benchmarking com o IFRS para conhecer a ferramenta de captação da demanda da comunidade externa que a instituição lançou em 2020. Destaca-se que para o desenvolvimento de uma metodologia e ferramenta para atender o P201 é necessário um planejamento de longo prazo, orçamento e o envolvimento da comunidade acadêmica e setor externo. O IFSC fomentou atividades EPE por meio de Editais EPE, Editais de Extensão e Editais de Pesquisa, cujos projetos foram desenvolvidos a partir da percepção das demandas do arranjo produtivo local pela comunidade acadêmica.
P3.1	Percentual de PPC com curricularização da extensão e atividades complementares	$PPPCc = (TPPCc/TPPC)*100$	PPPCc = Percentual de PPC com curricularização extensão e atividades complementares TPPCc = nº de PPC de técnicos e superiores em oferta com curricularização de pesquisa e extensão conforme regulamentação interna	SIGAA	Medido	Resultado = 23%	-	-	Meta = 100% para superiores	Meta = 33% para técnicos	

			TPPC= nº total de PPC de técnicos e superiores em oferta								
P3.2	Percentual de carga horária de atividades extraclasse e extracurriculares	$PChEx = \frac{TChEx}{TCh} * 100$	PChEx = Percentual de carga horária de atividades extraclasse e extracurriculares TChEx = Carga horária total atividades extraclasse e extracurriculares registradas no Sigaa em cursos técnicos e superiores TCh = Carga horária total dos cursos técnicos e superiores ofertados no ano de referência	SIGAA	Não medido	-	-	-	-	Em construção pela área	SIGAA ainda não foi customizado para registrar a CH de atividades extraclasse/extracurricular desenvolvidas pelos estudantes.
P4.1	Número de instituições ativas nos Fóruns de Extensão e Relações Externas dos Câmpus	TIAF	TIAF = Total de Instituições ativas nos Fóruns de Extensão e Relações Externas dos Câmpus	Relatório das reuniões anuais presididas pela PROEX em cada Câmpus, validada por certificação específica de reconhecimento institucional	Não medido	Meta = 150	Meta = 200	Meta = 250	Meta = 315	Meta = 400	Em 2020 devido ao grande esforço despendido na adaptação das atividades de extensão para o formato de atividades não presenciais (ANP), não foi possível ampliar o foco para o fomento dos Fóruns de Extensão e Relações Externas, ademais sugere-se um levantamento para 2021 da percepção da importância e das possibilidades de criação dos Fóruns de Extensão e Relações Externas nos câmpus.
P4.2	Número de cadeiras ocupadas pelo IFSC em fóruns externos	NC	NC = Número absoluto de cadeiras ocupadas pelo IFSC em fóruns externos	Em construção pela área	Medido	- Resultado = 18	-	-	-	Meta = Em construção pela área	
P5.1	Percentual de inserções positivas na mídia	$PIP = \frac{TIP}{TI} * 100$	PIP = Percentual de inserções positivas na mídia TIP = Número de inserções positivas na mídia conforme análise de agência externa responsável pela clipagem jornalística da marca IFSC TI = Número total de inserções na mídia	Relatório de Clipping	Não medido	2019 + 2 pontos percentuais	2020+ 2 pontos percentuais	2021+ 2 pontos percentuais	2022+ 2 pontos percentuais	2023+ 2 pontos percentuais	P5.1 - O relatório de "inserções positivas na mídia" ficará pronto somente no mês de janeiro, não é possível aferir este indicador para 2020 com precisão antes de finalizar o ano e não ter todas as notícias publicadas na mídia para análise.
P5.2	Índice de satisfação dos alunos com os canais de comunicação do IFSC			SIGAA	Não medido	-	-	-	-	Será definido em 2020	P5.2 - O índice de satisfação dos alunos não foi medido em 2020, em razão da pandemia.

P6.1	Índice de satisfação dos alunos com os serviços de suporte	PSASS	PSASS = Pesquisa de Satisfação com os serviços de suporte aos alunos	Pesquisa de Satisfação com os serviços de suporte aos alunos	Não medido	-	-	-	-	Em construção pela área	O indicador não pôde ser aferido devido ao fato da pesquisa de satisfação com os serviços de suporte aos alunos não ter sido realizada pela PROEN, devido ao contexto adverso associado à Covid-19.
P7.1	Percentual de egressos de cursos técnicos e superiores engajados na plataforma	$PNETS = (NETS / NETST) * 100$	PNETS = Percentual de egressos de cursos técnicos e superiores engajados na plataforma NETS = Número de egressos de cursos técnicos e superiores dos 5 exercícios anteriores ao ano de referência engajados na plataforma NETST = Número total de egressos de cursos técnicos e superiores dos 5 exercícios anteriores ao ano de referência.	Plataforma de Egressos	Não medido	Meta = 0,1	Meta = 0,15	Meta = 0,2	Meta = 0,25	Meta = 0,3	O Portal de Egresso ainda não foi implementado e por essa razão não há como medir neste momento o engajamento de egressos.
P8.1	Índice de internacionalização	$IIn = [0,2 * (TPIn / MPIn) + 0,5 * (TAM / MAM) + 0,3 * (TSM / MSM)] / 3$	IIn = Índice de internacionalização TPIn = Número de publicações internacionais MPIn = Meta número de publicações internacionais até 2024 TAM = Número de alunos em mobilidade no ano de referência MAM = Meta número de alunos em mobilidade até 2024 TSM = Número de servidores em mobilidade no ano de referência MSM = Meta número de servidores em mobilidade até o ano de 2024	SIGAA	Medido	Meta = 0,2 Resultado = 0,2185	Meta = 0,4	Meta = 0,6	Meta = 0,8	Meta = 1	
P9.1	Índice integrado de gestão e governança	IGG	medição efetuada pelo TCU	Relatório individual da autoavaliação (TCU)	Não medido	50	sem medição	0,6	sem medição	0,7	Em decorrência dos reflexos da pandemia (COVID-19) sobre as rotinas administrativas das organizações públicas federais, o Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública de 2020 foi adiado para 2021, conforme informação publicada na página do TCU (https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/).
C1.1	Percentual de execução do Plano de Gestão do Conhecimento	$PEGC = TEe / TP * 100$	PEGC = Percentual de execução do Plano de Gestão do Conhecimento TP = Total de etapas planejadas Tee = total de etapas executadas	DGC	Medido	Meta = 20% Resultado = 5%	Meta = 20%	Meta = 20%	Meta = 20%	Meta = 20%	

C2.1	Índice de percepção de qualidade de vida do servidor no trabalho	IQVT	IQVT = Índice da pesquisa de Qualidade de Vida	Pesquisa de Qualidade de Vida	Não medido	sem medição	sem medição	sem medição	>7,36	sem medição	Não houve pesquisa diante do trabalho remoto emergencial que acabou alterando todas as dinâmicas e calendário da DGP. Medição será feita em 2021
C3.1	Lacuna média geral das competências estratégicas	LMCe=SLM/SCE	LMCe = Lacuna média geral das competências estratégicas SLM = Somatório das Lacunas Médias das Competências Estratégicas SCE = Número de competências estratégicas	Sistema de Gestão de Competência Gestcom	Não medido	-	-	-	-	0,2	Não houve ainda medição da lacuna das competências estratégicas, pois elas ainda não foram validadas pelos gestores dos objetivos estratégicos.
C4.1	Percentual de processos de negócio com os processos de trabalho implantados	$PPTI=(PTI/PN)*100$	PPTI = Percentual de processos de trabalho implantados PTI = Processos de trabalho implantados PN = Processos de negócios	Coordenadoria de Processos e Documentos	Medido	Meta = 0,15 Resultado = 0,10	Meta = 0,37	Meta = 0,6	Meta = 0,82	Meta = 1	Identificada inconsistência na fórmula do indicador, que precisará ser corrigida.
C4.2	Percentual de subprocessos de gestão de pessoas estruturados de acordo com o Modelos de Gestão por Competências	$PSGPPC=(SGPPC/SGP)*100$	PSGPPC = Percentual de subprocessos de gestão de pessoas estruturados de acordo com o Modelos de Gestão por Competências SGPPC = Número de subprocessos de gestão de pessoas de estruturados de acordo com o Modelo de Gestão por Competências SGP = Número de subprocessos de gestão de pessoas	Diretoria de Gestão de Pessoas	Medido	Meta = 20% Resultado = 33%	Meta = 40%	Meta = 60%	Meta = 80%	Meta = 100%	
C4.3	Percentual de processos de negócio com as competências vinculadas	$PPCV=(PCV/PN)*100$	PPCV = Percentual de processos com competências vinculadas PCV = Processos com competências vinculadas PN = Processos de negócio	Coordenadoria de Processos e Documentos e Diretoria de Gestão de Pessoas	Não medido	0,15	0,37	0,6	0,82	1	Processo de trabalho com competência vinculada está aguardando homologação.



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

:: RELATÓRIO DE GESTÃO - IFSC | 2020

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Santa Catarina - IFSC

Rua 14 de Julho, 150, Coqueiros,
CEP: 88075-010, Florianópolis/SC